



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Autora: Flávia Xavier Merlotti Paniz

**Gabriel Cohn e o sentido de pensar teoria “entre nós”**

Campinas

2016

Flávia Xavier Merlotti Paniz

**GABRIEL COHN E O SENTIDO DE PENSAR TEORIA " ENTRE NÓS"**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

*Supervisor/Orientador:* Prof. Dr. Josué Pereira da Silva

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ, E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Josué', is written over a solid horizontal line.

CAMPINAS

2016

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CNPq, 132299/2013-5

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P194g Paniz, Flávia Xavier Merlotti, 1986-  
Gabriel Cohn e o sentido de pensar teoria "entre nós" / Flávia Xavier Merlotti Paniz. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Josué Pereira da Silva.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cohn, Gabriel, 1938-. 2. Teoria crítica. 3. Sociologia - Brasil. I. Silva, Josué Pereira da, 1951-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Gabriel Cohn and the meaning of thinking theory "among us"

**Palavras-chave em inglês:**

Critical theory

Sociology - Brazil

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Josué Pereira da Silva [Orientador]

Leopoldo Garcia Pinto Waizbort

Silvio César Camargo

**Data de defesa:** 17-03-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A comissão julgadora dos trabalhos de defesa de dissertação de mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 17 de março de 2016, considerou a candidata Flávia Xavier Merlotti Paniz aprovada.

**Prof. Dr. Josué Pereira da Silva**

**Prof. Dr. Silvio Cesar Camargo**

**Prof. Dr. Leopoldo Garcia Pinto Waizbort**

*A ata da defesa assinada pelos membros da comissão examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.*

*Em memória de Alda Batista dos Santos*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP pela oportunidade de desenvolver meu trabalho com o apoio institucional adequado e com a bolsa de mestrado do CNPq. Obrigada também aos funcionários e funcionárias, do departamento (Joelson), da pós-graduação (Sônia, Daniel, Cris e Priscila), ao Benê que é funcionário do xerox, à Tereza da copa pelo ótimo café, ao sempre sorridente Benetti da manutenção, e ao moço da limpeza que cantava Chitãozinho e Xororó enquanto varria o corredor e que me emprestou seu relógio pra eu poder fazer o exame da seleção do mestrado (infelizmente não sei seu nome e não voltei a encontra-lo). Aos docentes que me impulsionaram durante a pesquisa, levantando questões, apontando caminhos, oferecendo bibliografias, tanto em aulas como nos corredores, ou simplesmente perguntando: “Flávia, e o Gabriel Cohn?”, são eles: Gilda Portugal Gouvêa, Mario A. Medeiros, Fernando A. Lourenço, Marcelo Ridenti, Michel Nicolau Netto, Silvana Rubino e Elide Rugai Bastos. Dedico um agradecimento especial aos professores Mariana M. Chaguri e Silvio C. Camargo pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e pelas conversas ao longo do meu mestrado. Agradeço também ao professor Sergio Costa pela carinhosa recepção no Lateinamerika Institut (Berlim) em 2014, pelas recomendações de bibliografia e pelas conversas sobre meu trabalho, que foram fundamentais em minhas conclusões e escolhas posteriores ao mestrado.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador Josué Pereira da Silva, pela paciência ao longo de quase oito anos de orientação, pela sinceridade, pelo apoio, pelos livros oferecidos quando eu simplesmente não podia compra-los, pela preocupação em dias difíceis, pelas piadas, pelas inúmeras vezes em que o resultado do jogo do Santos era o primeiro assunto da reunião de orientação, pelos vinhos e cervejas compartilhado com os colegas do grupo de pesquisa depois das reuniões, pelas dicas de filmes, pelas histórias compartilhadas, (jamais esqueci aquela do curso teórico de ar-condicionado), pela quantidade de vezes em que riu e cantarolou alguma música no meio das discussões, por respeitar a minha falta de linearidade na condução da pesquisa (que na verdade é na condução da própria vida) exercendo o papel de orientador com rigor e leveza ao mesmo tempo; meu mais sincero obrigada Josué, serei eternamente grata.

Agradeço também aos colegas do grupo de pesquisa, pelo apoio, pelos questionamentos, pelas leituras dos textos, pelas conversas, pelo bom humor para encarar os

desafios que enfrentamos nos debates cotidianos e sobretudo por respeitarem minha ausência das atividades no período da escrita, isso foi muito importante, então, muito obrigada Joice, Karina, Rúbia, Dalva, ao querido Bruno Hayashi, Carol, Matheus e Autran. Não poderia deixar de citar aqueles que, além de colegas de trabalho, se tornaram meus grandes amigos; Enrico, por anos e anos de amizade, pelas vezes em que nos juntamos para estudar, por acompanhar minhas viagens teóricas, pela afinidade, pelas piadas ditas com o olhar, pela cumplicidade e pelas cervejas regadas a futebol e revolução social no Peru. Camila e Júlia, poucos sabem que conversamos basicamente sobre tudo todos os dias, obrigada pela amizade, pelo apoio e incentivo para que eu seguisse com minhas ideias quando nem eu acreditava mais nelas, pelas leituras dos textos, pela ressignificação de muitas coisas, inclusive da música, pela paciência e companheirismo, e pelas horas e horas de conversa infinita sobre Nancy Fraser, Gabriel Cohn, Costa Leite, literatura, macumba, Maísa, Alemanha, Recife, plantas e tudo mais, muito obrigada, meninas.

Aos colegas da sociologia, que se transformaram em amigos queridos e que me mostraram que só é possível resistir aos problemas da sociologia e do mundo com muito bom humor, são eles Luã Leal, Danilo Arnaut, Pedro Queiróz, Danilo Manoel Farias, Mariana Faiad, Henrique Pasti e Lidiane Maciel. E já que andei fazendo excursão nos outros programas, agradeço imensamente aos amigos e amigas que fiz e que levarei comigo adiante: Catarina Camões Pessoa Trindade Casimiro Espanca Cabral Nascimento, Jonatan “Jota” Sacramento, Bruna Bumachar, Priscila Pereira, Fabi Andrade, Bruno Terlizzi, Laura Cielavin, Raul Ortiz, Lele Traldi, Dridri Pismel, Julian Simões, Adriano Godoy, Rodrigo Fessel, Igã e Ana Elisa Bersani. Tenho ainda dois agradecimentos especiais, um à Ivía Minelli por carinhosamente ter me recebido em Berlim e ao Zé Alves pela amizade que transpassa as fronteiras da universidade e encontra abrigo na paixão compartilhada pelos ventos del Rio de la Plata. Aos amigos pessoais que foram muito compreensivos com a minha ausência no período da escrita, e que mesmo distante me apoiaram: Rafa, Nalu, Feijão, Fabi Cancian, Raphilda, Ju Silva, Cássio, Maythoca e Thalita Dantes, muito obrigada.

Ao meu companheiro Lucas, pelas infinitas discussões sócio-antropológicas nos cafés matinais, pela paciência nas longas madrugadas de Weber, Adorno, Goá, Índia, Gilberto Freyre e tudo mais, pelas infinitas horas de filmes e séries nos momentos de cansaço, pela vida compartilhada, pelos brigadeiros nas vezes em que eu simplesmente empacava em alguma parte da pesquisa, pelas tardes de mario kart, pela leitura dos textos, pela visita em Berlim, pelo amor e carinho, muito obrigada.

Aos Paniz pelo apoio emocional e financeiro na empreitada da carreira acadêmica: mãe, Diego, Fer, tio Oscar e tia Rosy, muito obrigada por tudo, sem eles eu não estaria aqui. Um agradecimento especial ao meu pai, Flávio, que sempre me presenteou com livros, me levou a atividades do sindicato quando era pequena, discutiu comigo textos, filmes e livros; leu minha qualificação inteira, me apoiou em absolutamente todas as escolhas e me enche de orgulho por ser um pai militante, que ainda hoje atua em uma associação cultural cubana e acorda todos os dias pensando em como construir um mundo melhor, muito obrigada por tudo.

Encerro os agradecimentos com um especial ao próprio Gabriel Cohn, que me recebeu pela primeira vez com um tímido sorriso quando soube da pesquisa, por ter feito companhia nos dias de seminário “identidades” na USP, pelos comentários irônicos que certamente me fizeram entender boa parte da ironia contida nos textos, pela carinhosa recepção na entrevista concedida em sua casa, pelo livro presenteado e por ter acolhido positivamente o projeto, foi justamente o estímulo que eu precisava, então muito obrigada professor Gabriel Cohn, por tudo isso e também por sua contribuição à sociologia.

## **Resumo**

Esta dissertação de mestrado é resultado de três anos de investigação onde me propus a realizar um estudo da obra de Gabriel Cohn. Aqui busquei enfatizar os três temas mais conhecidos de sua obra: comunicação, Weber e Adorno.

O primeiro capítulo foi pensado com base em análises de artigos publicados em jornais e revistas de grande circulação. Como resultado, as noções de *ciência*, *política* e *universidade* aparecem entrelaçadas, como pano de fundo de seus debates políticos, e da perspectiva teórica que fundamenta seus trabalhos de comunicação: a ideia de *rigor científico*. No decorrer da análise de seus textos foi possível perceber que no plano prático a ideia de rigor científico aparece através da crítica ao modelo de Universidade construído na USP desde os anos 1960. Por outro lado, entretanto, no plano teórico ela aparece como defesa de uma metodologia científica objetiva e rigorosa capaz de orientar o debate entre teoria e ideologia. O projeto é levado adiante quando Cohn debruça suas análises sobre os textos metodológicos de Weber. O reencontro de Weber com o pensamento alemão o insere no contexto político da formação do Estado Alemão, e nos debates com intelectuais da Escola de Baden. Assim, aparece a necessidade de repensar os clássicos inseridos em seus respectivos contextos e tempos. A relação entre Universidade e Sociedade do primeiro capítulo reaparece através do debate entre ciência e política estabelecido pela Universidade de Heidelberg em relação à condução política alemã do início do Século XX. Mais recentemente, os estudos de teoria crítica que aparecem nos debates sobre comunicação, reaparecem em análises sobre a crítica adorniana, mais precisamente a partir das noções de reflexividade e sociabilidade. Por fim, a partir da literatura produzida sobre Cohn, busco relacionar sua ação de pensar teoria “entre nós” com os debates atuais sobre produção de conhecimento.

**Palavras-chave:** Gabriel Cohn, teoria crítica, sociologia no Brasil

## **Abstract**

This master dissertation is the result of my research about Gabriel Cohn's work, whereat I had sought the three mostly known themes of his masterwork such as communication, Weber and Adorno. His others works appears in a scattered way along this text. The first chapter was build based in analysis of articles published in scientific journals and newspapers of wide circulation. As a result, the notions of *science*, *politics* and *university* seem to appear interlaced, as a background of his political debates and the theoretical perspective that supports his communication and Weber themed works: the idea of *scientific accuracy* (strictness). In the course of the analysis of his articles it was possible to realize that in a practical point of view the idea of *scientific accuracy* arises through the critique of the prototype of University built in the São Paulo University (USP) since the 1960's. On the other hand, in a theoretical view it arises as a defense of a strict scientific methodology capable of guiding the distinctions between theory and ideology. This project has gone forward when Cohn starts to analysis Weber's methodological works. Weber's reencounter with the German thought locates him in the political context of the building of the German State and in the intellectual debates of the Baden School. Thereby it had had revealed the need of rethinking the three classics immersed in their contexts of productions. The relation between University and Society presented in the first chapter shows up again through the debate between science and politics established by the University of Heidelberg as regards the conduction of the German politics in the beginning of the XX century. More recently, the critical theory studies witch appears on the communication debates, appears again in his analysis about Adorno's critique, more precisely as from the notions of reflexivity and sociability. Finally, based on the sociological literature produced by Cohn, I seek to connect his actions of thinking theory "among us" with the debates on the field of geopolitics of knowledge and circulation of ideas.

**Keywords:** Gabriel Cohn, Critical theory, Sociology in Brazil

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
<i>Capítulo 1</i>	
Ciência e política: o diálogo entre Universidade e Sociedade.....	22
<i>Capítulo 2 Entre teoria e ideologia: a ideia de rigor científico</i>	
2.1. Os estudos sobre Comunicação.....	34
2.2 Mensagem: uma aproximação dos estudos da linguagem e sociologia.....	72
<i>Capítulo 3</i>	
Sobre como ler Weber .....	84
<i>Capítulo 4</i>	
Adorno: reflexividade e sociabilidade.....	108
<i>Capítulo 5</i>	
O atual sentido de pensar teoria “entre nós “ .....	120
Considerações Finais.....	132
<i>Referências bibliográficas</i>	
a-) Produção de Gabriel cohn.....	136
b-) Demais referências bibliográficas da pesquisa.....	145
<i>Anexo: Entrevista com Gabriel Cohn.....</i>	148

## Introdução

O texto final desta dissertação é resultado de minha investigação de mestrado, iniciado no ano de 2013, que tinha como projeto realizar um estudo sociológico da obra de Gabriel Cohn. Para realizar a tarefa proposta, coube refletir sobre o significado de estudar o conteúdo das publicações do autor do ponto de vista de sua contribuição à sociologia. Isso significou pensar as limitações do trabalho a ser desenvolvido sob um recorte amplo (1967-2013) e com foco nos escritos, e não na trajetória institucional (embora isso apareça em alguma medida), ou nos encontros e desencontros nos departamentos de sociologia e ciência política, e afinidades teóricas que juntas compõem a essência do que seria um estudo sobre o intelectual Gabriel Cohn. Dito isso, o alcance do meu trabalho é tímido, alçar um primeiro olhar panorâmico sobre seus escritos e fazer algumas reflexões dos debates em torno da sua obra. Nas considerações finais aponto as causas e consequências desta escolha, reconhecendo a importância da sobreposição de texto e contexto nos estudos que determinam o que é uma sociologia dos intelectuais, que não é o trabalho que eu desenvolvi, mas se aproxima bastante da perspectiva sobre a qual me apoiei, a chamada teoria sociológica.

Sobre a escolha do título: *Gabriel Cohn: o sentido de pensar teoria “entre nós”*, busco demonstrar que a opção individual de Cohn por estudos de teoria tem um sentido político dentro dos debates teóricos na sociologia brasileira; e “entre nós” é uma expressão utilizada por José Maurício Domingues, que em um artigo publicado sobre a obra de Gabriel Cohn apontou justamente o movimento realizado pelo autor de desenvolver estudos de teoria no Brasil e faz uma breve reflexão sobre esse processo. Assim, apresento nesta introdução os caminhos percorridos no processo de construção *das obras* deste autor como objeto de pesquisa e que nos levaram ao produto final deste trabalho.

A trajetória de Gabriel Cohn tem início na década de 1960 quando ingressou no curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. No tempo em que o que conhecemos hoje por FFLCH era um edifício localizada na rua Maria Antônia em São Paulo, Gabriel Cohn teve Florestan Fernandes, Luiz Pereira e Octavio Ianni como seus mestres. Sua dissertação de mestrado, “Política do petróleo no Brasil 1920-1954” defendida em 1967, e posteriormente publicada com o título: *Petróleo e Nacionalismo* (1968), foi realizada sob

orientação de Octavio Ianni, e fazia parte de um projeto mais amplo, o “Programa sobre a ação do Estado brasileiro no desenvolvimento brasileiro”, também dirigido por Octavio Ianni” (COHN, 1968, p.vii). O programa de Ianni, ainda segundo Cohn, era parte de um projeto mais amplo formulado por Florestan Fernandes, “Economia e sociedade no Brasil: uma análise sociológica do subdesenvolvimento”. Ambos os projetos integravam o programa de pesquisas do “Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho” (CESIT) onde Luiz Pereira também atuava.

*Petróleo e Nacionalismo* é o resultado da investigação que procurou compreender as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que levaram o Estado brasileiro a intervir na política nacional de petróleo através do exercício do monopólio estatal da *Petrobrás*. Cohn articulou os interesses na indústria nacional do petróleo com processos de industrialização por que vinha passando o Brasil desde a época do Estado Novo (1930), ao mesmo em que as temáticas do desenvolvimentismo e transformações industriais no país foram marcantes nos debates sociológicos da USP nos anos 1950 e 1960, período de sua formação. E como o próprio Cohn afirma “Por detrás, então, do plano de reconstrução daquilo que ocorreu [fundação da Petrobrás em 1953], há a procura de elementos mais persistentes da articulação dos grupos sociais no Brasil moderno (...)”<sup>1</sup> Para Cohn a iniciativa do Estado em controlar as atividades do setor petrolífero brasileiro não partiram exclusivamente do interesse estatal, mas da articulação de diversos grupos, mesmo em um contexto de centralidade do poder político no Estado. Para Cohn há três tipos de grupos sociais que envolvem o processo de desenvolvimento da política nacional do petróleo: o burocrata, o técnico e o político. Os três são mobilizados alternadamente como recursos argumentativos que correspondem à mediação de suas efetividades e interesses por parte de determinados grupos, e que culminaram na fundação da Petrobrás. Para além da descrição do trabalho realizado por Cohn, cabe fazer alguns apontamentos: as terminologias utilizadas que indicam suas referências teóricas: “incorporação e aproveitamento da racionalidade possível do sistema econômico”, *interesse*, poder, tipologias de ação e as distinções entre “o burocrata, o empresário e o técnico”, apontam para uma combinação de relevância da reconstrução histórica somada à meticulosidade de análise dos documentos oficiais da empresa, essa combinação de historiografia e sociologia revela de antemão qual viria ser uma de suas principais referências metodológicas: Weber. Não pretendo

---

<sup>1</sup> (COHN, 1968, p. 2)

apontar cada traço Weberiano em sua dissertação de mestrado, entretanto, assim como fez Florestan Fernandes em sua arguição, é inevitável menciona-los.

Contou Gabriel Cohn em mais de uma entrevista que foi Octavio Ianni quem sugeriu *Comunicação* como tema relevante a ser investigado em seu doutorado. Segundo ele, a USP carecia de pesquisas sobre o assunto, tema emergente nas ciências sociais globais à época. Assim, em 1968, Cohn iniciou seu doutorado, com a finalidade de estudar comunicação e cultura de massa. Podemos dizer que a década de 1960 também é considerada um marco para o início de estudos de Indústria Cultural, comunicação e ideologia no Brasil. Do ponto de vista do contexto social menciono a relevância política do rádio na década de 1950 no Brasil e a início da chegada dos aparelhos de televisão, somado ao tema da censura, em razão da ditadura civil-militar no país. E do ponto de vista acadêmico é marcado pela chegada das publicações da *Dialética do Esclarecimento* de Adorno (1944) e Horkheimer, sobretudo o texto “A indústria Cultural”, traduzido pelo próprio Gabriel Cohn em 1963 e publicado no livro organizado por ele *Comunicação e Indústria Cultural* (1977), o texto “Televisão, consciência e Indústria Cultural”, também de Adorno e publicado no mesmo livro.

Sua investigação de doutorado foi realizada sob orientação formal de Luiz Pereira, e é o tema central do segundo capítulo desta dissertação. A mudança de orientação de Florestan Fernandes para Luiz Pereira ocorreu porque no ano de 1969, com o endurecimento da ditadura dentro da Universidade (para dizer o mínimo), Florestan Fernandes e outros intelectuais foram obrigados a acatar a aposentadoria compulsória e foram afastados das atividades acadêmicas no Brasil. Coincidência ou não, no ano seguinte Cohn publicou no jornal *Folha de São Paulo* uma resenha do livro *Florestan Fernandes sozialwissens-chaftlicher* (1969) da socióloga alemã Barbara Freitag, onde ela apresenta a importância do trabalho sociológico que Florestan Fernandes vinha desenvolvendo no Brasil. A este e a outras publicações similares tenho atribuído um significado simbólico de formas de ação de luta por um modelo de Universidade por parte de Cohn, e que registram também uma posição peculiar ocupada por ele, que é o compartilhamento das experiências acadêmicas na Universidade pré, durante e pós ditadura. Os efeitos da ditadura não aparecem diretamente em seus escritos acadêmicos sobre Comunicação ou Weber, mas isso não quer dizer que não tenha incidido sobre seu trabalho de alguma maneira. No primeiro capítulo desta dissertação apresentarei uma análise de suas publicações em jornais e periódicos de grande circulação e discursos proferidos em instâncias institucionais como o CONSU da USP, que indicam uma correspondência destas publicações como uma crítica

política que transpõe as fronteiras entre Universidade e Sociedade. O diálogo necessário entre ciência e opinião pública aparece através da crítica das instituições de financiamento das pesquisas e as formas de controle científico que estas exercem.

Muitas das considerações que aponto sobre a obra de Gabriel Cohn são reflexos de certa tradição da USP, representada aqui principalmente por Florestan Fernandes e Octavio Ianni. No caso de Florestan Fernandes, a combinação de rigor metodológico científico e a atuação militante na sociedade, que em Florestan, segundo Cohn, se apresenta como *cidadania*, mas que em Cohn aparece como *civilidade e democracia*, é uma das chaves de compreensão que está presente como pano de fundo na obra de Cohn, além da preocupação com os rumos da noção de Universidade em debate no País. Evidentemente que a intervenção atuante de Cohn não se dá na mesma perspectiva de Florestan Fernandes, mas ainda assim ela existe, e reside no seio da defesa do diálogo entre Universidade e Sociedade como caminho que permite unir teoria e prática. Não é possível comparar as formas de militância de Florestan Fernandes e Gabriel Cohn, elas são completamente distintas, cada qual à sua maneira. Florestan Fernandes buscou vincular uma correspondência entre a ação de atores sociais e as estruturas sociais que lhes correspondiam, me refiro a *Revolução burguesa no Brasil* e *A Integração do negro na sociedade de classes*; e Cohn, para ficar em um exemplo, buscou pensar a democracia através da relação entre o acesso a opinião pública e a crítica da comunicação. Não nos cabe aqui compara-los. O fato é que os padrões sociológicos rigorosos e os dilemas que exprimiam a atuação fronteira entre academia e militância que singularizaram a trajetória de Florestan Fernandes, em certa medida, repercutiram nos escritos e forma de pensar o projeto de Universidade em Gabriel Cohn e sua obstinada preocupação com o rigor científico nas ciências sociais que marcaram o início de sua carreira.

Cohn sinaliza a presença dos três conhecidos clássicos da Ciências Sociais na obra de Florestan (mais precisamente entre as décadas de 1940 e 1950), e que para ele sintetizam uma combinação de uma militância como aquela realizada por Durkheim, direta e precisa; a crítica da burguesia no Brasil em vias de industrialização que remete a Weber, e a Marx, logicamente pela proposta de intervenção revolucionária na sociedade e posteriormente pela singularidade da utilização do conceito de classe para pensar a inserção da população negra na cidade de São Paulo. Com isso, Cohn caracteriza os trabalhos de Florestan como *ecletismo bem temperado*, capaz de mobilizar perspectivas de raízes distintas com o rigor científico que tanto lhe era fundamental e ao mesmo tempo com eficácia prática.

Gabriel Cohn reforça a importância de se estudar os clássicos, e cita Alvin W. Gouldner para ilustrar sua convicção a respeito: “Uma ciência que *ignora* seus fundamentos é incapaz de saber quanto caminhou e em que direção”<sup>2</sup>. A ideia de ciência aqui não é por acaso: a busca por um rigor metodológico científico para a sociologia brasileira percorre seus escritos das décadas de 1960 e 1970. Em certo sentido é também possível dizer que ao reconstruir as discussões metodológicas presentes em Weber, Cohn apresenta uma reflexão sobre como os trabalhos destes autores podem contribuir com os debates em teoria social no Brasil. Seus escritos sobre Weber se iniciam na década de 1970 e se mantêm até os dias de hoje, já que Cohn sempre tratou de retomar a importância de Weber em todas as décadas seguintes até 2012 quando ministrou uma vídeo-aula para a UNIVESP com o título: “Adeus Weber”. E Adorno, aparece nos trabalhos sobre comunicação das décadas 1960 e 1970, mas é a partir de 1986, com a publicação da coletânea organizada por ele, (de título: *Adorno*), que este autor passa a ocupar um espaço considerável de reflexão nos escritos de Cohn. Posteriormente, na década de 1990 Cohn publicou uma série de textos analíticos sobre a *Dialética do esclarecimento*. E no ano de 2008 foi publicada sua tradução de *Minima Moralia* de Adorno. Na verdade, nos anos 2000 Gabriel Cohn passa a ser reconhecido também por suas traduções. Dois anos antes da publicação de sua tradução do livro de Adorno, foi publicada sua tradução e edição comentada de *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*, e também sua revisão técnica da tradução de *Economia e Sociedade*, ambos de Weber. Apesar de haver uma maior dedicação aos textos de Max Weber, Marx e Durkheim também protagonizaram conhecidos ensaios escritos pelo sociólogo, como “Individualidade e cidadania no mundo dividido” (1999) e “O travo amargo da História” (1998), este último aparece no debate sobre a aproximação entre linguagem e sociologia no segundo capítulo desta dissertação. Diante dos tantos caminhos possíveis para percorrer e abordar o trabalho realizado por Gabriel Cohn, apresento a seguir o processo de escolha do recorte para o desenvolvimento desta pesquisa.

No início desta pesquisa, em 2013, havia precisamente três publicações nas quais Gabriel Cohn figurava como tema central<sup>3</sup>: O livro *A ousadia crítica. Ensaios para Gabriel Cohn (1998)*, que é uma coletânea de ensaios organizada por Leopoldo Waizbort na ocasião do

---

<sup>2</sup> (COHN, 1977, p1)

<sup>3</sup> Sobre o tema há também o artigo “Itinerários da Teoria Crítica na sociologia brasileira”, de autoria do prof. dr. Silvio C. Camargo, e publicado no livro *Sociologia crítica no Brasil (2012)*, organizado por Josué Pereira da Silva.

sexagésimo aniversário de Cohn, e que foi republicada em 2008 (com o acréscimo de alguns textos); um artigo escrito pelo sociólogo José Maurício Domingues, de título: “Dominação e indiferença na Teoria Crítica de Gabriel Cohn” (2011) e o livro *Leituras Críticas sobre Gabriel Cohn* (2013), organizado por Leonardo Avritzer, e que reúne quatro artigos sobre Cohn, dentre eles uma versão do artigo de José Maurício Domingues anteriormente citado.

Na leitura inicial destas publicações pude observar alguns pontos que se tornaram centrais para a reflexão que proponho. *Ousadia Crítica* é uma coletânea de ensaios evidentemente elogiosos assinados por sua esposa, Amélia Cohn, filhos (Clarice e Sergio), amigos e colegas da academia que de alguma forma participaram da trajetória de Cohn ao longo de seus 60 anos. Encontramos ali alguns pontos comuns nas narrativas sobre Cohn, dentre eles a ênfase elogiosa ao fato de que é reconhecido pelo papel que desenvolveu no processo de renovação de estudo de teorias no Brasil; por sua importância no desenvolvimento teórico do campo da comunicação; pelo modo rigoroso como operava conceitos clássicos; sobre como ele mesmo seria um grande teórico crítico entre nós; ou ainda pelo carisma e rigor por como atuou em seus diversos cargos institucionais.

No artigo publicado por José Maurício Domingues, que me serviu como principal fonte de reflexão sobre o trabalho que viria a desenvolver, o autor apresenta uma narrativa sobre textos selecionados de Cohn no qual os conceitos de *dominação e indiferença* atravessam a extensão de seu trabalho. Ele escreve também que a seleção dos temas investigados por Cohn, como os estudos teóricos concentrados em autores, simbolizam mais um passo rumo ao fim da reserva aos centros estrangeiros do papel de desenvolver e estudar teorias; uma referência à dicotomia que tem marcado os debates recentes das ciências sociais a respeito do desenvolvimento de pesquisas empíricas com debate teórico elaborado em outros contextos e sob outras perspectivas, e que muitas vezes incorporados sem uma reflexão crítica capaz de ponderar limites e adequações ao objeto proposto. Esse movimento que questiona uma suposta universalidade embutida nas interpretações de intelectuais hegemônicos, clássicos ou canônicos da França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, me levou a refletir sobre a crítica da importação de teorias, os rumos dos debates metodológicos da sociologia brasileira, o papel de Cohn como intermediário de uma boa parte da sociologia alemã no Brasil e principalmente sua contribuição à teoria sociológica. Assim, o recorte escolhido para analisar os escritos de Gabriel Cohn foi pensado justamente com a finalidade de problematizar as questões acima colocadas.

Gabriel Cohn dedicou boa parte de suas pesquisas a estudos sobre autores, repensando e traduzindo, tanto do ponto de vista da linguagem quanto da incorporação aos debates em teoria social. Coube, então, como projeto analisar as condições de incorporação e reflexão sobre esses autores em sua obra, ou, mais precisamente o que a pautava a elegibilidade dos conceitos analisados por ele, mesmo que tenham sido formulados em outro contexto, mas que ainda, segundo ele, nos oferecem suporte para pensar teoria e sociologia aqui, no Brasil. Há críticas recentes sobre a ideia de universalidade embutida nas interpretações de determinados autores, sobretudo os clássicos, então coube também refletir sobre como Gabriel Cohn lidou com essa possibilidade de interpretação. Outra questão que me pareceu relevante era pensar o processo uma espécie de categorização de pesquisador da área de teoria sociológica em “comentador”, como se seu trabalho fosse limitado a refletir e comentar debates teóricos desenvolvidos por determinados autores e não tivesse ele mesmo uma contribuição própria. Nesse sentido, coube ir além da ideia de “Gabriel Cohn, o comentador de Weber” ou “Gabriel Cohn, o estudioso de Teoria Crítica”, e buscar uma unidade em seus escritos que pudesse revelar o que ele mesmo chamou de correntes subterrâneas que conectam os temas e estudos sobre autores. Neste sentido, busquei trazer à tona sua contribuição sociológica como teórico e também o que está embutido nas suas reflexões sobre o mundo. A proposta é de evidenciar a ideia de autoria própria, descolada da suposição que aparta estudos de teoria e realidade social.

O segundo passo no processo de desenvolvimento desta pesquisa envolveu a seleção dos textos e artigos de Cohn a serem analisados e o modo como seria operada a construção analítica de meu trabalho. No levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa a obra de Gabriel Cohn contava com pelo menos 135 publicações entre artigos, resenhas, livros, capítulos de livros, textos em jornais, além de uma composição de samba, escrito juntamente com o prof. Sergio Silva, docente, agora aposentado, do departamento de sociologia do IFCH/UNICAMP. É importante ressaltar que Cohn continua publicando artigos, comentários críticos em jornais de grande circulação, realizando conferências e atuando como pesquisador e professor Visitante na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, (no Campus localizado em Guarulhos) – pelo menos até 2015. Para efeitos de pesquisa, dividi sua obra em três grandes partes: Comunicação, Weber e Teoria Crítica. A obra de Cohn é bastante plural e diversificada, além da dissertação de mestrado sobre a criação da Petrobrás, ele escreveu ainda sobre Florestan Fernandes, Octavio

Ianni, Simmel, Carl Schmitt, Marx, Luhmann, Tocqueville, diversas publicações sobre Educação, Cultura, Ensino Superior e Pesquisa no Brasil. Após essa divisão inicial, reorganizei o trabalho de modo a priorizar aquilo que mais fazia sentido com o recorte e discussão a qual eu me propus a fazer e que representavam também uma boa parte da produção do autor. Com o que foi dito acima, optei por realizar uma análise imanente de seus textos, mesmo ciente do prejuízo de reconstruir o pensamento de um autor descolado dos debates que enformam a cadeira de sociologia da USP e os debates das ciências sociais paulistas. Por outro lado, construir inicialmente uma pesquisa com o foco de análise exclusiva nos seus textos era o passo inicial que precisava ser feito, no sentido de abrir a porta para a construção de Cohn como objeto de pesquisa. Ao final desta dissertação, ficou muito claro que uma terceira via, a qual sobrepõe texto e contexto, seria mais profícua em termos de construção de um texto de dissertação de mestrado. Em certo sentido até o exame de qualificação este era o caminho que eu buscava percorrer, no entanto, diante do tempo limitado para a redação da dissertação, precisei optar entre recortar o tema ainda mais ou escolher um caminho viável e com possibilidade de ser executado no tempo esperado. Como a ideia de fazer uma primeira abordagem ampla de toda a sua obra me parecia mais coerente diante das questões colocadas anteriormente, o resultado é o que segue, uma análise de amplitude, focada quase que exclusivamente em seus escritos, e mesmo ciente das limitações destas escolhas, tem o intuito de abrir as portas para a incorporação da obra de Cohn na história do pensamento sociológico brasileiro.

No primeiro capítulo desta dissertação busquei apresentar uma narrativa que abordasse a sua trajetória de publicações em jornais de grande circulação como a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Valor econômico*. Cohn também desenvolveu atuação institucional marcante, como a presidência da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983/1985), presidência da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), (1985/1987), presidência da ANPOCS (2005/2006), edição da Lua Nova (CEDEC) (1991/2003) e Direção da FFLCH (USP) (2006/2008). Assim realizei uma análise dos artigos publicados por Cohn em jornais de grande circulação e dos discursos proferidos em instâncias acadêmicas (como o Conselho Universitário – CONSU), programa de candidatura para direção da FFLCH, documentos diversos que podem ser encontrados nos arquivos da USP e entrevistas. A proposta deste texto era de refletir sobre a outra ponta que envolve a construção do conhecimento, que é sua preocupação com a Universidade como projeto [político] e a problematização da autonomia

e financiamento das pesquisas. Gabriel Cohn ocupa um papel singular para pensar as transformações políticas da Universidade de São Paulo.

O resultado da análise da atuação institucional de Cohn nos possibilitou compreender que o *rigor científico* defendido pelo autor em sua crítica às metodologias de pesquisa em ciências humanas, tanto do ponto de vista da pesquisa teórica como do ponto de vista da pesquisa empírica, aparece na prática em sua crítica ao modelo de ensino e pesquisa de que as Universidades vêm padecendo. O modo como Gabriel Cohn pensa o fazer sociológico, e papel da sociologia como ciência e seu diálogo com a sociedade civil simbolizam em sua obra o cruzamento das fronteiras entre *Ciência, Política e Universidade*. Este movimento nos permite revisitar de uma perspectiva própria a ideia de *Ciência como vocação e política como vocação* de Max Weber, já que um dos resultados da pesquisa evidencia que a correspondência entre ciência e política na Universidade de São Paulo se distingue do modelo alemão sobre o qual Weber pautava sua crítica.

No segundo capítulo apresento uma reflexão de seus estudos sobre comunicação, com base na análise dos livros *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia* e *Comunicação e Indústria Cultural*. Como o livro originado de sua tese de doutoramento sobre comunicação trabalha quase que exclusivamente com debates em torno das noções de *massa, elite e público*, fez sentido direcionar a análise para o modo como Cohn operou conceitos do século XIX nos debates contemporâneos sobre comunicação. O movimento realizado por Cohn neste tema é de apontar como o poder ideológico enforma os debates sobre teoria da comunicação. O autor elaborou uma contextualização historiográfica da formulação das noções em questão (massa, elite e público), para que a partir disso se reconheça os intuitos e os limites destas formulações, bem como as transformações decorrentes da atualização destes debates, como a inserção das classes, representatividade e a formação da opinião pública. Há muitas possibilidades de interpretação para o sentido deste trabalho em sua obra, sendo que os mais evidentes são: a aproximação entre estudos da linguagem, política e sociologia e a elaboração da defesa do *rigor científico* como forma de construir as bases teóricas de uma ciência da comunicação mais ampla. Cohn aproxima sociologia e estudos de linguagem para tratar da questão desde o ponto de vista mais específico possível, os indivíduos e a comunicação direta até sua abrangência nas dimensões sociais e políticas.

No terceiro capítulo procuro reconstruir a leitura que Cohn realiza da obra de Max Weber e assim compreender como ele vincula o debate teórico do autor às críticas metodológicas no contexto atual. O resultado desta análise nos permite inserir Weber dentro do contexto do pensamento alemão, conhecer os fundamentos de sua elaboração teórica e os limites para sua dimensão prática. O quarto capítulo tinha como proposta inicial uma análise dos autores signatários da chamada *Teoria Crítica*, entretanto, após leituras mais atentas foi possível perceber que seus escritos sobre Teoria Crítica se concentram mais precisamente em Adorno e Habermas. Evidentemente que há uma presença de outros autores desta tradição, como Marcuse e Löwenthal, por exemplo, entretanto a atenção que Cohn dedica a Adorno é significativa em termos de publicações. Assim, optei por concentrar o capítulo exclusivamente em Adorno, (e, de forma indireta, Horkheimer já que ambos assinam a *Dialética do Esclarecimento*), mas também em razão da tradução de *Minina Moralia* (1951) e outros escritos de Cohn que envolvem o autor.

Apesar de reconhecer a importância dos demais temas e autores presentes na obra de Cohn, diante da impossibilidade de realizar uma análise imanente e crítica de modo rigoroso de todos esses textos e temas, foi necessário efetuar um recorte. Assim, os demais temas, tão relevantes quanto os que selecionei para desenvolver aqui, aparecerão possivelmente em artigos posteriores ou como sugestão para aqueles que optarem por trilhar os estudos da obra de Cohn.

No capítulo final escrevi um texto que busca ponderar as considerações de José Maurício Domingues a respeito da obra de Cohn, cotejando a análise com algumas correntes que buscam problematizar circulação de ideias e produção de conhecimento teórico, assim, com base nas análises dos estudos de teoria de Gabriel Cohn busquei apresentar uma reflexão sobre o sentido atual de pensar teoria “entre nós”. É evidente que Cohn não estabelece qualquer vínculo teórico direto com os debates a que me proponho neste capítulo final, no entanto, com a intenção de problematizar o sentido de como fazer teoria hoje, considerando a relevância das redes e da internet, considerando o período de produtividade excessiva que é demandada dos pesquisadores em geral, e considerando também o atual contexto de reorganização e problematização das construções do pensamento contemporâneo com base nas experiências a partir de quem o produz, é que busquei fazer uma ponte entre produções teóricas hoje e geopolítica do conhecimento.

## Capítulo 1

### Ciência e política: o diálogo entre Universidade e sociedade

“Pensar a Sociologia a sério é pensar a sociedade; mas pensar a sociedade ainda não é pensar a Sociologia. (COHN, 2003f, P.84)

Escolhi abrir a dissertação com um texto que trata da conjunção entre teoria e prática em Gabriel Cohn. Teria sido mais profícuo tratar da sobreposição textos teóricos e contextos políticos das obras ao longo de toda a dissertação. Entretanto, a análise da trajetória acadêmica de Cohn, sobretudo a partir do texto “A sociologia e a arte da controvérsia”, (1968) escrito por ele no início de sua carreira, indica uma espécie de agenda de pesquisa teórica e uma reflexão crítica e ativa sobre os rumos das pesquisas em ciências humanas do país. Ambas não devem ser compreendidas separadamente. Os questionamentos teóricos que diagnosticavam a separação entre pesquisa teórica e pesquisa empírica, a reflexão sobre ciência, teoria e ideologia e as críticas aos rumos da Universidade e das pesquisas no país formam um conjunto propositivo em de sua obra. Para compreendê-lo proponha uma forma de leitura que nos possibilite enxergar o movimento de aproximação entre ciência e política no início de seus escritos e o diálogo entre universidade e sociedade propostos nos espaços de comunicação não tradicionais para a discussão de teoria, como a sua atuação na USP, seus artigos em revistas e jornais de grande circulação e entrevistas concedidas. Este texto também deve abrir uma chave de interpretação que nos permita enxergar alguns posicionamentos sociológicos de Cohn através de sua trajetória, e que nos abrirá caminho para a discussão realizada no segundo capítulo, sobre *rigor científico*.

Na análise que desenvolvi sobre seus textos teóricos há um tema comum, que é sua preocupação em refletir sobre a correspondência entre *ciência social* e *sociedade*. Esta preocupação, que não é surpresa para quem observa que Cohn teve Florestan Fernandes como um de seus mestres, faz do método [científico e sociológico] o objeto de sua crítica como forma de problematizar o desenvolvimento das ciências sociais como um todo. Há, no entanto, uma outra ponta que envolve a construção do conhecimento, que é a preocupação com a Universidade como projeto [político], a problematização da autonomia, financiamento das pesquisas, e que traduzem a forma como ele estabelece o diálogo entre Universidade e

Sociedade. Estes temas não aparecem exclusivamente em seus escritos acadêmicos, mas nas publicações em jornais de grande circulação como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Valor econômico*, nas entrevistas e discursos proferidos em instâncias acadêmicas, como a apresentação do programa de candidatura para direção da FFLCH, falas no CONSU da USP, congregação, atuação no CEDEC e no editorial da revista *Lua Nova*. Proponho um movimento de pensar o debate teórico desenvolvido por Cohn associado aos papéis institucionais em que atuou, como a presidência da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983/1985), presidência da Sociedade brasileira de sociologia (SBS), (1985/1987), a presidência da ANPOCS (2005/2006), edição da *Lua Nova* (CEDEC) (1991/2003) e Direção da FFLCH (USP) (2006/2008), e que simbolizam o cruzamento das fronteiras entre *Ciência, Política e Universidade* em sua trajetória.

A síntese de sua preocupação com ciência, traduzida como a noção de *rigor científico* é abordada ao longo de seus estudos de teoria. Busco agora demonstrar as formas de aplicabilidade dessa noção às suas preocupações com a Universidade como projeto. Assim, apresento uma análise dos artigos, desde o ano de 1969 (até onde sei, seu primeiro artigo publicado em jornal) até os anos 2000, mais precisamente 2008, que coincide com seu discurso proferido para o CONSU-USP, fim de seu mandato da direção da FFLCH e ano de sua aposentadoria formal, digo formal porque até 2015 Cohn vem atuando junto ao programa de pós-graduação em sociologia da UNIFESP.

### ***O rigor científico***

A ideia de *rigor científico* aparece em diversos momentos ao longo da obra de Gabriel Cohn. Ela representa a síntese de suas proposições sobre a forma de se fazer ciência dentro do campo das humanidades, tanto no que diz respeito ao debate sobre método e teoria, quanto nas demais pontas da construção do conhecimento.

No artigo publicado em 1968, intitulado “A sociologia e a arte da controvérsia”, Cohn problematiza o que ele chama de controvérsia a respeito dos debates sobre métodos de pesquisa nas ciências sociais no Brasil. Na defesa de um estatuto metodológico que dê conta das especificidades das ciências humanas, Cohn defende que (...) “uma ciência social realmente fecunda há de ser, *ao mesmo tempo*, rigorosamente empírica e globalizadora-crítica.” (COHN, 1968, p. 233. Grifos do autor). No seu diagnóstico sobre os debates das ciências sociais à época,

ele constata uma disjunção entre pesquisas teóricas e pesquisas empíricas e propõe o fim do isolamento entre ambas. A ideia de *rigor científico* se apresenta aqui da seguinte maneira;

O tipo de trabalho que vem sendo realizado nesses centros – dizem, em resumo, os críticos – tende a negligenciar o estatuto da ciência empírica da Sociologia e a se apegar a modalidades de trabalho e análise dos dados que são insuficientes para dar aos resultados obtidos um caráter plenamente científico. Assim, aquilo que se apresenta como as conclusões em numerosos trabalhos publicados, na realidade não permite a comprovação de que efetivamente foi superada a condição de hipótese, por insuficiências na aplicação do método científico”. (COHN, 1968a, p.230).

Para Cohn, (...) “a sociologia não se propõe outro objetivo senão captar racionalmente uma realidade social dada, e isso é melhor feito pela aplicação sistemática do método científico”, (COHN, 1968, p.231). Em sua crítica sobre método, as pesquisas teóricas também foram problematizadas. Cohn se baseia em Merton para estabelecer uma distinção entre produção de conhecimento e produção de um *saber* mais amplo. A ideia de *rigor científico* neste artigo consiste justamente em produzir *saber*, num movimento quase que antropofágico de integração entre o “sensível”, e que seja capaz de estabelecer laços com aquilo que ele entende por uma compreensão sociológica e de mundo no sentido mais amplo, isto é, uma espécie de reflexão que acompanhe o movimento que percorre as camadas daquilo que se pretende conhecer, tal como realizou Weber em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1905). Esse é processo que permite a integração entre distintas perspectivas metodológicas.

No conjunto da obra de Cohn a ideia de *rigor científico* se manifesta também de outras formas. Em seus estudos de comunicação o autor apresenta sua proposta de revisão teórica das noções de massa, elite e público. A análise destas noções é realizada a partir de exame teórico de suas diversas aplicações na história do pensamento político ocidental Europeu. Na passagem por autores como Rousseau, Freud, Piaget, Hegel, Marx etc, Cohn evidencia a carga ideológica contida nas interpretações e apropriações de seus escritos na forma como são aplicadas ao campo da comunicação, e expõe os contrapontos teóricos que sustentavam a base de aplicação empírica das pesquisas nessa área. Além da projeção de integração entre pesquisa teórica e pesquisa empírica, podemos sinalizar também que a busca pela distinção entre teoria e ideologia acaba por problematizar a própria noção de ciência dentro do conjunto das pesquisas em ciências humanas. Assim, escreve ele na introdução do livro “Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia” (1973):

Interessa-nos, portanto, examinar a questão de uma análise científica – referida, portanto, a uma *teoria* específica – que respeite simultaneamente a autonomia da sua dimensão sociológica e aquela de seu próprio objeto de estudo. Vale dizer: importamos discernir as condições de realização de uma análise *sociológica* da *comunicação* que tenha valor de ciência.<sup>4</sup>

Neste trabalho Gabriel Cohn tem uma proposta absolutamente objetiva: a discussão teórica no campo da comunicação a fim de realizar o que ele chama de “limpeza sistemática do terreno”<sup>5</sup>, e dar conta das demandas do quadro teórico da sociologia da comunicação, até então recente na sociologia brasileira. A ideia de *rigor científico* aqui está associada à integração dos estudos de comunicação com um referencial teórico crítico que dê conta da demanda de integração entre análise sociológica com valor científico. E porque ele realiza esse movimento? Um dos exemplos que Cohn utiliza para ilustrar o problema da passagem da pesquisa para o sentido da produção do conhecimento é a ideia de *representatividade* que aparece nas formas de apreensão da opinião pública através de pesquisas de opinião. Isso acontece, segundo ele, da seguinte forma: este tipo de pesquisa, tem por proposta [metodológica] interrogar individualmente os sujeitos, para depois transformar percentualmente as respostas obtidas em um dado que sugere que a soma das vontades individuais representa a vontade geral sobre a escolha. Isso revelaria um contraponto cuja origem se encontra no debate entre vontade geral e vontade de todos em Rousseau, e que nos trabalhos sobre comunicação em Cohn aparece na construção do conceito de *público*. Esse movimento expressa sua crítica a respeito da necessidade de integrar pesquisa teórica e pesquisa empírica, porque o controle e manuseio da informação técnica por aqueles que a dominam tem consequências diretas sobre como pensar as formas de pensar a sociedade. Para Cohn, uma das intransferíveis missões da academia é “captar a sociedade e converte-la em problema de pesquisa”. O que Cohn está propondo, na verdade, é que entendamos que independente do debate teórico e da escolha do objeto, a ideologia reside no método. E mais, isso não é uma exclusividade das ciências humanas. A crença no argumento de que a distinção entre ciências naturais e exatas e ciências humanas é justamente a particularidade do objeto, a sociedade, e que, portanto, é necessário ponderar a relação entre teoria e ideologia no segundo diante da impossibilidade de neutralidade como especificidade das ciências humanas é uma falsa simetria. O manuseio da informação técnica é

---

<sup>4</sup> (COHN, 1977b. P. 13)

<sup>5</sup> Idem p.15

ele mesmo ideológico, porque a ideologia reside no método, indissociável da teoria que o corrobora. Assim, são também todas as ciências naturais e exatas passíveis de crítica na composição entre teoria e ideologia. Assim, a ideia de rigor científico é tocante a todas as ciências ideologicamente; em uma está associada à precisão da escolha técnica no manuseio do objeto e da condução da pesquisa, e na outra está associada a uma perspectiva crítica teórica para a elaboração de um método de pesquisa pertinente em relação ao seu respectivo objeto. A partir do trabalho de Cohn é possível chegar à conclusão de que estes dois processos acontecem (ou pelo menos deveriam acontecer) em todos os campos científicos. É, pois, da conjunção entre ambos que a emerge a perspectiva da construção de um saber mais amplo, para além das técnicas de conhecimento.

Apresentei dois pontos que tocam na ideia de rigor científico nos trabalhos de Cohn, ambos aparecerão novamente no capítulo seguinte. O que é relevante para este primeiro capítulo é perceber a preocupação com o fazer científico, e que este não se restringe à relação exclusiva entre pesquisador e a construção de seu objeto de pesquisa.

Pretendo agora abordar suas proposições políticas e institucionais a respeito do tema, mais especificamente o movimento de conversão do debate teórico sobre construção do conhecimento nas ciências sociais em debate político e, para tanto procuro, demonstrar como se deu a atuação de Cohn nessa frente.

Num outro nível de análise, é possível relacionar essa exigência às condições históricas de sua formulação, mostrando, por exemplo, que a insistência de Max Weber na eliminação dos juízos de valor da ciência se torna mais compreensível se levarmos em conta fatores “extra-científicos” como a estrutura política e mesmo a organização universitária alemã da época. (Gouldner, 1964; Marcuse, 1965)”. (COHN, 1968a, p. 238)

A distinção entre *juízo de valor* e *juízo de fato* é discutida por Cohn não no texto acima citado, mas em “O sentido da ciência”, que é a apresentação do livro *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais* (2006j [1904]) de Weber, traduzido e comentado por ele (Cohn). No caso, a ideia de juízo de valor incide na disputa de ideias de valor nas formas de sociabilidade implícita ao agir “dos homens” (SIC). Ela não se encontra no objeto, mas na forma do conhecer, mais precisamente revela a disputa sobre a visão de mundo implícita no interesse individual dos cientistas sociais.

Em suma: não faz sentido pensar em pesquisa social sem o impulso de um interesse arraigado na sociedade (e não puramente formal, interno ao próprio objeto, como quando um teorema puxa o outro). E o fundamento do interesse é sempre um valor – mas não se faz ciência sem ultrapassar a fase da seleção do objeto rumo à aplicação do método, que independe de valores e decide se o resultado é o conhecimento científico ou não. (COHN, 2006j, p.11).

Levando em consideração a relevância do movimento de compreensão de fatores extra-científicos e organização universitária somados ao *interesse* na sociedade do ponto de vista do *valor*, como explicitado por Cohn a respeito da obra de Weber, procurei compilar os artigos em que Cohn se manifesta a respeito de políticas educacionais no Brasil para tentar reconstruir a *sua* perspectiva sobre os temas.

O primeiro artigo analisado para esta segunda parte do texto foi publicado na *Folha de São Paulo* em 1969, intitulado “A pesquisa sociológica”. Nele Cohn realiza uma reflexão sobre a relevância e importância da contribuição da obra de Florestan Fernandes através da resenha do livro *Florestan Fernandes sozialwissenschaftlicher* de Bárbara Freitag. Mas não foi por ingenuidade ou acaso que Cohn escreveu este curto artigo. O fato é que no ano anterior Florestan Fernandes havia sido obrigado a acatar a aposentadoria compulsória, imposta a ele e a tantos outros intelectuais no período da ditadura civil-militar. No diagnóstico de Cohn, houve ali uma mudança significativa dos rumos das ciências sociais da USP (ainda com sede na rua Maria Antônia), que é o corte das gerações mais antigas que ocupavam os espaços de lideranças de grupos de pesquisa deixando um vazio intermediário até as gerações mais jovens, recém ingressadas na carreira. Cohn acaba compartilhando estes três espaços, pré, durante e pós ditadura na academia. Para ele a opressão dentro da academia refletiu em mudanças significativas, tanto institucionais, como temáticas no caso das ciências humanas, como mostra um trecho da entrevista publicada na Revista *Plural*.

Era um mundo de paradoxos, com o paradoxo de ter sido o regime militar o responsável pela instalação do marxismo dentro da Universidade. Durante minha graduação, você discutia Marx, socialismo, comunismo, revolução em todos os cantos, não necessariamente na sala de aula, não necessariamente com seus professores – aliás, no prédio da Maria Antônia havia uma salinha onde se reunia o pessoal do CKM, o Centro Karl Marx; foi lá que ouvi a primeira exposição sistemática sobre Marx (...).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> COHN, Gabriel. “As sutilezas da sociologia e a sociologia das sutilezas” In: SAMPAIO, Lilian A. Revista Plural Sociologia. USP, S. Paulo, 10:211-228. 2º sem. 2003.

E segue um trecho de outra entrevista, em “Conversas com sociólogos brasileiros” (BASTOS, 2008, p.79):

Acreditava-se na criação de uma reflexão acadêmica voltada para as grandes questões substantivas e para os fundamentos teóricos, com um nível de verdade e de sofisticação altíssimo. Não dá para negar que uma parte disto foi cortada nos anos 70. Um ponto complicado e mesmo pernicioso foi o modo pelo qual, nos anos 70, a Universidade foi forçada a internalizar o Marxismo. Todo mundo tornou-se forçadamente marxista, sujeitando-se a contínuas cobranças internas e à repressão externa, à censura. Era uma panela de pressão, e a Sociologia pagou por isto, mas, não perdeu o vigor. Os trabalhos continuaram a ser feitos com ou sem angústias internas.

E:

Mas, nós tivemos um momento em que a atividade intelectual foi submetida a injunções brutais, que no mais das vezes não vinham de fora. No caso da USP, pelo menos, não vinham de fora. Vinham de dentro, da direita que impunha aposentadoria, ou da esquerda que cobrava de maneira atroz, e queria, a qualquer momento, um resultado palpável. (BASTOS, 2008. P. 79)

O registro da tomada de posição de Cohn em publicar em um jornal de grande circulação a contribuição de Florestan Fernandes simboliza uma espécie de forma de resistência às mudanças que viriam a ocorrer ali posteriormente. A constatação do que isso significaria para a sociologia e para a Universidade do ponto de vista de escolha como narrativa sobre aquele momento como um todo é bastante curiosa, que é a interferência da ditadura nos temas e referências sociológicas como forma imediata de resistência, de lidar com o que estava posto através da internalização do marxismo. Dado o contexto, Cohn indica a abertura para um certo maniqueísmo argumentativo resultado da formação binária de se fazer política: direita *OU* esquerda, e da forma abrupta com que se irrompeu o processo ditatorial dentro e fora da Universidade. Para Cohn esse foi um período de engessamento do livre pensar sociológico, como se a sociologia tivesse que fazer uma pausa no percurso que vinha traçando para lidar com a inevitável questão imposta pela urgência de seu contexto. Daí a constatação da pausa da forma de reflexão crítica em razão da tomada *justa* de posição militante. Sobre isso ele diz:

Nos anos 1980 a ditadura golpeou os sociólogos e os jogou em uma trincheira de uma oposição cerrada e necessária. Isso engrandeceu alguns sociólogos, como cidadãos e como militantes, e em alguns momentos converteu o simples exercício da Sociologia em ato de coragem. Mas teve efeito particularmente perverso sobre a Sociologia, sobretudo porque gerou a má consciência entre os sociólogos, ao inibir a reflexão científica em nome das exigências mais imediatas, culminando em não poucos dentre eles, na mitificação do “concreto” e na desqualificação da abstração conceitual como luxo escapista. (COHN, 2003f. p.84)

Posteriormente, em 2003, Cohn recupera essa questão a partir da reflexão sobre como a Sociologia (ele escreve com S maiúsculo) deve reorientar-se no sentido de reconectar-se com a ciência para reconstruir uma posição crítica. Ele faz isso em um texto intitulado “A Sociologia como interrogação”, em clara alusão ao título da conferência de Florestan Fernandes, “A sociologia como afirmação”, apresentada em 1962 na ocasião do evento da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). No entanto ele não está propondo que o *saber militante* de Florestan Fernandes seja deixado de lado, como se a sociologia tivesse que estabelecer uma relação com a sociedade que não fosse de contribuição incisiva. Na verdade, parece ficar cada vez mais claro que a reorientação da sociologia como construção crítica, ou seja, da qual já não são demandadas respostas imediatas (embora também os tempos atuais indiquem outras urgências), se dá pela reincorporação reflexiva nas formas de pensar a sociedade. Isso aparece em sua defesa do retorno aos estudos dos clássicos (Marx, Weber e Durkheim); na contribuição de Adorno que de certa forma lidava com questões de rompimento em suas obras, como ascensão do nazismo e Holocausto. A retomada de um tema pensado em 1962 por Florestan Fernandes, reconfigurado como proposta de repensar os caminhos e o papel da própria Sociologia, aparece da seguinte maneira:

A Sociologia como interrogação não é mera introspecção. A sua interrogação, levada a fundo, incorpora a afirmação e a negação: é o caminho para formar-se a Sociologia sem perder a força para negar-se a sociedade pela única via, que importa, que é a crítica concreta, racionalmente fundamentada, estribada nos fatos e alheia a qualquer concessão à moda, à oportunidade ou simples acomodação. (COHN, 2003f, P. 87)

O *immediatismo* é bastante importante nos argumentos de Cohn, porque ele se torna responsável pela guinada para as pesquisas empíricas, primeiramente colocadas como resultado de um projeto mais amplo de modernização da Universidade, que pode ser grosseiramente sintetizado aqui como a ideia conhecer a sociedade para desenvolvê-la, deixando à margem os estudos de teoria e priorizando as pesquisas de tipo empíricas. E segundo porque a Universidade [de São Paulo] serviu como uma espécie de refúgio intelectual para a construção da luta e resistência.

Faço agora um salto para a década de 1980. O desenrolar do processo de pensar Universidade do ponto de vista político caminhou em paralelo com seus trabalhos teóricos, mas que em alguma medida se entrelaçam de um ponto de vista mais amplo. Durante a década de

1980 Cohn publicou algumas reflexões sobre os rumos da Universidade, do desenvolvimento da ciência considerando que este seria o momento de repensar suas formas de reorganização. Há também o espaço de abertura para reflexão sobre a distinção entre autonomia e autarquia, que vinha sendo discutido no contexto da reforma estatutária da USP e sobre abertura para a profissionalização da carreira de sociólogo para o mercado.

Em 1986, ou seja, no contexto de “abertura política”, Cohn publicou na *Folha de São Paulo* o seguinte artigo: “A hora e a vez da Comunidade científica”, em referência a Augusto Matraga personagem de *Sagarana* (Guimarães Rosa). Neste texto Cohn discute as mudanças estatutárias ocorridas no CNPq como a participação da comunidade científica em instâncias deliberativas e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Assim, diz ele: “No mínimo, questões centrais de interesse nacional no campo da pesquisa científica e tecnológica, que no regime militar ficavam adstritas a uma outra comunidade, a da ‘informação’, passam para o âmbito que lhes é próprio”. (COHN, 1986).

Posteriormente, (ainda em 1986), Cohn publicou o texto “A sociologia está morta”, tal qual o desfecho de Augusto Matraga e, curiosamente, na data 2 de novembro (finados). Nele Cohn abordou a polêmica no debate sobre ciências sociais, mais especificamente a sociologia e a oficialização da profissão de sociólogo. Esta passagem marca a distinção entre a sociologia como ciência, vinculada à pesquisa e a sociologia aplicada ao mercado, através de pesquisas de intenções de voto ou vinculadas ao setor empresarial, como referi na introdução deste texto a partir da discussão de rigor científico. Cohn revela sua preocupação de que ao sociólogo atribuiu-se o papel de coletor de dados, sem a constituição de uma reflexão teórica que dê conta de integrar estes dados. Esse caminho que viabiliza uma sociologia não reflexiva representa, literalmente, sua morte enquanto ciência.

Nas suas melhores vertentes a sociologia tem uma ambição clara: proporcionar um conhecimento rigoroso dos fatos e simultaneamente crítico das tendências implícitas nesses fatos. Na busca dessa unidade reside sua grandeza e também sua fraqueza. Fraqueza porque esse ímpeto unificador da ciência positiva e da crítica bem fundada esbarra na tendência à desagregação dessa unidade em dois polos estéreis quando isolados: a subordinação rasteira aos dados da observação ou a crítica vazia. Tanto mais há motivos para empenhar-se na sua efetivação, sem dar margem às soluções fáceis. No entanto, alguns passos da recente polêmica entre a filosofia e a sociologia deixavam entrever uma certa desqualificação da ciência em nome de alguma modalidade de interpretação crítica. Reflete-se nisso uma tendência real e preocupante, que precisamente a Sociologia está aqui para combater, como tarefa prioritária (COHN, 1986c)

Ainda em 1986, Cohn publica um texto intitulado “A autonomia da universidade pública”. O pano de fundo era a reforma estatutária da USP, que vinha sendo orientada num plano que criava uma relação de correspondência entre autonomia e autarquia. Para Cohn a “Universidade autônoma converte questões e necessidades da sociedade mais ampla em questões acadêmicas; e junto com as respostas para elas, produz os quadros sociais capazes de reconvertê-las em propostas de interesse social mais amplo”, assim, sua relação com a sociedade deve ser orientada no sentido de representar seus interesses através daquilo que ela pode oferecer enquanto instituição de ensino e pesquisa, que é saber científico”. Neste ponto destaco o caráter propositivo de sua atuação.

Em suma, é possível perceber em sua obra um movimento de reestruturação das pesquisas na área de sociologia tanto em seu aspecto metodológico, que reside na defesa de um caráter científico que dê conta de integrar pesquisa teórica e pesquisa empírica, quanto do ponto de vista institucional, nas formas de construção da Universidade como projeto e sua integração com a sociedade. No debate sobre autonomia Cohn procura intermediar o equilíbrio entre a articulação de interesses e “capacidades setoriais” por parte da Universidade e “exigências sociais”, e seria este o “primeiro e essencial passo para a formulação de prioridade e programas de pesquisa”.

Nos anos 2000, com os chamados decretos do Serra, a implementação do REUNI, a criação da secretaria de ensino superior e outras medidas de âmbito educacional e científico, e que atingem diretamente as pesquisas, é possível perceber uma preocupação com as instituições de financiamento de pesquisa, que ele conecta à própria noção de democracia. Há uma preocupação com a universidade que atravessa a forma como ele pensa a sociologia. No documento que contém seu programa de candidatura para a direção da FFLCH, Cohn deixa explícita sua proposta de “Combinar inteligência autônoma como agenda de pesquisa e ensino com temas e questões emergentes da sociedade sempre buscando traçar as novas condições de exercício do pensamento crítico”. O debate sobre autonomia está diretamente ligado à sua crítica sobre as formas de financiamento das pesquisas pela CAPES e FAPESP, as agências de fomento. Porque é através da forma como elas avaliam, sobretudo quantitativamente, os pesquisadores e pesquisadoras que ocorre a intervenção nas pesquisas, seja por prioridade temática, seja por proposta de uma padronização que já começa no próprio formato do modelo de projeto. Em entrevista concedida disse ele:

Eu tenho um malestar em relação à USP. Acho que ela aderiu demais. Aderiu demais como instituição às diretrizes federais, na época. Acho que a USP tinha peso para dizer, sou um interlocutor, não sou simples subordinado. Ela entrou de cabeça. Atualmente, ela não tem autonomia em relação ao que a CAPES e outras agências prescrevem. Acho que este foi um grave erro. (REGO, BASTOS & LOUREIRO, 2008. P.80)

O tema da democracia na experiência da Universidade como projeto que articula suas capacidades com as exigências sociais não aparece exclusivamente do ponto de vista político, do Estado e das instituições, mas como pauta política na sua preocupação com o método[científico]. Há uma busca pela correspondência entre ciência, sociologia e sociedade<sup>7</sup>, no sentido de restaurar o alinhamento entre estas categorias, que Cohn define como “restaurar unidade entre análise social e reflexão sociológica”.

Agora a questão é, também, e talvez, sobretudo, a da tensão crítica do cientista em relação aos grupos que ‘manipulam e orientam’ a própria ciência, a começar pela política científica – grupos aos quais, é bom lembrar, os próprios sociólogos não estão inteiramente alheios. (COHN, 2003f, P. 85).

Por fim, o diagnóstico atual do estado do fazer científico e sociológico indica em sua obra uma busca por “Lideranças no campo intelectual capazes de atuar no campo científico e político reunindo projetos entre o saber e o poder”, onde mais uma vez aparece a relação entre o ciência e política, na qual por exemplo, a avaliação que as instituições de pesquisa realizam dos pesquisadores devem ser pensadas do ponto de vista da instituição como projeto, e portanto, devem ser externas, e não do ponto de vista da avaliação individual centrada na figura do pesquisador através de enquadramento de projeto correspondente com uma meta quantitativa de produção acadêmica. Nesse quadro aparece o tema da temporalidade como fundamental para pensar o desenvolvimento da sociologia como ciência, porque o livre pensar exige dedicação, demanda reflexão e portanto a nossa perspectiva sobre o tempo não corresponde à nova forma de imediatismo que tem tomado as ciências humanas, em busca de resultados, não mais para lidar com as exigências de uma ditadura, mas como forma constante de sustento através da submissão de seu projeto a um projeto mais amplo sobre como a ciência está sendo pensada e gerida. Para Cohn: “A Universidade não é uma organização política, mas não funciona na

---

<sup>7</sup> “Comparado com os idos anos 1960, o panorama atual da Sociologia exhibe uma complexidade desconcertante, aqui e pelo mundo afora. Sua marca mais evidente é a diversidade. Comte fazia a Sociologia coroar o seu sistema de ciências; hoje, parece haver mais sociologias do que o conjunto das ciências comtianas. Nesse contexto, o que fazer?” (COHN, 2003f, p. 83).

ausência de uma direção política, em contraste com a gestão burocrática”. Com isso a relação entre ciência, política e universidade aparece atualmente através da tensão que atravessa desde a sensibilidade do desenvolvimento individual de uma pesquisa, a partir do cuidado com o método a um projeto mais amplo que parte do *interesse* político do financiamento, mas de política de governo, como gestão, e não política de Estado que nem sempre corresponde a um interesse que parte da sociedade. O que gera um descompasso sobre a percepção da Universidade como parte constitutiva da sociedade civil, e que oscila entre a demanda da contribuição e a da servidão científica. Assim, diz ele:

Há bons motivos para pensar que a multiplicação de serviços acadêmicos, normal em entidades lucrativas que funcionam no estilo do balcão de oferta, vai se impondo por todos os lados segundo critérios que não são de ordem acadêmica, não se subordinam às exigências estritas do conhecimento, mas respondem a condições às quais a universidade é chamada a simplesmente a reagir (COHN, 2006f)

Através desse panorama é possível perceber que pelo menos ao longo de vinte anos Cohn alerta para os rumos da universidade, a crítica às formas de financiamento e pesquisa e o seu diálogo com a sociedade civil. Este posicionamento aparece também nos seus debates teóricos, primeiro sobre comunicação e posteriormente nos escritos sobre Weber. É também uma forma possível de compreender a recepção da teoria crítica por ele, que também teve que dar conta da relação entre academia e sociedade, entre o conhecer e o mundo, sobretudo no caso de Adorno, que além dos escritos, sua trajetória institucional como diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt até a década de 1960, quando se viu cercado por estudantes em seu gabinete, e teve de lidar com o fato de que o mundo desafia a teoria, tanto quanto a teoria desafia o mundo.

## Capítulo 2 - Entre teoria e ideologia: a ideia de *rigor científico*

### 2.1 O estudos sobre Comunicação

Em 1966, em uma reunião da Cadeira de Sociologia, Octávio Ianni fez uma intervenção, indicando que estávamos defasados em relação às transformações fundamentais ao que ocorriam no mundo, às quais nós não estávamos integrando à nossa atividade. Uma das mais importantes era a expansão dos meios de comunicação de massa. E que, portanto, devíamos passar a pensar sobre isto. Eu tinha acabado de entrar na cadeira de sociologia e era aquele sujeitinho que ficava olhando para o espaço, enquanto tudo acontecia. Aí, sobrou para mim, como era de se imaginar naquelas circunstâncias. O resultado disto é que a USP foi o primeiro lugar no Brasil em que se discutiu algo próximo à Sociologia da Comunicação, a partir de 1967.

*Gabriel Cohn*<sup>8</sup>

Em 1971 Gabriel Cohn defendeu na Universidade de São Paulo sua tese de doutorado de título “Comunicação e Cultura de massa: teoria e ideologia”, sob orientação de Luis Pereira. Três anos após essa data foi publicado o livro originado a partir de sua tese, sob o título *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. O texto que segue é uma análise deste livro e algumas considerações sobre sua produção intelectual no tema da comunicação.

A proposta principal do livro em questão consiste na apresentação do exame teórico de três conceitos historicamente aplicados no campo da comunicação, tais como: *massa*, *público* e *elite*. Sua finalidade é de problematizar os limites entre teoria e ideologia na dimensão da aplicação desses conceitos nos campos da cultura e política contemporânea. A análise desses conceitos é realizada a partir de exame teórico profundo de suas diversas aplicações na história do pensamento político e histórico. Na passagem por autores como Rousseau, Freud, Piaget, Hegel, Marx etc, Cohn traz à luz a carga ideológica contida nas interpretações dessas análises aplicadas ao campo da comunicação, dessa forma expõe os contrapontos teóricos que sustentavam a base de aplicação empírica das pesquisas nessa área. Além da projeção de

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida (2008) COHN, Gabriel. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio(orgs.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34.

integração entre pesquisa teórica e pesquisa empírica, podemos sinalizar também que a busca pela distinção entre teoria e ideologia acaba por problematizar a própria noção de ciência dentro do conjunto das pesquisas em ciências humanas e a busca por sua definição da noção de ideologia na forma como se apresenta e nas dimensões social, cultural e política de seus efeitos.

Interessa-nos, portanto, examinar a questão de uma análise científica – referida, portanto, a uma *teoria* específica – que respeite simultaneamente a autonomia da sua dimensão sociológica e aquela de seu próprio objeto de estudo. Vale dizer: importa-nos discernir as condições de realização de uma análise *sociológica* da *comunicação* que tenha valor de ciência.<sup>9</sup>

O trabalho de Gabriel Cohn tem uma proposta específica e absolutamente objetiva: a discussão teórica no campo da comunicação com a finalidade de realizar o que ele chama de “limpeza sistemática do terreno”<sup>10</sup>, e dar conta das demandas do quadro teórico da “Sociologia da Comunicação”, até então recente na sociologia brasileira. Segundo ele, os debates sobre comunicação eram utilizados como instrumento acessório em outros temas de pesquisa, ou ainda, eram abordados de maneira periférica, assim, em sua obra o tema passou a ser central.

Nos três primeiros capítulos do livro Cohn apresenta o dito “exame das terminologias e apontamentos de conteúdos ideológicos” no qual ele se propõe a “descobrir as modalidades históricas da produção e as condições sociais da incorporação e redefinição de conceitos”<sup>11</sup> no caso, de *massa*, *elite* e *público*. A escolha desses conceitos não é aleatória, a partir deles outros conceitos contemporâneos se desenvolvem. Por exemplo: do conceito de massa e toda sua discussão sobre identidade e individualidade. Cohn passa por Durkheim, Marx e Weber para problematizar a relação indivíduo e sociedade, seja do ponto de vista da anomia, seja do ponto de vista da mercadoria ou do debate sobre cultura, o que está presente nos três é *a abordagem* sobre formas de ação dos sujeitos no contexto de multiplicidade de sujeitos, a “era da massas”. Assim o caminho percorrido por Cohn é o de demonstrar essas formas de abordagem, por exemplo em Freud, na relação entre o ego do sujeito substituído pelo ego do líder, ou ainda nos debates sobre comportamento coletivo nas multidões.

A importância desse movimento de pensar criticamente as bases do pensamento sobre massa e multidão no século XIX está adiante, quando no século XX os debates sobre

---

<sup>9</sup> (COHN, 1977b. P. 13)

<sup>10</sup> Idem p.15

<sup>11</sup> Idem p. 16

sociedade de massas, Indústria Cultural, o agir comunicativo e outros estudos conquistam espaço nos debates sociológicos com expressões que originaram justamente dos três conceitos que Cohn elege como elementares. Na mesma linha da discussão de *massa* existe seu contraponto, que é a ideia da construção de *elite*. Elite é um conceito amplo que pode ser utilizado para referir-se a muita coisa, dependendo da condição de seu predicado, por exemplo, elite política, elite cultural, elite colonial, elite intelectual e etc. Esses predicados aparecem no trabalho de Cohn no debate sobre representação da ideia de elite, e sobretudo sua utilização como forma de distinção. Por exemplo, no caso do debate sobre comunicação e cultura, o que aparece dentro da literatura sociológica de forma recorrente é a tentativa de distinção de valor de arte consumida pela elite e aquela consumida pela massa. Alguns autores ainda enxergam retrogradamente que aquilo que é consumido pela massa sequer pode ser considerado arte ou “cultura”, porque sendo produzido industrialmente para consumo, como mercadoria, não tem, supostamente, a finalidade crítica e transcendental da arte, não tem finalidade de emancipação e, portanto, não tem validade cultural. O mesmo caminho de pensamento vale para o conceito de público, nesse caso a orientação é para a reflexão de composição e acesso à esfera pública em sua dimensão de participação política. Diante das construções teóricas apontadas acima o trabalho de Cohn tende a desconstruir, por exemplo, a ideia de *sociedade de massa* pela obviedade do caráter ideológico da aplicação da própria ideia de massa e, conseqüentemente o conceito de cultura aparece vez por outra imerso no contexto da comunicação.

Nesse ponto, somos obrigados a passar em revista, ainda que de modo sumário, a problemática sociológica das massas, com tanto maior razão porque encontramos, ao lado do híbrido “cultura de massa” o seu correspondente “sociedade de massas”, em relação ao qual se põem os mesmos problemas.<sup>12</sup>

A saída encontrada por ele para reorientar esse debate reside em outra área do conhecimento, justamente aquela que fundamenta teoricamente os atos da ideia de comunicar-se: a linguística, passagem que aparecerá na etapa final deste texto.

Retomando as considerações iniciais sobre este trabalho, cito uma sentença que aparece ainda na introdução do livro em questão: “Importa-nos discernir as condições de realização de uma análise *sociológica da comunicação* que tenha valor de ciência”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Idem p. 18

<sup>13</sup> (COHN, 1973. P. 13)

Há bastante coisa a ser considerada a respeito desta sentença, minha meta aqui é tentar aclarar um pouco o que está em questão na relação entre sociologia, comunicação e ciência. O significado de discernir as condições de realização de uma análise que tenha valor de ciência tem uma implicância direta sobre os conceitos analisados por Cohn neste trabalho. Para Cohn o caráter ideológico que fundamenta a utilização teórica destes conceitos os afasta de uma proposição científica “objetiva”. Cohn não está propondo a possibilidade de neutralidade em qualquer análise científica em ciências humanas, o que ele está dizendo é que diante da impossibilidade de neutralidade nas metodologias de pesquisa em ciências humanas cabe aos sociólogos separar o joio do trigo, isto é, discernir os propósitos ideológicos que fundamentam as construções e orientações dos conceitos. Isso também, discute ele, não implica na busca por uma revelação ideológica de cada autor, cada objeto e cada conceito. Na análise dos meios de comunicação a busca pelo elemento ideológico não reside na análise da produção de cada peça mercadológica ou ainda nas suas inúmeras formas de recepção. Cohn se baseia em Marshall McLuhan e em Eliseo Veron para dizer que dentro do campo da comunicação a busca pelo caráter ideológico não reside nem no emissor, nem no receptor e muito menos na mensagem, ela reside, pois no código. Sendo assim, a discussão sobre ideologia no debate sobre teoria e ciência nas humanidades não reside nas opções ideológicas de cada intelectual, muito menos em seus objetos, é na forma como cada investigação é realizada que reside a ideia de *validade* do ponto de vista científico. A referência sobre forma e estrutura aqui nessas condições podemos tranquilamente dizer que se trata do método. Assim podemos assumir que seu trabalho consiste em distinguir entre os conceitos aquilo que é considerado por ele com “validade científica”, e portanto, com validade teórica para futuras análises, e aquilo que se apresenta como puramente ideológico. Trata-se de compreender como ele constroi essa fronteira e de compreender os significados que atribui a ciência, conceito e teoria, para podermos problematizar sua proposta de revitalização da sociologia a partir da defesa de seu caráter científico.

### ***Massa, elite e público: a presença da ideologia na forma de construção teórica***

Passamos agora a uma espécie de sobrevoo sobre suas análises dos conceitos de massa, elite e público, respectivamente.

Na primeira parte de seu livro Cohn apresenta uma narrativa das diversas formulações sobre o conceito de massa e realiza um exame da constituição e das múltiplas (re)apropriações desse conceito ao longo da história dos pensamentos social e político. Ele começa o texto apresentando uma noção de massa como uma descrição heterogênea de indivíduos indiferenciados. Depois ele parte para outras abordagens teóricas sobre o tema, que discutem indícios de comportamento irracional no contexto de aglomeração em massa, outras apontam ainda comportamentos racionais cuja diferenciação estaria pautada pela abordagem dos indivíduos. Há ainda outra vertente que aponta a correspondência entre massa e multidão, além da problemática “massa com líder”, “massa sem líder” etc. Mais importante do que descrever e caracterizar todos os tipos possíveis de interpretação da noção de massa é pensar que não há consenso na incorporação desse conceito, nem em seus aspectos políticos nem sobre suas atribuições históricas. Dito isso, Cohn traz à tona a dimensão da carga ideológica embutida nessas formulações como objeto de análise, que nos faz enxergar as disputas por trás desse e do outro conceito, o de elite. Podemos ver um exemplo no trecho a seguir:

Um traço que pretendemos ressaltar, no nosso tratamento preliminar do problema da *massa*, consiste em que, ao longo de todo o desenvolvimento histórico da reflexão a seu respeito, está implícita a atribuição a essa categoria social de uma certa responsabilidade pelo surgimento, efetivo ou possível, de determinadas características do sistema social e cultura global. Assim, à presença e ação da massa atribuíam-se, no século passado, a ameaça constante de ruptura social e terror político revolucionário; posteriormente, a sua presença, entendida como “disponibilidade”, é tida como substrato de movimentos políticos “totalitários”; finalmente ela é encarada como condicionadora de um aviltamento de valores estéticos e culturais em geral. Paralelamente, contudo, a atitude dos observadores e analistas em relação a esse mesmo fenômeno social sofre uma transformação digna de nota; do alarme que caracteriza as reflexões conservadoras do século passado, passa-se a uma atitude de mal-estar e mesmo desprezo no início deste século. Finalmente, com a definitiva incorporação do tema pelas Ciências Sociais, adota-se uma postura simplesmente neutra, de aceitação sem maior exame desse suposto dado do real, apto a ser correlacionado com outros ao mesmo título que eles. É nesse caminho que se passa da ideia de massa como nociva à própria sobrevivência da “sociedade civil” para a noção, contemporânea, da “sociedade de massas.”<sup>14</sup>

Por trás das incorporações políticas das múltiplas noções daquilo que se entende por *massa*, encontramos o debate sobre a transformação histórica da noção a partir de sua incorporação pelas ciências sociais. Ao longo da argumentação de Gabriel Cohn, é possível percorrer os caminhos dos debates metodológicos mais amplos das ciências sociais, a partir das

---

<sup>14</sup> Idem p. 18

escolas de pensamento e dos autores citados, tendo em vista a maneira como a noção de massa fora estudada por cada um. Nesse sentido, através do mapeamento dos debates em torno do conceito de massa temos uma revisão de importantes tradições da história do pensamento sociológico. Por exemplo, no debate sobre as noções de grupo, multidão e coletividade que serão apresentadas adiante, de acordo com a maneira como são dispostas, podem, por vezes, tornar-se exemplos de contraponto à reflexão de indivíduo e sua relação com o coletivo. Este movimento será importante para a compreensão da leitura que Cohn realiza de Habermas nos debates sobre teorias da ação e opinião pública; Weber, no que diz respeito à tipologia da ação e ao foco no indivíduo; Durkheim, no que diz respeito à forma como relaciona indivíduo e sociedade; e Freud, por sua análise de comportamento individual e coletivo.

O uso do conceito de massa atravessa períodos da história do pensamento ocidental ora atribuída a movimentos conservadores, como na França no século XIX, ora constituída em função de outros movimentos, como em contraposição à noção de elite.<sup>15</sup> Cohn mobiliza Karl Mannheim para apresentar de maneira didática uma possibilidade de análise da noção de massa que desemboca na ideia de pensá-la como “unidades coletivas, construídas a partir de indivíduos ou fatores isolados”<sup>16</sup>. Em contraponto a isso o termo *massa* também pode servir para pensar a noção de *multidão*, como demonstra Gustave LeBon em “Psicologia das massas” (1895). Ambos problematizam algo importante, a saber: a noção de *autonomia individual* dos sujeitos quando imersos em situação de grupo, de coletivo. Para Cohn, em Le Bon: “Trata-se de, em última instância, de compreender como um aglomerado de indivíduos que, isoladamente, são capazes de discernimento e de comportamento racional, adquire características diversas daquelas de cada um dos seus componentes individuais, ou do seu simples agregado”<sup>17</sup>. Embora esse autor expusesse sua argumentação em função de “demonstrar o caráter irracional, impulsivo e mesmo regressivo da aglomeração das massas, por outro lado, ao expor a tomada de consciência de sua força por meio de associação as massas, no sentido de classes populares, passam a fazer parte da vida política”.<sup>18</sup> Segundo Cohn, a discussão apresentada por Le Bon encontra seu equivalente contemporâneo presente na expressão “comportamento coletivo”:<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> p. 19

<sup>16</sup> N/A Mannheim, K. Op. Cit., p. 117.

<sup>17</sup> Idem p.20

<sup>18</sup> Idem p.21

<sup>19</sup> Idem p. 21 N/A: Acerca da atualidade das formulações de LeBon, veja-se S. Milgran e H. Toch, “Collective Behavior: Crowds and Social Movements” in: Lindsey e E. Aronson (orgs.), *The Handbook of social Psychology*, Addison-Wesley, Reading, Mass., 2º ed., 1968, Vol. 4 pp. 507-610, esp. pp. 542-45. “Historicamente – dizem eles – a questão mais persistente no estudo do comportamento coletivo tem sido: “Por que as coerções

Designa-se por *comportamento coletivo* nas Ciências Sociais Contemporâneas, sobretudo de língua inglesa, uma forma específica de ação de grupos humanos: precisamente aquela suscetível de ser encarada como “irracional”, “aberrante”, e sobretudo, não institucionalizada.<sup>20</sup>

Gabriel Cohn aponta diferentes perspectivas sobre as designações do que viria a ser o *comportamento coletivo*, e a maneira como essa noção foi apropriada pelas Ciências Sociais. Segundo o texto, se, em um dado momento, a noção “europeia” de comportamento coletivo passou por premissas conservadoras, negativas, sobretudo na França do século XIX, já a experiência da sociologia norte-americana tratou de pensar essa mesma designação do ponto de vista da individualidade do sujeito, com vistas para a Psicologia Social, criando um distanciamento da “noção europeia” de massa, que Cohn denominou como antidemocrática.<sup>21</sup> Desenvolveu-se, a partir dos distintos caminhos por que foi recebida a noção de massa, uma dicotomia na relação entre “causas da desordem *versus* natureza da desordem”.

A informação é cautelosa, mas dá a entender claramente a persistência de velhos temas, redefinidos apenas em dois pontos. Em primeiro lugar, a análise que, na sua origem europeia, procurava aprender tendências históricas a longo prazo é redefinida “operacionalmente” na sociologia contemporânea, para procurar responder às questões mais imediatas a respeito das causas específicas do comportamento não institucionalizado – ou seja, os motivos pelos quais falham, em casos dados, os processos de controle social.<sup>22</sup>

Essa dicotomia, por sua vez, pode ser explicada a partir de dois modelos: a mesma noção de massa pode ser entendida, tanto do ponto de vista do indivíduo que transforma seu comportamento, sua ação, quando está inserido em contexto de grupo, quanto a partir da perspectiva do grupo em si, atribuindo ao conceito de massa certa homogeneidade como característica.

No pensamento explicitamente conservador do século XIX o comportamento irracional é identificado com o das massas numa situação de transição histórica em vias de desaparecer. Nas teorias contemporâneas a identificação “comportamento de massa-irracionalidade” tende a ser mantida, mas a racionalidade é identificada com as instituições *presentes*. O pensamento conservador ainda tingido de tradicionalismo do século XIX, do que fala Mannheim, converte-se em conservador *tout court*”.<sup>23</sup>

---

que orientam o comportamento convencional e decente do homem médio se rompem quando ele está numa multidão”? (*op. Cit.*, p. 517).

<sup>20</sup> Idem p. 21

<sup>21</sup> Idem p. 21

<sup>22</sup> Idem p. 22

<sup>23</sup> Idem p. 22

Por trás das disputas por modelos na interpretação do conceito de massa ou multidão, Cohn indica as distinções que permeiam os debates entre escolas francesa, alemã especialmente, e escolas norte-americanas, como modelos de pesquisa. As consequências da adoção de cada modelo representam, de certa maneira, as consequências limites dos modelos de sociologia que vigoravam em cada escola e suas afinidades ideológicas. Assim, Cohn discute de maneira específica as tradições das escolas de sociologia em questão, em especial a influência de teorias racionais de interpretação do comportamento coletivo a partir do plano individual, como no caso da Teoria dos Jogos, cujas ações individuais podem ser relativamente “calculadas” de acordo com as possibilidades de ação e expectativas de cada *indivíduo*.

As metodologias de pesquisa apresentadas para a compreensão da concepção de massa, seja no plano das ações individuais dos sujeitos, seja no plano coletivo, abrem as portas para uma reflexão mais profunda sobre método. No caso do conceito de massa, as escolas europeias apresentam reflexões orientadas especialmente de perspectivas teóricas, e também com base em experiências sociais e políticas da história desse continente. Ao contrário, a sociologia norte-americana (de maneira geral), se volta para o plano das análises quantitativas e psicologistas, na ideia de desconstruir o caráter positivista e, por vez, generalista imanente a outras escolas acaba desembocando no que se conhece hoje como a perspectiva que discute biografias e trajetórias. Como consequência disso, levou-se ao limite as análises sociais orientadas pela perspectiva do indivíduo, passando, muitas vezes, para o campo da psicologia social exclusivamente. Outra contraposição consequente das distintas interpretações do conceito de massa, pode ser compreendida pelo par racional/irracional. Enquanto alguns intelectuais representantes de Escolas Europeias se apoiam na irracionalidade do comportamento coletivo para justificar sua posição conservadora frente ao tema, a “escola norte-americana” se apoia em debates que possibilitam a descrição do comportamento das massas a partir da racionalidade implícita a cada indivíduo. O tratamento da noção de *multidão* a partir de matriz que revela possíveis ganhos e perdas, explicitado por Roger Brown é um exemplo disso.<sup>24</sup>

A razão de tão modesto ganho analítico é clara: diz respeito ao caráter meramente instrumental-formal da racionalidade individual que se toma como base para o exame

---

<sup>24</sup> Idem p. 22

do fenômeno, em substituição à premissa de uma irracionalidade dada no nível grupal. De pouco serve, portanto, substituir a ideia de uma irracionalidade de fundo coletivo pela de uma composição (matriz) de racionalidades *formais e individuais*. É que, com isso, ainda não abandonamos o universo de pensamento que engendrou a (falsa) questão de por que indivíduos razoáveis, se tomados um a um, são tomados por formas de insânia coletiva; em outros termos, não é válido tratar a questão através de uma combinação *ad hoc* do nível individual (psicológico) com o plano (social) da ação.<sup>25</sup>

Os múltiplos modelos possíveis de metodologia de pesquisa, como a sociologia sistemática, e o debate sobre sociologia compreensiva e sociologia como modelo explicativo, emergem sob influência de dois modelos clássicos já conhecidos: Weber e Durkheim. Entretanto, aqui, não é a eles que Cohn recorre para seguir sua análise da concepção de massa na contemporaneidade, mas sim a Freud. E mais adiante, seguindo a análise do livro, veremos também a importância de Marx para essa reflexão.

A interpretação freudiana dos fenômenos de massa se funda na impulsividade reprimida dos indivíduos que tende a aflorar em situações de coletividade. “Não se trata para ele de pensar uma simples emergência de tais impulsos tornados incontroláveis em situação de massa, mas sim de sua *redefinição*. O mecanismo básico invocado para dar conta desse fenômeno é o de *identificação*.”<sup>26</sup> A partir dessas noções, segundo Cohn, Freud desenvolve uma das concepções de massa, chamada “massas artificiais”, cuja organização se dá por meio de Instituições. Com isso, desenvolve-se uma distinção entre as formas de organização das massas: “massas com líder” (I) e “massas sem líder” (II). A ideia de pensar a noção de massa como formas de organização, seja do ponto de vista institucional (Igrejas, Estado e etc), seja do ponto de vista da relação da identidade como elemento constitutivo de grupos (e nesse caso, não foi apresentado um debate sobre o caráter político desses grupos), seja a partir de uma terceira noção, que é a massa *per se* (sem organização de fato), representa a relevância da noção de massa para análises contemporâneas como em debates sobre identidade, classes e estratificação social, por exemplo.

Cultura é entendida por Freud no sentido mais amplo do termo: Ela abrange por um lado o conjunto de conhecimentos e técnicas adquiridas pelos homens para dominar as forças da natureza e trazer os seus bens para a satisfação de necessidades humanas, e por outro lado, todos os arranjos necessários para regular as relações dos homens entre si, em especial no tocante à distribuição dos bens acessíveis<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Idem p. 23

<sup>26</sup> Idem p. 24

<sup>27</sup> Idem p. 25.

N/A: Freud, S., *Die Zukunft einer Illusion*, Fischer Bücherei, 1967.

Com isso Cohn estabelece algumas relações: a primeira, a respeito da relação entre homem e natureza, e natureza e cultura para Freud, que nesse primeiro momento não nos interessa. A segunda é a ideia de cultura como mediadora das relações entre os homens. E a terceira, que diz respeito a cultura como expressão de orientação política. Pensar que impulsos individuais são suprimidos em função de uma “orientação cultural coletiva”, significa pensar na supressão do indivíduo em função de outra coisa, no caso apresentado por Freud, a substituição do ego-ideal pela figura do líder. E para ele, transformar indivíduos “culturalmente”, através da “educação”, significa ampliar as experiências culturais não-repressivas. Ou seja, há um limite da influência ou da “opressão” cultural frente ao indivíduo. E a relação entre indivíduo e “massa” se dá por meio de identificação dos espaços individuais e compartilhados. Nesse sentido, um indivíduo pode compor *múltiplas* “massas”, (aqui se transpõe a noção de massa para uma similar à de grupo), o que, por sua vez, permite ao indivíduo exercer sua identidade de maneira múltipla, pois a individualização permitiria ao sujeito realizar-se identitariamente com diversos grupos, sem perder sua especificidade enquanto tal.

A organização das massas, seja por meio de instituições, seja por meio de organizações de liderança, como movimentos sociais, presume uma racionalidade em sua própria organização. As potencialidades dessa questão são exploradas por Horkheimer e Adorno. Para Cohn, em ambos a noção de massa pressupõe um aproveitamento racional de fatores irracionais psicológicos inerentes aos indivíduos e, portanto, a ideia de alienação decorre da falsa sensação de pertencimento identitário.

Os debates metodológicos acerca da apreensão da noção de *massa* indicam, segundo Cohn, a polaridade da massa como fenômeno teórico e massa como fenômeno empírico. Essa polaridade também ocorre a partir da lógica “racional/irracional”. Segundo ele, a análise do conceito de massa deve pressupor o caráter ideológico sob o qual é operada, deve ser apreendida a partir de análise empírica, como fator resultante de uma dinâmica social específica, e ao mesmo tempo não deve ter excluído seu caráter globalizante, que advém de debates teóricos. Cabe aos que designam tal conceito repensar suas categorias de formulação a fim de torná-lo mais representativo possível do produto social que tenta designar. “Vale dizer, é preciso examinar em que medida a massa é um produto social concreto em busca de seu

conceito, ou se se trata fundamentalmente de uma *representação*, recoberta por uma noção ideológica: justamente o suposto conceito científico *massa*".<sup>28</sup>

Podemos observar que os conceitos analisados por Cohn possuem origens e perspectivas empíricas diferentes de acordo com os respectivos contextos histórico-políticos de aplicabilidade. Se, em um dado momento, a noção de *massa* para Cohn surge de maneira difusa, da tentativa de compreensão subjetiva de comportamento coletivo ou de grupo por parte de diversos pensadores, e que posteriormente foi apresentada como conceito, oriundo de múltiplas perspectivas, a noção de *elite*, por sua vez, possui sua raiz no inverso. Segundo ele, coube à auto-intitulada *elite* elaborar sua contraposição identitária a respeito de grupos os quais não tem intenção outra senão estabelecer relações hierárquicas categoricamente (ou de dominação), a saber, *as massas*.

Cohn articula os três conceitos: *massa*, *elite* e *público* – e suas condições de representações ideológicas mais precisamente em dois grandes momentos: Revolução Industrial Inglesa e Revolução Francesa. Com esse pano de fundo, ele expõe a forma de apropriação da relação entre público, elite e classe na formação da composição da *opinião pública*. A ideia é explicitada da seguinte maneira:

Para os nossos propósitos, o essencial a ser apontado na análise hegeliana é que ela encara a opinião pública como uma forma, subordinada a uma instância superior e organizada por ela, de expressão de interesses privados inerentemente instáveis e suscetíveis de controle e manipulação. Em suma, estão lançados aí alguns temas fundamentais para a superação dos limites do pensamento burguês clássico, a ser consumada por Marx: a noção de público como suporte de opiniões convertendo-se tendencialmente na de classe, e a de opinião aparecendo como uma forma de *falsa consciência*, como *ideologia*. Nossa tarefa é sugerir que isso ocorre – parafraseando Hegel – tanto na realidade como na ciência.<sup>29</sup>

Conceitos historicamente encontrados nas sociedades, estruturados cada qual à sua maneira e contextos respectivos e específicos podem ser transpostos para o campo das ciências. A ideologia também está presente no campo da teoria nesses conceitos, e eles estão em disputa na história do pensamento político. Cohn demonstra através de passagens de Rousseau, Hume, Locke, Hegel, De Tocqueville e demais autores citados como essas noções ganham suas

---

<sup>28</sup> Idem p. 28

<sup>29</sup> Idem p. 45

perspectivas em seus contextos através do modo como foram articuladas. Em Rousseau, por exemplo, está presente no debate sobre opinião pública, mais precisamente nas designações *vontade geral* e *vontade de todos*, nas quais está implicada a relação de individualidade e multiplicidade que compõe as pesquisas de opinião, e que são formas bem conhecidas de expressão de opinião pública (a soma das vontades individuais). Cohn também demonstra como Hume articula a relação entre *elite* e *massa* a partir de uma correlação entre força e legitimidade através do domínio da opinião pública. Em Hegel, como a reflexão sobre como a relação entre *necessidade* e *interesse*, a partir da lógica do Estado e da lógica da massa está mediada pela disputa por representatividade (presente também em Hume, mas com outros propósitos).

A reflexão proposta para a dimensão política dos conceitos apresentados por Cohn encontra eixo em uma noção mais ampla de *democracia* que perpassa subjetivamente os escritos do autor, e que tentaremos apreender ao longo das análises. O que vem se apresentando ao longo do trabalho é que o debate sobre a relação entre teoria e ideologia é sobretudo um debate político, que envolve uma concepção de democracia ancorada na análise dos fundamentos, composição e representatividade na opinião pública na apresentação de elementos teóricos e ideológicos entre os campos cultural, social e político. Na exposição da multiplicidade que abrange as diversas possibilidades da noção de massa é possível perceber como as pesquisas de opinião pública, podem representar estatisticamente a soma das opiniões individuais. Entretanto isso necessariamente não significa, do ponto de vista da representatividade a expressão de resultados de debates do espaço público e da esfera pública.

No debate sobre *elite* Cohn apresenta a formulação de Lasswell utilizada como modelo para defini-la e classifica-la: “os valores disponíveis podem ser classificados como *deferência*, renda, segurança. Aqueles que obtém a maior parte, são elite; o resto é massa”<sup>30</sup>. Sobre isso Cohn aponta que uma das principais características das concepções de *elite* e *massa* se encontra na raiz de suas formulações: ambas foram delineadas por um mesmo setor, a saber, a própria elite.<sup>31</sup> Além de definida em função da razão oposta do que seria a *elite*, *massa* não é um conceito êmico, ninguém se auto-define como massa. Para Cohn, o exercício de dominação na relação entre elite e massa se inicia a partir de quem estabelece suas definições. Com o propósito de contribuir com a formação de sólida base conceitual para o estudo de sociologia

---

<sup>30</sup> N/A: Lasswell, H., *Politics: Who gets what, when, how*, Meridian Books, Nova York, 1958, p.13 (1ª edição: 1936).

<sup>31</sup> cf. p. 30

da comunicação, Cohn aponta: “Resta saber se uma noção tão obviamente construída pelos interessados, para justificar sua posição de mando na sociedade, pode ser considerada apta a converter-se em conceito científico.”<sup>32</sup>

Juntamente com a concepção de *elite*, Cohn inicia sua análise pela compreensão da noção de *público*. Em um primeiro momento, ele realiza uma transposição entre mercado livre de bens e mercado livre de ideias, a fim de que tal analogia possa dar conta de sua tese de correlação entre as noções de elite e público e os pilares do Estado Capitalista Liberal. “No campo político, por seu turno, o pressuposto é o de que o livre jogo das opiniões conduz à sua cristalização num consenso – a opinião pública – apta a propiciar, *se levada à prática*, a melhor ordem política.”<sup>33</sup>. Seu estudo da noção de *público* percorre o pensamento político inglês, o pensamento político francês, e influências da Reforma Religiosa, que, por sua ênfase na individualidade, segundo Cohn, permitiu que se pudesse associar a dimensão do individual e do público à questão da opinião (pública), além de elencar exercício de poder (poder público) juntamente com a obtenção de direitos liberais, à concepção de *cidadão* (nos termos de Rousseau) e às elites.

Essa secularização necessariamente se vincula à valorização dos “bens terrenos”; ou, em termos mais diretos, ela abre caminho para a construção do tríplice pilar sobre o qual se edificaria o pensamento liberal: *individualismo*, no plano social; *propriedade*, no econômico; e *opinião*, como correlato de *cidadania*, no político.<sup>34</sup>

A relação que existe entre a noção de *elite* e de *público* se encontra no debate sobre representatividade (opinião pública) e a questão da legitimidade do *domínio* dessa elite enquanto tal. A questão se torna mais complexa quando Aron apresenta as noções de “classe dirigente” e “classe política”, e adverte para a multiplicidade das elites na sociedade industrial<sup>35</sup>. A ideia de representatividade está associada à de exercício de poder através da opinião pública por parte de determinados grupos. Nesse sentido, *Individualismo*, *Propriedade* e *Opinião*, para Cohn, constituem as bases para a formulação e efetivação de uma sociedade civil de tipo burguês capitalista.

---

<sup>32</sup> idem

<sup>33</sup> p.31

<sup>34</sup> Idem p. 34

<sup>35</sup> N/A Meisel, *op. Cit.*, p.4

Cohn mobiliza quatro clássicos da filosofia política, a saber, Locke, Hobbes, Rousseau e Hume para formular a trajetória da formação da concepção de público, que se inicia pós Reforma Religiosa. O potencial teórico embutido nos processos da *secularização* e *individualização*, levaram Cohn a duas outras concepções: *opinião individual* e a *opinião pública*, esta última associada ao debate sobre representatividade de direitos políticos, sobre consciência pública (lei), consciência privada (opinião privada) e esfera política<sup>36</sup>. Cohn coloca em evidência o debate sobre os limites das liberdades individuais para problematizar a passagem do individual para o coletivo, que forma a noção de público, considerando inclusive sua diversidade interna. Nesse momento aparece uma das primeiras citações da obra de Habermas, *Strukturwandel der Öffentlichkeit (1965)*<sup>37</sup>, o conceito de esfera pública é utilizado para mediar as relações entre o público e o privado nesse contexto. Ainda no debate sobre formação da opinião pública, abordada individualmente ou na forma de grupos, Cohn mobiliza Rousseau:

Trata-se de Rousseau, em quem vamos encontrar não só a primazia da justaposição dos termos opinião e público (no prefácio ao *Discurso sobre as Letras e as Artes*, mas ainda identificando opinião como reputação),<sup>38</sup> como a formulação mais extremada do princípio da individualidade essencial da opinião na esfera política (no *contrato social*, no qual, já falando explicitamente de *opinião pública*, leva esse postulado às suas consequências aparentemente paradoxais).<sup>39</sup>

Como foi dito no primeiro capítulo, a partir das concepções de *vontade de todos*, *vontade geral*, e *vontade particular*, nos debates que envolvem o *contrato* rousseauiano, Cohn apresenta outra possibilidade de concepção de formação e composição da *opinião pública*. A conjunção entre a *vontade particular*, que é composta pela soma das *vontades individuais*, e que dela também se pode dizer que representa um indicativo para a compreensão do conceito de *opinião*; e *vontade de todos*, que em sua amplitude seria a noção de *vontade geral*. Com a

---

<sup>36</sup> Cf. P.34

<sup>37</sup> “Mudança estrutural da esfera pública”

<sup>38</sup> N/A Nas páginas finais do *Discurso sobre a Desigualdade entre os Homens* a aproximação entre *opinião* e *reputação* se torna explícita, para ser usada num contexto de crítica ao “homem sociável”, que “sempre fora de si só saber viver baseando-se na opinião dos demais, e chega ao sentimento de sua própria existência quase que somente pelo julgamento destes”. Não pareceria difícil demonstrar como, nessa formulação, estão contidas algumas ideias centrais, tanto na reposição “existencialista” da versão marxista do problema da *alienação* (Sartre, Gorz) na sua vertente de “esquerda”, quanto as fontes da crítica liberal, na linhagem que vai de Tocqueville a Riesman.

<sup>39</sup> P. 36

ideia do abandono do *contrato rousseauiano*, Cohn busca em Hume compreender a relação que estabelece a distinção entre *público e elite*.

Com base na leitura de *First principles of government* (1742) de Hume, Cohn apresenta uma reflexão sobre legitimidade e distribuição de poder entre governantes e governados. Considerando os primeiros como uma minoria numérica, e os segundos, maioria e, portanto, detentora de força física, o que garante, segundo ele, a legitimidade do poder às elites governantes é o acesso ao domínio da opinião pública. Nesse sentido, ao transpor essa hipótese para debates relacionados à comunicação no mundo contemporâneo, o estabelecimento de monopólios da comunicação, representantes das ideias daqueles que nele investem, as elites, estabelecem uma relação de poder (e dominação) à medida em que exercem o controle do manuseio das informações, e que tem reflexos em alguma medida na opinião pública. Essa *Elite* se apoia na opinião pública para manter-se como tal, pautando-se pelo próprio discurso narrativo de sua condição para justificar e legitimar o lugar que ocupa, ao mesmo tempo em que seu limitado exercício de alteridade não se propõe, não reconhece, e inclusive desqualifica a quem chamamos de outro, no caso, as massas.

Vale lembrar que Gabriel Cohn jamais opera os conceitos, *elite, público e massa*, de forma abstrata. Toda sua análise tem fundamento em análises do pensamento político inglês do século XVII e XVIII e francês do XVII e XIX, tendo como pano de fundo aspectos do período pré-revolucionário. Ao tratar da historicidade dos conceitos, ele explica seu posicionamento metodológico:

A questão não se punha, na linha do pensamento estudado, em termos de atribuir a essas entidades uma insistência empírica prévia no interior da sociedade, para depois procurar localiza-las e talvez mensura-las, através de quaisquer modalidades de pesquisa, mas, pelo contrário, de *reivindicar* tais categorias como atributos de grupos sociais já dados e bem definidos.<sup>40</sup>

No contexto das revoluções inglesa e francesa (cada qual com suas especificidades), Cohn aponta para transformações no campo de disputa da opinião pública. Se, em um dado momento, o restrito acesso à opinião pública se convertia em problemas de representatividade, posteriormente a questão se desloca da elite para o “público contestador do antigo regime [que] se convertia em classe dominante”. E “ao mesmo tempo e pela mesma lógica imanente à

---

<sup>40</sup> Idem p. 40

estrutura social em formação, tudo aquilo que pudesse significar a extensão da esfera pública para além dos detentores de posses – ou seja, para além da sociedade civil burguesa – vai sendo definido, com crescente clareza e vigor, como *massa*”<sup>41</sup>. Com isso, as noções de público e opinião pública se transformam. A manutenção e defesa de um certo poder conquistado significava para Cohn a primeira expansão do poder social do que era anteriormente definido como massa e, portanto, havia uma ideologia a ser defendida por trás do próprio conceito, no caso, através da restrição do acesso ao poder, assim as transformações dessas concepções recaem para a transposição da relação de *massa* para *classe*.

Cohn cita Bentham, Tocqueville e Stuart Mill para pensar a relação entre opinião pública, formas de controle e algumas posições dominantes do pensamento liberal do século XIX, mas é em Hegel que o sociólogo se apoia para construir sua delimitação teórica: “Reciprocamente, a reflexão hegeliana, na medida em que tem por pano de fundo uma reflexão concretamente problemática, vai inexoravelmente até o fundo da questão: um passo a mais (tal como é dado na sua crítica marxista) e rompe-se o esquema conceitual, para se entrar num universo de discurso diferente”.<sup>42</sup> Cohn aponta em Hegel, a partir da relação entre teoria e ideologia nas categorias analisadas, como a defesa de um interesse no Estado transforma a perspectiva das categorias, há, portanto, um terceiro elemento no debate: o Estado.

Segundo Cohn há uma preocupação presente em Hegel em discriminar os componentes dessas polaridades, civil/estado – indivíduo/cidadão, em termos dos seus diferentes estatutos da ordem do ser. Distingue-se assim o que é *essencial* (no limite, da ordem do espírito absoluto - Estado pertence ao reino intermediário do espírito objetivo) e o que supostamente é mera expressão fenomênica da essência. Como resultado disso, o estatuto ontológico do Estado se torna superior ao da sociedade civil, privilegia-se o cidadão e não o indivíduo. O Estado se torna categoria *constitutiva* e sociedade civil categoria constituída, e a análise hegeliana se dá na inter-relação entre as categorias. Nessa composição, a Sociedade Civil exprime o “sistema de necessidades”, e ao Estado é atribuído papel organizador, no qual as dimensões econômica e social se tornam elementos significativos de análise.<sup>43</sup> O Estado se manifesta no “sistema de interesses”, comportando a liberdade e legitimidade dos direitos

---

<sup>41</sup> Idem p.41

<sup>42</sup> Idem p. 42

<sup>43</sup> Idem p. 43

privados. A expressão empírica desses interesses remete ao coletivo, “os povos” e “as ordens”, que seriam as classes.

Na mediação entre o sistema de necessidades e o sistema de interesses, caberia ao Estado preservar-se dos perigos que representaria o mero agregado de indivíduos atomizados – a massa e, portanto, deve regular as formas de participação dos grupos. A partir desse momento, Cohn realiza, com apoio de Marx, a crítica à construção -hegeliana, e expõe a inversão a partir da noção de classe como “como definidora das características essenciais dessa modalidade histórica de sociedade, o proletariado.”<sup>44</sup> Para Cohn, Hegel apresenta opinião pública como expressão da universalidade empírica dos pontos de vista e ideias de muitos.

Para os nossos propósitos, o essencial a ser apontado na análise hegeliana é que ela encara a opinião pública como uma forma, subordinada a uma instância superior e organizada por ela, expressão de interesses privados inerentemente instáveis e suscetíveis de controle e manipulação. Em suma estão aí lançados alguns temas fundamentais para a superação dos limites do pensamento político burguês clássico, a ser consumada por Marx: a noção de público como suporte de opiniões convertendo-se tendencialmente na de classe, e a de opinião aparecendo como uma *falsa consciência*, como *ideologia*.<sup>45</sup>

Com a inserção do Estado nos debates sobre opinião pública, Cohn se volta para Tocqueville e Stuart Mill com a finalidade de repensar essa definição de opinião pública, antes “de instância emancipadora apta a garantir as liberdades civis contra a absorção pelos interesses do Estado”, e agora já convertida em direito dos indivíduos – indivíduos isolados, nivelados cultural e socialmente – em contrapartida à existência de uma sociedade de massas. A polaridade entre indivíduo e opinião pública tenderia aqui a abandonar a classe social: “Para nós interessa apontar como aqui fica caracterizada a dissolução do conceito de *público* no de *massa*, e como a noção alternativa de *classe*, mesmo quando invocada, acaba se convertendo em elemento marginal no discurso”<sup>46</sup>

Ao final de sua análise sobre o caráter político que envolve os conceitos analisados, Cohn procura relacionar *indivíduo*, *massa*, *classe* e *público* através da demonstração de como essas noções se apresentam e reapresentam historicamente através de sua incorporação

---

<sup>44</sup> Idem p. 44

<sup>45</sup> Idem p. 45

<sup>46</sup> P. 48

conceitual na passagem da filosofia política para as ciências sociais. Segue um trecho de sua conclusão a respeito, que apesar de extenso, vale ser reproduzido:

Até aqui, a análise se restringiu às noções de público e opinião pública na esfera política, reservando-se para outra etapa o exame do problema na esfera cultural. Procurou-se mostrar, como num primeiro momento, que essas noções eram produto da autodefinição de grupos historicamente diferenciados, que tinham em comum o seu caráter parcial e exclusivo no interior da sociedade em transição. Já nesse ponto se tornava possível observar, portanto, a existência de uma afinidade profunda entre a noção clássica de *público* e a de *elite* e que desta forma, ambas tendem a opor-se conjuntamente àquela de *massa*.<sup>47</sup>

Finalmente, sugeriu-se que as noções de público, massa e opinião pública encontradas nas análises sociológicas e nas ciências sociais contemporâneas de modo geral constituem um legado direto daquelas produções ideológicas antes analisadas. O exame desse último problema constitui parte do capítulo posterior do presente trabalho. Por ora, basta assinalar um aspecto geral, que já ficou sugerido na exposição precedente. De modo esquemático, pode-se descrevê-lo como consistindo numa passagem do campo da Filosofia Política para o das Ciências Sociais empíricas, no que concerne aos universos de discurso envolvidos; e, da ordem das categorias denotadoras de atributos coletivos para aquela dos fenômenos de base psicológica individual, no referente à orientação de análise.<sup>48</sup>

Apresentamos até aqui o exame que Cohn realizou de três conceitos considerados elementares para as pesquisas em sociologia da comunicação, *massa*, *elite* e *público*. Apresentamos também o método de análise do autor, que consiste na seleção de autores que de alguma maneira contribuíram com os debates sobre os temas selecionados, seguido de uma leitura crítica sobre a forma como esses conceitos foram elaborados e o sentido político atribuído a cada um deles, e por fim uma exposição dos limites dos conceitos e suas utilizações complementando pela exposição outras perspectivas sobre o tema. A socióloga Marcia Tosta Dias no artigo “Sociologia da Comunicação no Brasil: apontamentos iniciais para uma pauta necessária de estudos” publicado no livro *A ousadia crítica. Ensaios para Gabriel Cohn*, organizado por Leopoldo Waizbort afirma que “O repertório abordado levou o autor a concluir que se tratava de um instrumental teoricamente frágil, mas ideologicamente poderoso, o que se constava mesmo nas propostas de análise estrutural, que conduziam o exame intrínseco, formal, da composição das mensagens” (DIAS, 2008 p.91)<sup>49</sup>. O sentido de ideologia que Cohn vem buscando encontrar não reside no conteúdo dos conceitos analisados. Eles são ideológicos sim, mas sua busca pelo encontro e delimitação das fronteiras entre teoria e ideologia resultou na

---

<sup>47</sup> Idem p. 48

<sup>48</sup> P. 49

<sup>49</sup> A primeira edição deste livro foi lançada em 1998. Cito aqui a segunda edição, publicada em 2008 pela Editora Azougue, conforme as referências no final desta dissertação.

descoberta de que elas não podem ser definidas exclusivamente no conteúdo de cada conceito, visto que para ele não existe conceito que não seja ideológico, não existe teorias despropositais, que não sejam construídas com base em interesses. Assim, uma vez apresentado o debate sobre os conceitos, o próximo passo é debater produção e recepção. O texto que segue apresenta a passagem da análise teórica dos conceitos para sua reflexão nos campos da política e da cultura.

Gabriel Cohn passa da análise do conteúdo dos conceitos para uma análise sobre produção e recepção, sobre as mudanças de atribuição de sentido histórico na formação cultural e política das sociedades europeias. Um texto bastante complexo sobre o diálogo entre sociologia da comunicação e estudos da linguagem tema foi escrito por Orlando de Miranda no artigo “Comunicação, Linguagem e significado” também no livro *A Ousadia Crítica. Ensaios para Gabriel Cohn* (MIRANDA, 2008. P.57). Nos restringiremos ao modelo menos complexo de análise semiótica para explicar os movimentos do texto através de uma analogia que engloba linguagem, comunicação e sociologia.

No modelo estrutural de análise semiótica, de maneira muito simplificada, podemos dizer que encontramos quatro conhecidos elementos: emissor, que é o sujeito que produz a mensagem; receptor, que é o sujeito que recebe a mensagem; a mensagem de fato, com seus significantes e significados e sentido atribuído dividido em conotativo e denotativo, e o código que é a estrutura de organização da linguagem. Do ponto de vista de uma metateoria (e de não e uma metalinguagem), poderíamos transpor essa situação para o campo da pesquisa em ciências sociais para pensar o sentido da produção científica defendida por Cohn nos seus estudos sobre teoria. Dessa maneira o pesquisador assume o lugar do produtor, a mensagem assumiria o lugar do objeto de pesquisa, o receptor representaria a passagem dos resultados de pesquisa científica em políticas públicas e suas infinitas aplicabilidades, ou seja, a transformação da teoria em prática através da recepção de dados científicos como elementos de contribuição com debates dentro da opinião pública e o código seria o estatuto científico, ou seja, o método. Assim, a busca por elementos ideológicos se dá no método científico, a rigor, na estrutura que sustenta seus pilares. Existem algumas razões para a realização dessa analogia, que não é aleatória. A primeira delas é porque no limite a discussão entre teoria e ideologia encontra em seu cerne uma questão mais profunda sobre como pensar e fazer sociologia. E a segunda, que são as reflexões sobre estruturas científicas, as instituições de pesquisa e debates sobre universidade que aparecem em textos posteriores da produção de Gabriel Cohn, e que

apontam para uma preocupação do autor com o próprio modelo de pesquisa e Universidade com vistas para as transformações ocorridas no âmbito da Universidade de São Paulo.

Dito isso retomamos a apresentação de seus debates sobre as dimensões culturais e políticas sobre modelos de interpretações dos sujeitos em sua vida em sociedade, ou seja, ainda aparece como elemento importante a noção de massa, de uma perspectiva da formação da opinião pública individual e na forma de grupos.

A respeito das dimensões cultural e política do ponto de vista da produção e recepção o autor inicia o texto indicando que fará um exame da constituição dos conceitos apresentados a partir do *gosto estético*<sup>50</sup>, e que se voltará para um campo específico em sua análise, a saber, a formação do gosto literário. O argumento que fundamenta o tipo empreendimento realizado por Cohn é justificado por ele a partir da referência de Antônio Candido, e de Levin L. Schücking. A respeito de Schücking, e com algumas ressalvas sobre sua tese afirma Cohn: “*Não é, em regra, o gosto que se transforma num novo, mas outros se tornam portadores de um novo gosto. No caso de modificações de grande amplitude no gosto, esses outros devem ser entendidos diretamente como uma outra camada social*”<sup>51</sup>

Considerando “a busca dos suportes histórico-sociais dos grupos pertinentes à formação do gosto”, o objetivo do autor com essa empreitada é “refletir sobre “o processo pelo qual se opera essa redefinição do papel e situação do artista, enquanto produtor de bens culturais”<sup>52</sup>. Para Cohn escritores em geral são também artistas. O cenário sobre o qual Cohn se debruça ainda é a revolução burguesa no século XVIII:

A expansão do comércio e da Indústria; o processo de urbanização, com seus correlatos, a secularização e individualização; a crescente importância de uma burguesia autônoma em contraposição à antiga sociedade cortesã; o deslocamento para essa área social de oportunidades de lazer; a expansão da alfabetização e a gradativa incorporação das mulheres no círculo de leitores; tais são em resumo, os fatores que dão sentido à ideia, nova na época, de um *público*, cujas preferências deveriam ser levadas em conta na produção e difusão de uma cultura literária.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> Idem p. 53

<sup>51</sup> Idem p. 53. N/A: Schücking, L.L., *Sociologie der Literarischen Geschmacksbildung*, Franke Verlag, Berna, 3º ed., revista, 1961, p. 25

<sup>52</sup> Idem p. 54

<sup>53</sup>p. 54

Cohn indica uma correlação entre público e opinião pública na área política, e público e gosto na esfera cultural, (note-se que o termo esfera em relação ao termo área aponta para a inscrição do segundo no primeiro). Com isso justifica-se o tipo de trabalho a ser realizado, com foco no processo de redefinição do escritor/artista na conjuntura do desenvolvimento do capital, enquanto *produtor de bens* culturais [grifo meu]. Cohn aponta para a absorção da atividade literária pela ordem social capitalista <sup>54</sup>, o que marca tanto o declínio de produção cultural destinada a uma elite cortesã, quanto a ascensão de produtos culturais destinados um público leitor burguês, que pode ser identificado com uma “classe média” que pautará a produção cultural através do consumo, e portanto, do capital.

O público leitor na Inglaterra, segundo Cohn, rompe com prerrogativas culturais da aristocracia. Ao adotar aspectos da concepção burguesa de mundo, formando uma classe cultural uniforme, letrada e que participa da vida de negócios burguesa e, portanto, subsequente a isso, tem seu espaço na opinião pública e na esfera política.

“O critério de inserção na classe senhorial limitou-se cada vez mais à posse de uma mesma cultura e à solidariedade dos componentes numa determinada mentalidade”. <sup>55</sup> Em outras palavras Cohn enxerga razões sociais para mudanças de estilos estéticos na Inglaterra. Não é à toa que a noção marxiana de classe fora mobilizada, pois Cohn atribui a uma noção de classe, não só as transformações nas relações de produção e trabalho, mas o monopólio da comunicação na política, especialmente no exercício de poder a partir do domínio da opinião pública e atribuições estéticas. Dentre os movimentos decorrentes do crescimento industrial e a da nova classe burguesa, as novas formas de leitura, como jornal, periódico, revista e novela se tornam expressivos. “Essas circunstâncias marcam os primórdios de um longo processo de “niveação cultural”, que viria a dar sentido àquilo que, já neste século, seria designado por “cultura de massa”.<sup>56</sup>

Gabriel Cohn compara a formação do público leitor em três casos: Na Inglaterra, na qual Cohn vincula burguesia e elite aristocrática em uma conjugação que possibilitou inserção intelectual no mercado literário. Na França, cujo processo foi similar ao da Inglaterra, porém mais radical, por que a burguesia que rompeu com o Antigo Regime compõe a elite letrada francesa. E na Alemanha, na qual a disjunção entre Estado Prussiano e classe intelectual

---

<sup>54</sup> P.55

<sup>55</sup> P. 56

<sup>56</sup> P.55

emergente fez com que a segunda tivesse papel coadjuvante no cenário literário, tornado o escritor alemão uma figura marginalizada. Segundo Cohn, o ciclo literário alemão era composto por uma conotação negativa do burguês, uma elite anti-aristocrática e formada por leitores, uma elite artística que adota uma estética anti-burguesa e a falta de uma classe burguesa politicamente organizada como na França. Para Cohn não há na Alemanha correspondência direta entre cultura estética e cultura política. Há um conflito, que resulta, segundo ele: “Nas condições dadas, dificilmente se evitaria o divórcio entre produção literária mais refinada e de consumo restrito e aquela de consumo corrente: entre uma ‘cultura de elite’ em formação e aquela que, para essa ‘elite’, seria uma ‘cultura de massa’”.<sup>57</sup>

Isso é explicado porque, para Cohn, a dinâmica entre público, elite e massa no contexto estético literário oferece suporte para a compreensão da formação da opinião pública, considerando evidente o paralelismo entre política e literatura.

No contexto em exame, a própria noção de público literário pressupõe, para se legitimar, a presença de uma burguesia dinâmica, de modo análogo ao que ocorre com a noção paralela, de *opinião pública*. Numa sociedade em que esse suporte é insuficiente, e dado o paralelismo entre a produção dessas noções básicas nas esferas da política e do gosto estético, a tendência é no sentido de postular um público organizado, enquanto aspiração, mas a privilegiar, na prática, a polaridade elite-massa.<sup>58</sup>

A noção de público no contexto aportado por Cohn é, mais precisamente, a de público literário. Como foi apresentado anteriormente, o autor expõe uma correlação entre público e elite, de forma que na esfera cultural essa correlação se apresenta a partir da ideia de uma *elite* orientadora do gosto desse público. O autor passa por Hume, Locke, e fundamenta seu trabalho com base em Lowenthal para expor a resolução de que há uma determinante de classe na questão de padrão de gosto “comum a todos”.<sup>59</sup> Para Cohn, a passagem para uma sociedade de tipo burguês capitalista resultou em um longo processo de reorientação nas

---

<sup>57</sup> P.58

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> As referências literárias a que se refere Cohn são, por exemplo a novela de Daniel Defoe, publicada na Inglaterra em 1719 de título *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner: Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an un-inhabited Island on the Coast of America, near the Mouth of the Great River of Oroonoke; Having been cast on Shore by Shipwreck, wherein all the Men perished but himself. With An Account how he was at last as strangely deliver'd by Pyrates*, e conhecida em português por As aventuras de Robison Crusoe. A referência estética a que Cohn se refere na Inglaterra, França e posteriormente na Alemanha é passagem do rococó aristocrático, que pode ser percebido tanto na literatura quanto mais expressivamente na arquitetura, para o típico romance burguês.

discussões estéticas, e como marco dessa passagem está a questão da recepção e, portanto, do público.

No contexto histórico anterior, a qualidade intrínseca da obra constituía propriamente o problema, e havia cânones bem definidos para julgá-la; agora, punha-se em questão a legitimidade de novas modalidades de recepção e julgamento da obra, que não mais eram redutíveis aos cânones vigentes. Tratava-se de encontrar os limites e as formas de atendimento das exigências dos grupos mais diversificados do que a antiga aristocracia. Persiste, com tanto maior força, o caráter problemático da qualidade intrínseca da obra, mas a isso se agrega a mudança do fulcro da questão que se desloca para a área das exigências dos seus receptores.<sup>60</sup>

Aos olhos de Cohn, a preocupação com o público receptor envolve duas questões inseparáveis: *formas* de satisfação de novos gostos e *limites* sociais para a formulação e imposição do gosto. “O lado estilístico, interno à obra, e o lado “social”, referente às suas condições externas de acesso e recepção, estão interligados”.<sup>61</sup> Uma vez que o acesso pode ser um fator limitante para a produção cultural, a concepção de público que emerge dessa nova condição simboliza, de acordo com o autor, limites à participação cultural a partir da realidade social dada. Assim os conceitos de *elite* e *massa* recebem um terceiro componente: *o de classe*. O gosto estético estaria condicionado ao acesso, mas como o acesso é restrito política e economicamente, logo, gosto estético se torna uma questão *também* de classe. Gabriel Cohn aponta que no campo político o mesmo processo que atribui à massa sua definição, também ocorre na esfera cultural. “Admitia-se a presença de um *público* – a ‘classe média’ – e postulava-se a necessidade de uma *elite* orientadora do gosto desse público. Simultaneamente, rejeitava-se a possibilidade das camadas inferiores da sociedade participarem da criação e fruição de bens culturais”.<sup>62</sup> O modo como se problematiza a temática do gosto estético, segundo Cohn, reflete “uma mudança fundamental no papel da produção artística”<sup>63</sup>, isto é, da centralidade do papel ocupado por um público leitor específico, que influenciaria a produção de obras de arte estilística e socialmente.

O propósito de empreender uma análise do surgimento do debate sobre a questão da recepção literária através de formação tem um sentido mais amplo dentro do trabalho de Cohn. Para além do que já foi dito, a inserção da noção de *classe* nesse debate possibilita

---

<sup>60</sup> Idem P. 59

<sup>61</sup> Idem p. 59

<sup>62</sup> P. 59

<sup>63</sup> P.59

apresentar as origens dos debates do termo “cultura de massa”, especialmente em Leo Lowenthal e Marjorie Fiske. O registro do termo cultura de massa aqui ganha sentido a partir do que Cohn expõe como o processo de letramento do assalariado industrial inglês, alemão e francês como consequência da revolução industrial; do anseio de uma aristocracia letrada em manter sua distinção de classe a partir da formação do gosto literário; da preocupação em manter os debates sobre gosto ao nível de escolaridade, acesso a material impresso ou ainda com base no discurso conservador que se ocupava de estabelecer uma relação entre expansão numérica e diversidade literária e a “qualidade” do que estava sendo produzido, quando na verdade seu padrão estilístico e subsequente monopólio literário estavam em xeque.

Os temores acerca dos efeitos nefastos da abertura do acesso a bens culturais para novos níveis da escala social constituem tema antigo. Convém lembrar que, na fase inicial desse processo de formação do público burguês, eles não se manifestavam apenas em termos da resistência de grupos letrados aos supostos efeitos degradantes de uma “massificação” da cultura.<sup>64</sup>

A presunção de uma hegemonia cultural burguesa resultou na ausência de percepção do interesse político no estabelecimento da imprensa como principal veículo de influência na formação da opinião pública, e cujos interesses seriam regidos de forma mais autônoma, “através da venda de espaços para anúncios”.<sup>65</sup> Nesse contexto Cohn se refere aos jornais populares de cunho radical que, segundo ele, floresceram no início do século XIX.

Foi precisamente a imprensa ‘sobrevivente’, vinculada à classe hegemônica, que abandonaria mais tarde, quando seu predomínio já estava consolidado, a busca de um público de *classe* para dirigir-se a um agregado difuso de leitores, tão amplo quanto possível. Esse agregado maior, que incorporava os consumidores em potencial dos órgãos de classe extintos, constituiria aquilo que os próprios empresários da imprensa conceberiam como uma *massa*.<sup>66</sup>

A preocupação da imprensa em ampliar seu espectro de leitores resultou na inclusão da classe trabalhadora como leitora desses periódicos, ocupando, a princípio o mesmo espaço que a elite letrada e distintiva. O que parecia ser superação de classe a partir do acesso e participação cultural e política, transformou-se, segundo Cohn, em uma suposta homogeneização conteudística dos diários. Com o reconhecimento de sua importância como

---

<sup>64</sup> P. 61

<sup>65</sup> P. 61

<sup>66</sup> P. 62

forma de constituição ou manipulação da opinião pública, e a necessidade de ampliação do público leitor, os jornais se reorientaram para produzir o que fora considerado relevante para consumo por parte de um grupo específico, fenômeno esse designado por *cultura de massa*.

Cohn direciona sua análise para “rastrear analiticamente as grandes linhas” da constituição e justaposição do termo *sociedade de massas*. Para tanto, continua a realização de seu exame teórico sobre a atribuição dessa expressão, no caso em Durkheim, Karl Mannheim e Hannah Arendt. Posteriormente recorre a Lazarsfeld, Merton e demais autores citados para fundamentar uma análise crítica sobre as formas de constituição teórico e prática das pesquisas de opinião. Os caminhos percorridos no texto indicam aproximações e distâncias entre os autores citados a respeito do termo “sociedade de massas”, ainda que, por exemplo, Durkheim não tenha de fato utilizado a expressão, que lhe é posterior. Observa-se uma releitura do que havia sido explicitado no segundo capítulo de seu livro, a respeito da formação da opinião pública através da simples junção de opiniões individuais. Cohn propõe nesse excerto uma reflexão sobre possibilidades de construção metodológica da pesquisa de opinião pública.

Os debates dos séculos XVIII e XIX indicavam que à população não pertencente a elite aristocrática fora atribuída o termo “massa”, designando a multiplicidade de indivíduos pertencentes a um espaço comum sem diferencia-las umas das outras, ao mesmo tempo em que se mantinha um caráter de isolamento individual. Posteriormente, com o surgimento dos debates das relações de diferenciação, a noção de massa atomizada foi complexificada com a atribuição de padrões sistemáticos de organização dos indivíduos, de forma que a dita “massa” passou a ser caracterizada por critérios de diversificação amplos como, sexo, faixa etária, renda, estado civil (e demais critérios utilizados no que conhecemos hoje por pesquisa de opinião) a fim de que se pudesse designar padrões de comportamento através da formação de grupos. Uma vez que a constituição dos grupos não era suficiente para lidar com formação de opinião pública, Cohn levanta o debate sobre fluxo de influência através de líderes de opinião no interior desses grupos.

Cohn retoma então Merton e Kirshheimer para propor uma discussão a respeito das consequências do estruturalismo de Parsons presente nas análises da formação e atuação dos grupos, e recorre a David Riesman para atribuir um novo elemento ao debate, a saber, o caráter social nas chamadas sociedades “pluralistas”, (uma alternativa à noção de “sociedade de massas”).

Conforme enunciado anteriormente o termo *massa* foi mobilizado por pelo menos três importantes correntes de cientistas sociais ao longo dos séculos XX. Neste texto, Cohn se dedica a uma das vertentes que demandou o termo: “Trata-se da concepção que procura descortinar determinadas *características estruturais* das formações sociais modernas que, devidamente redefinidas, conduziram à noção contemporânea de sociedade de massas. Avultam, nessa linha de análise, os nomes de Tocqueville, Durkheim e Mannheim”<sup>67</sup>. Para além desses autores, Cohn também se utiliza dos trabalhos de Hannah Arendt, por sua contribuição na reflexão política sobre as formas de conduta típicas dos integrantes de uma sociedade “massificada”, para construir seu exame da constituição da noção de “sociedade de massas”. E sobre isso Cohn apresenta uma ressalva importante: “Mesmo que admitamos o caráter científico da noção de massa (...)”<sup>68</sup>. À noção de massa, conforme vem sendo apresentada, está implícito o debate fundamental que carrega o título do livro em questão: teoria e ideologia. O peso ideológico atribuído à necessidade de caracterizar e classificar essa *massa* ao longo de pelo menos três séculos a impede de constituir-se enquanto conceito científico. Cabe compreender (I) o que pode ser considerado conceito científico para Cohn, e, portanto, a necessidade de reflexão sobre seu uso político, e (II) com isso, a compreensão do termo “sociedade de massa” dos pontos de vista teórico e ideológico. Desse modo fica explícito através de suas análises o modo como o uso da noção de massa se apresenta ideologicamente, e por muitas vezes como ela se apresenta nas formas de dominação conceitual quando é utilizada para referir-se aos sujeitos.

Cohn fala em modalidades de organização social a partir de traços gerais da sociedade em Tocqueville. Segunda sua leitura a respeito deste pensador, a característica fundamental da sociedade de massas reside na “atomização do conjunto social nas suas partículas elementares”<sup>69</sup>. Isso significa dizer que há uma perda no olhar para individualidade dos sujeitos somado ao isolamento desse sujeito no mundo privado. Uma das consequências apontadas para essa perspectiva é de que a ideia de sociedade de massas no modo como está construída possibilita a ascensão de um Estado poderoso em contraposição à carência de um indivíduo isolado, observação fundamentada em Arendt, como veremos a seguir. Cohn está pensando em características estruturais de formação da sociedade, que se distingue, por

---

<sup>67</sup> P. 64

<sup>68</sup> P.63

<sup>69</sup> P.66

exemplo, da perspectiva de Durkheim. Segundo ele: “A situação prevista como conflituosa entre Estado e indivíduo em Tocqueville se converte em consensual na perspectiva durkheimiana” Para ele, garantir a “ordenação” consensual na relação entre os indivíduos e o Estado podem evitar o rompimento da “rede normativa que sustenta o conjunto social: a anomia”<sup>70</sup>. A importância de Durkheim na composição desse texto é registrada justamente pela articulação harmoniosa entre os elementos “Estado, “Indivíduo” e agrupamentos que conformam a integração do sistema social normativo porque atuam em ambos os elementos. Segundo Cohn, a formação dos *grupos* é considerada relevante pelo papel que desempenham no equilíbrio participativo, pois ela subtrai a noção de individualidade posta por Tocqueville. O movimento que Cohn realiza é a transposição da formação social através de Durkheim para o segmento da comunicação. Para ele, e corroborado por demais autores que veremos a seguir, há formação de grupos identitários no âmbito da formação da opinião pública que realiza a ponte entre os meios de comunicação e os indivíduos, pois conta também com um outro elemento: o “líder de opinião”.

A presença de Mannheim no texto aponta para uma questão específica, a de intervenção no sistema em sua dimensão normativa. Segundo Cohn, o que há em comum em Durkheim e Mannheim são as “vinculações de padrões de estrutura social e sua dimensão normativa”.<sup>71</sup> Significa dizer que Cohn enxerga nos dois autores a necessidade de mediação na relação entre elite e massa a fim de assegurar a preservação de um certo equilíbrio entre ambas. Em Durkheim a dita mediação seria realizada por grupos secundários a fim de evitar uma relação conflitiva direta com o Estado, e em Mannheim a questão passa a abarcar, além da estrutura social, o comportamento humano como outro componente do debate.

A observação de Mannheim, de que não compartilha da aversão reacionária às massas, deve ser levada a sério. Sua análise não incorre no vício de tomar as ‘massas’ como uma entidade genérica e a-histórica, inerentemente destrutiva e racional. É bem verdade que as limitações impostas a uma visão propriamente democrática não estão dadas somente pelas próprias categorias básicas que articulam o seu discurso, mas não são de ordem substantiva: afinal, a planificação “democrática” é vista como sendo outorgada às ‘massas’ pelas ‘elites’, sem a participação direta daquelas.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> P.66

<sup>71</sup> P. 68

<sup>72</sup> P. 71 N/A: Mannheim, K. *Man and society, op. Cit. pp.60-1.*

Com o deslocamento do tema da irracionalidade das massas para o debate do *comportamento* como dos membros como produto da manipulação pelas elites, a caracterização sociopsicológica da noção de sociedade de massa surge como pauta, e para tanto Cohn mobiliza Hannah Arendt a fim problematizar as “condições específicas da emergência da sociedade de massas”<sup>73</sup>. Partindo do pressuposto de que uma sociedade de massas é uma sociedade sem classes, Cohn se propõe a realizar a partir de Arendt a passagem da dissolução da classe para a massa.

Não se trata tanto de assinalar as fontes de “vulnerabilidade institucional das massas”<sup>74</sup> quanto de examinar o problema da atomização social enquanto carência ou ruptura de vínculos significativos para estruturação, não diretamente do conjunto social, mas da *experiência individual*. Essa experiência é empobrecida, em tal tipo de formação social, ao tornar-se *isolada e indiferenciada* (boa parte da importância das classes consiste em serem elas elementos diferenciadores da experiência social).<sup>75</sup>

O processo de massificação tem como característica o isolamento entre os indivíduos, ou o rompimento do vínculo significativo entre os homens, a solidão como condição fundamental e a consequente vulnerabilidade do homem isolado à adesão a movimentos sociais que podem conduzir ao totalitarismo, afirma Cohn sobre Hannah Arendt. O enfoque na criação de uma imagem centrada no homem moderno e contemporâneo de Arendt, e também de Mannheim, segundo Cohn, pode servir de espelho para a formulação da recusa da indiferenciação, da atomização e consequentemente postular uma redefinição da noção de massa de tal modo que o encontro de diversos grupos secundários como componentes dessa massa permite o deslocamento de uma *sociedade de massas* para uma *sociedade pluralista*.

Por essa via, aquilo que em Mannheim era um problema de modalidades de *racionalidade* no nível das diretrizes da ação social, e em Hannah Arendt representava modalidades de *situação* (implicando uma experiência estritamente pessoal) vinculadas a uma forma específica de organização social, passa a ser pensado em termos de *atitudes*, ou seja, de expressões diretamente observáveis (porque verbalizáveis) de disposições subjetivas para agir.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> P. 72

<sup>74</sup> N/A: Nessa linha ver Selznick, P., “Institutional vulnerability of mass society”, *American journal of sociology* vol. 56, 1951 n°1, pp. 320-32.

<sup>75</sup> P. 72

<sup>76</sup> P.74

A respeito de disposições subjetivas para agir, Cohn mobiliza Lazarsfeld em seu “estudo sobre o papel desempenhado pelas pessoas no fluxo da comunicação de massa”<sup>77</sup> para apresentar a relevância do “grupo primário” nos estudos de comunicação. A partir de Lazarsfeld o esquema chamado de “fluxo de comunicação em duas etapas” pressupõe a participação de um grupo intermediário entre os meios de comunicação e seus sujeitos, os chamados “líderes de opinião”. O resultado da pesquisa encabeçada por Lazarsfeld demonstrava que entrevistas realizadas com diferentes pessoas aleatórias resultava em a análise de dados amostrais inconclusiva, ao passo que quando estes mesmos sujeitos foram redistribuídos em grupos, para compor um índice marcado por diferentes critérios, denominado Índice de Pré-disposição política (IPP), era possível destacar amostras de tendências de comportamento. O IPP marcava não só a transformação da técnica da pesquisa empírica de opinião, como também revelou a importância das fontes de influências nas atitudes políticas, assim, dentro da composição dos grupos primários, (sujeitos individuais), grupos ainda menores configuram o que foi designado como “líder de opinião”. A partir da ideia de que os líderes de opinião estabelecem uma ponte entre os meios de comunicação e os demais membros da sociedade, atuando na intersecção desses espaços, emergiu, segundo Cohn, o conceito de *fluxo de influência*. Para além disso, há um apontamento sobre a relação de identidade assumida pelos pares, através da tendência de interpretações compartilhadas sobre experiências similares. “O poder do líder de opinião no consumo cotidiano (*marketing*), na moda e na frequência aos cinemas, que se exprime na persuasão informal e na influência amigável, provavelmente não deriva da riqueza ou posição elevada, mas do contato casual e cotidiano com os seus pares”.<sup>78</sup>

A ideia de fluxo de influência voltada para o comportamento de uma liderança implica o retorno ao sujeito individual como forma de apreender as estratégias de comunicação presente. Uma vez que o indivíduo passa a ocupar esse espaço na análise, segundo Cohn, a ideia de *diferença* social ressurgiu formulada por critérios definidos. Essa mudança de perspectiva acaba por desconstruir a noção de sociedade de massas, ou massas atomizadas e passa a estabelecer uma passagem para pensar pluralidade entre os indivíduos componentes dos grupos. Ao mesmo tempo em que aponta para a individualidade dos sujeitos, Cohn expõe a reformulação da ideia de que houve um casamento entre a noção de massa e a questão da individualidade, de forma que ao invés de propor uma noção global de *massa atomizada*,

---

<sup>77</sup> P.75

<sup>78</sup> P. 77. N/A: Katz e Lazarsfeld, *Personal influence, op. Cit., p. 325.*

propõe-se a multiplicidade de grupos massificados, formados por indivíduos, ou como ele mesmo diz: “massa de grupos primários”<sup>79</sup> Cohn recorre a Blumer e a Lazarsfeld para realizar seus apontamentos. Do que foi observado anteriormente, onde a opinião pública tinha como espectro uma elite intelectual letrada, agora com a ampliação dos termos de dimensão, o que se encontra não é mais uma massa pura e simplesmente, mas múltiplos grupos, que reflete diretamente num rearranjo das metodologias de pesquisas em opinião pública.

O efeito final das condições expostas por Lazarsfeld e seus colaboradores nas suas análises, pode ser interpretado como uma substituição da imagem de uma “sociedade das massas” indiferenciada pela de uma sociedade internamente diferenciada numa multiplicidade de grupos inseridos em faixas socioeconômicas e etárias distintas. No interior de cada uma das faixas, por sua vez, o comportamento é ‘como se fosse’ de *massa*, mesmo porque a orientação para definirem-se as atitudes é ministrada pelos *pares* dos sujeitos, no mais das vezes. A indiferenciação social, antes concebida como global, torna-se fragmentária, sem desaparecer; sobretudo se tivermos em conta que, do ponto de vista da sociedade global, todos os “grupos primários” são encarados como tendo a mesma importância, em termos de poder, influência ou de outros critérios.<sup>80</sup>

A relevância desse momento do texto se explica pelo fato de que Cohn mobiliza Blumer para realizar a tarefa, de suprir a “ausência de um conceito teórico de opinião pública, capaz de orientar a pesquisa em função de um objeto bem definido”<sup>81</sup>. Blumer coloca em relevância o lugar ocupado pelos líderes de opinião, a respeito de suas influências e prestígios no debate sobre metodologia de análise da opinião pública. O tipo de ferramenta que pode ser levada a construir com essa reflexão também está em questão, se pensarmos, por exemplo, na questão dos votos, que são individuais.

Ao longo de seu livro, Cohn já apontava, nas diferentes abordagens sobre a composição da massa, as questões sociopsicológicas a respeito do comportamento dos grupos, ao comportamento do indivíduo, e ainda o comportamento do indivíduo no interior do grupo. Há, entretanto, outro elemento que passou a ser considerado nas análises, a saber o *contexto* como possibilidade de atuar como vínculo entre estrutura social e comportamento individual.

Essa modalidade de análise trata as suas unidades de pesquisa – individuais ou coletivas – como variáveis dotadas de certas propriedades contextuais (*contextual properties*), ou seja, toma as propriedades de um todo abrangente como determinantes das propriedades de suas partes componentes.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> P. 78

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> P.80

Para uma reflexão a respeito desse tema Cohn se pauta pelo trabalho de Lipset, Trow e Coleman sobre democracia sindical e trabalhadores gráficos no livro “Union Democracy” (1956).<sup>83</sup> Ele apresenta, então, as possibilidades de reflexão nas relações entre grupos, a estrutura da formação de grupos, o caso das lideranças de opinião (ainda que de forma não objetiva, ou seja, sem o propósito percebido/e ou anunciado), e os fluxos de influência do grupo enquanto coletivo nos indivíduos. O estudo citado lança mão de uma combinação de variáveis como atividade política, sensibilidade ideológica e vinculação para estabelecer padrões de comportamento e liderança em opinião pública. O próprio Cohn citou a importância de Durkheim para esse estudo apresentado na *Union democracy* (1956) a respeito da liderança.

O ponto forte dessa análise reside em que supera o plano das pesquisas de caráter mais sociopsicológico, centrado nas *attitudes* individuais. Por isso mesmo, não opera no nível da “pesquisa de opinião”, porém, mais propriamente, no estudo empírico das condições estruturais da atividade política. Com isso, ainda se mantêm, no essencial, as objeções de Blumer, na medida em que se poderia sugerir que a ‘resposta’ que a análise contextual é chamada a dar para os problemas levantados por ele conduz a pesquisas que vão além do plano das atitudes – e, portanto, das opiniões – ao tratarem das outras unidades de análises que não o indivíduo.<sup>84</sup>

A preocupação de Cohn ao abordar a discussão teórica sobre a formulação das metodologias de análise de pesquisa é justamente compreender as formas de controle ideológico através de dados de manipulação da opinião pública. Nesse sentido, à medida que se desenvolve pesquisas que fundamentam e problematizam as condições de aplicação dessas metodologias de pesquisa, revelando as disputas nos campos teórico e ideológico, mais democrático se torna o processo de ampliação ao acesso à opinião pública. A preocupação com a noção de massa vem justamente da tentativa de expor a relação entre indivíduo e sociedade no corpo dessa massa, no bojo dos debates sobre direitos de acesso à voz que transmite e luta individual e de seus pares.

Apesar de reconhecer a importância da contribuição de Blumer sobre análise dos instrumentos de pesquisa, Cohn acredita que há uma limitação em seu trabalho, que é a sugestão de “impossibilidade teórica de se fazer pesquisa de opinião tomando, como unidade análise,

---

<sup>83</sup> Lipset, S. M., M. A. Trow, J. S. Coleman, *Union democracy*, Free Press, Glencoe, 1956. E o resumo da obra em: W. Peterson (org.) *American Social Patterns, op. Cit., pp. 171-218*, com o título de “Union democracy and Secondary Organization”. Ambos citados por Cohn.

<sup>84</sup> P.82

grupos e não indivíduos.”<sup>85</sup> Cohn aponta para a necessidade de estabelecer um conceito de opinião pública com fundamento teórico apurado, inclusive porque o sentido atribuído ao termo “opinião” está ligado ao plano da comunicação individual e não a de grupo, como afirma Blumer, e indica contrassenso nessa chave de explicação com base na opinião grupal.

A ideia de fluxo de influência no campo político por grupo é rejeitada por Cohn porque não é possível demonstrar empiricamente essa sistematicidade nos grupos. A análise estrutural funcionalista de Lipset recebe a crítica com base em Kirchheimer, a respeito da não implicância direta entre intermediação política entre Estado e indivíduos através desses grupos, até mesmo porque não se pode afirmar com absoluta precisão o caráter político de cada um. No caso, o estudo de Lipset se refere mais precisamente a sindicatos, mas de qualquer maneira seu arcabouço teórico não pode ser aplicado nos demais contextos citados. O texto se volta para a apresentação de debates sobre as formulações funcionalistas a respeito da “sociedade pluralista”: Ao operar no nível das relações entre grupos, entendidos como subsistemas, a interpretação funcionalista da imagem da “sociedade pluralista” permite evitar a redução sociopsicológica implícita, nas pesquisas centradas nas *attitudes*.<sup>86</sup>

Nas imagens apresentadas sobre sociedade de massa e sociedade pluralista, ambas se ocupam da dimensão política da formação da concepção de opinião pública, “dizem respeito a modalidades de distribuição e exercício do *poder* (ou, na perspectiva sociopsicológica, da *influência*) nessas sociedades”<sup>87</sup>. Em ambas as a temática da diferenciação se faz presente. Segundo Cohn, há um dilema imposto pela concepção de que o modelo representado por grupos busca um consenso (nos moldes durkheimianos) a partir das ações dos líderes. A ideia de que só se concebe consenso entre iguais, numa reciprocidade equilibrada”,<sup>88</sup> faz com que Cohn mobilize Merton da seguinte maneira:

A contribuição específica de Merton, nesse seu trabalho, consiste primeiramente em construir dois *tipos* de ‘portadores de influência’, inspirados na clássica contraposição entre comunidade e sociedade: os ‘locais’ e os ‘cosmopolitas’, respectivamente. Em seguida, examinam-se os papéis sociais desempenhados por essas figuras, por uma ótica que combina a sua referência à articulação funcional de status num sistema com a consideração de aspectos da personalidade envolvidos na influência interpessoal. Dessa perspectiva, o ‘decisivo é o padrão de utilização do status social e não os contornos formais do próprio status’.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> P. 82

<sup>86</sup> P. 85

<sup>87</sup> P. 86

<sup>88</sup> P. 87

<sup>89</sup> P. 88 N/A: Merton, R. K. “Patterns of influence: Local and Cosmopolitan Influentials” *Social theory and*

Cohn não estabelece uma crítica propriamente dita a Merton, mas, a partir de sua contribuição a respeito da ideia de *uso* do status para estabelecer influência nas relações interpessoais da perspectiva individual e a perspectiva social, o sociólogo abre porta para os estudos de David Riesman acerca do *caráter social*.

O propósito do estudo de Riesman, segundo Cohn, é compreender as relações entre poder e opinião nos mecanismos de decisão e escolha dos indivíduos, mais precisamente em sua dimensão política. As três tipologias formuladas por Riesman para ilustrar o caminho para a compreensão das formas de orientação de decisão dos indivíduos são: (I) direção pela tradição (*tradition-directed*), (II) Endodireção (*inner directed*) e (III) Heterodireção (*other directed*). Para Cohn interessa a chamada “hetero-direção”, cujo significado pode ser representado pela ideia de que a “preocupação com a opinião que os outros formam a seu respeito é superior à preocupação do que com desempenho individual”<sup>90</sup>. A noção de *situação* oferece suporte para compreensão dessa linha de ação, por exemplo: a tomada de decisão individual em uma pesquisa de opinião não parte exclusiva e necessariamente de fluxo direto daquilo que se almeja, mas daquilo que se busca apresentar, e também representar, influenciado não só pelos líderes de opinião, mas por um processo de identificação com seus pares.

A busca ansiosa da aprovação alheia e seu correlato, a tendência ao compromisso, em contraste com a afirmação vigorosa de uma posição própria, conduz à dissolução do individualismo, esse valor tão caro do homem ‘endodirigido’ da primeira etapa da revolução industrial, cujo protótipo é o empreendedor pioneiro na área econômica.<sup>91</sup>

Algumas questões anteriormente citadas estão presentes na base desse modelo, a saber, a sociopsicologização do comportamento individual e coletivo. Nesse caso, o indivíduo perde sua independência política de decisão a partir do momento em que o poder não está concentrado na ideia polar de elite/massa ou exclusivamente detido pelos líderes formadores de opinião, mas está difuso entre os grupos no seu cotidiano, e condicionado pelo tipo de posição que se pretende assumir ou não dentro de cada grupo. Cohn se apoia em Wright Mills para apontar uma contrapartida no estudo de Riesman, que é ausência da polaridade elite/massa, substituída pela ideia de multiplicidade. Para Cohn as imagens “sociedade de massas” e

---

*social structure*, Free Press, Glencoe, 2º ed., 1957 pp. 387-420. Cf. p. 402.

<sup>90</sup> Cf. p.95

<sup>91</sup> P. 90

“sociedade pluralista” são complementares, pois em ambas se observa um caráter descritivo, e não explicativo, contudo não fica claro nestas “qual é o princípio estrutural básico da articulação da sociedade desse modo”<sup>92</sup>.

Cohn, por fim, recorre a Daniel Bell para ilustrar a crítica das duas concepções apresentadas acima e expõe, então, sua concepção de formulação teórica, que para o nosso estudo é o ponto central deste capítulo:

Não é por acaso que vimos evitando, até aqui, usar o termo ‘teoria’ ao nos referirmos a essas formulações. É que elas não satisfazem às exigências associadas a esse termo: não correspondem a um conjunto integrado de proposições, dotado de poder explicativo em relação ao seu objeto. São muito mais construções de caráter descritivo e individualizadoras (enquanto *tipos*), com baixo grau de integração e, sobretudo, referentes a aspectos parciais da realidade a que se referem. Por isso mesmo que pode ocorrer que sejam usadas de modo intercambiável, para designar o mesmo objeto, às vezes até pelo mesmo autor em momentos diferentes. São, uma e outra, construções ideológicas, que desafiam os procedimentos de verificação usuais da ciência.<sup>93</sup>

Consideramos o excerto acima como dos mais importantes a ser destacados, pois nele Cohn começa a construir uma reflexão sobre a própria ideia do que é *teoria*, valorizando o modelo explicativo, e apontando a divergência com as formulações ideológica de caráter descritivo que ressaltam aspectos parciais da realidade a ser estudada. Muita coisa pode ser compreendida com esse trecho. Assumir uma diferença entre teoria e ideologia implica dizer que teorias não são ideológicas? Não acredito que seja essa a perspectiva de Cohn, pelo menos em textos posteriores, já que sua trajetória indica através de seus escritos, sobretudo da década de 1990, enorme compatibilidade com os pressupostos fundamentais da chamada *Teoria crítica*. O que está posto até aqui é a distinção entre teoria e ideologia fundamentada na impossibilidade de sua verificação científica. Cohn está preocupado em apontar os traços ideológicos dentro do campo teórico para desconstruir essa possível noção de neutralidade científica. O autor demonstra, através da história do pensamento sociológico e político, que as concepções que vêm sendo utilizados em pesquisas contemporâneas no campo da comunicação estão ancoradas em fortes pressupostos ideológicos. Com isso ele “limpa o terreno”, oferecendo praticamente um mapa do desenvolvimento desses conceitos que serve a orientar os

---

<sup>92</sup> P. 95

<sup>93</sup> P. 96 N/A. Em outro ponto, Bell, falando dos EUA, refere-se à “sociedade de massas, em que a opinião pública reina”, para, em seguida, observar que, em tal sociedade, “grupos diversos são mais do que nunca forçados a assumirem alguma identidade coerente”, *The end of Ideology, op. Cit.* P.224. A fusão entre a imagem de “massa” e de “pluralismo” não poderia ser mais completa.

pesquisadores e pesquisadoras a respeito dos fundamentos teóricos, dos autores e suas disposições contextuais dos debates. Por outro lado, a noção de “objetividade científica” defendida pelo autor necessita de maior investigação.

Uma vez que a trajetória dos conceitos básicos de comunicação tenha sido exposta e vigorosamente debatida, Cohn passa a buscar compreender questões relacionadas a formas de produção e formas de consumo de “cultura de massa” em escala industrial, problematizando, inclusive, a própria terminologia “cultura de massa”. Antes de ir a fundo na discussão sobre o termo “sociedade de massa”, Cohn procura explicitar a própria noção de sociedade.

Os autores mobilizados por Cohn para esse exame, Shils, Van den Haag e Coser, com o propósito de problematizar os conceitos de *produção, participação e Consumo*, não escaparam das duras críticas direcionadas às formas de construção de teoria em seus textos. Shils pela leitura equivocada que realizou de Adorno e demais autores da primeira tradição da Teoria Crítica, por críticas genéricas e teoricamente questionáveis, inclusive por apresentar traços evolucionistas, e, por não satisfazer ao debate já que sua crítica da cultura de massa se concentra quase que exclusivamente no consumo; Coser e Van den Haag são criticados pela falta de rigor e “carência adequada de integração lógica”<sup>94</sup> em seus argumentos. Mais importante do que a discussão sobre o consumo e produção, está a questão da individualidade do sujeito no mundo contemporâneo, pois é a partir dessa concepção que Cohn critica Van de Haag pelo caráter ideológico que assume sua construção teórica

Deve-se essa falta de rigor –e, complementarmente, a dificuldade para, a partir daí, atingir-se o nível propriamente teórico de análise – à mescla, quase inextricável num pensamento vigoroso como o desse autor (e por isso mesmo ele é significativo) entre a ênfase numa dimensão profunda, que pode dar coerência à análise – dada pelas condições históricas de relacionamento entre produção e consumo de cultura – e formulações diretamente derivadas de uma opção ideológica prévia. Essa opção ideológica – representada pela adesão irrestrita a uma concepção de mundo *individualista*, em todas as suas dimensões – introduz o tom propriamente crítico na análise, mas o faz a *partir do seu exterior*. A crítica não emerge da caracterização do próprio fenômeno, pela qual viriam à tona os seus elementos imanentes, mas constitui o próprio fundamento da elaboração teórica. Teoria e Crítica não formam um todo articulado, mas a crítica pré-teórica é posta como simultaneamente fundante e parte integrante das formulações que se entendem como teóricas. Um grande passo à frente, rumo àquilo que Van den Haag justamente reclama como necessário, que é a formulação de uma *teoria* da “cultura de massa”, é dado quando se redefine radicalmente a busca da dimensão ideológica no tratamento do tema. Essa redefinição ocorre quando a ideologia deixa de ser encarada como um componente das próprias

---

<sup>94</sup> P. 106

formulações do analista, para passar a ser procurada *no nível do próprio objeto de estudo*.<sup>95</sup>

Apesar da citação ser extensa ela é muito significativa para o debate que pretendemos expor. Uma das formas de apresentação da ideologia no debate sobre cultura de massa é justamente sua produção em um contexto de dominação, segundo a chamada “crítica pluralista” ao que vem sendo produzido a respeito. O primeiro aspecto a ser observado é a transposição dos debates sobre mensagem, que serão discutidos em seu texto “A análise estrutural da mensagem” no livro, organizado por ele mesmo, “Comunicação e Indústria Cultural” (1977b). Há uma recuperação no debate clássico sobre emissor, receptor e mensagem, para o campo da comunicação quando se trata de produção, análise de produto “cultural”, conteúdo e consumo. Daí a importância política de se estudar opinião pública, para que ao pensar a formação do gosto e a questão do consumo da era de mídia contemporânea não se reproduza sem mais os mesmos debates a respeito da soma dos gostos individuais.

Essa reflexão teórica é uma ferramenta importante para pensar as pesquisas empíricas, não só no campo da sociologia, mas no campo da comunicação e da política. Gabriel Cohn se ocupa em oferecer suporte para pesquisas no campo da opinião pública, no sentido de compreender de que forma a metodologia de pesquisa aplicada a esse campo oferece suporte teórico suficiente para exprimir as categorias indivíduo e grupo sem o prejuízo ou a exclusão de ambas em suas abordagens e resultados. Aqui sua preocupação metodológica se traduz em política, pois é a partir da preocupação com a abordagem não conservadora, como ele mesmo afirma a respeito de Parsons, e com formulação teórica que não simplesmente reproduza uma postura ideológica sem qualquer reflexão, que aparece a defesa de uma forma democrática de se fazer pesquisa. Ao construir arcabouço teórico e metodológico nos moldes defendidos, Cohn demonstra uma orientação no sentido de inclusão política dos grupos e indivíduos no que diz respeito às formulações concernentes a eles. Da mesma maneira que criticou a noção de massa construída como categoria distintiva da noção de elite e formulada pela própria elite, Cohn apresenta uma defesa de estudos teóricos com o intuito de não reproduzir ideologicamente a construção distintiva nas metodologias de pesquisa. Vê-se que a relação indivíduo/sociedade, tão profundamente discutida nos três grandes clássicos da sociologia, aparece aqui na forma de discussão metodológica entre indivíduo e massa, sobretudo na construção da noção de opinião

---

<sup>95</sup> P. 107

pública. Sua análise da categoria “ideologia” é formulada por um conjunto de autores dentre os quais estão Lukács, Adorno, Shills, Althusser, Jean Piaget, André Gorz, Bourdieu, Poulantzas e demais autores não menos importantes que estes. Cohn busca, através de análises desses autores, revelar na relação entre sociedade e cultura as formas de apresentação da noção de ideologia.

A inserção da classe no debate sobre distribuição cultural parte da questão individual de acesso e formas de consumo no mercado de bens culturais, por isso a *produção* passa a ser igualmente relevante nas análises. Cohn aplica a ideia de *dominação* apresentada na forma de mercadoria de Marx para transpor o debate da experiência do consumo para a experiência da produção: “a experiência imediata do consumo desses bens não tem valor explicativo, de vez que corresponde à incorporação pelos sujeitos dos resultados cristalizados de um conjunto de relações sociais, que precisamente estão ocultas pelo caráter mercantil desses bens”<sup>96</sup>.

Através de Lukács, Cohn se volta para o debate sobre ideologia no plano científico, ou mais precisamente da “Incorporação no plano conceitual do caráter ideológico da noção correspondente”<sup>97</sup>. Com isso ele propõe que o debate sobre ideologia deva ser realizado não só referente ao objeto, mas também aos conceitos utilizados nas análises, ou seja, o ponto central é problematizar ideologia no campo das formas de apreensão, no campo da teoria e, portanto, no debate metodológico. Nessa reflexão Cohn se vale, por exemplo, de Mannheim para pensar o estudo de ideologia no plano epistemológico. O movimento do texto indica uma busca que viabilize reflexões sobre ideologia no conhecimento científico. Cohn retoma até mesmo Popper, e se vale de Piaget para ilustrar a distinção entre pensamento científico e representação ideológica.

Dispomos, aqui, de uma concepção de ideologia imensamente mais rica do que as anteriores. A distinção ideologia-ciência (ou ideologia-teoria) já não se expressa como aquela entre um pensamento racional ‘criticamente depurado’ e as ideias ‘existencialmente contaminadas’ pelos interesses individuais, ou mesmo grupais. O essencial é que o domínio ideológico diz respeito às representações ‘vivas’ dos sujeitos, individuais ou coletivos na medida em que estão centradas neles, ao passo que o domínio da ciência é o das operações lógicas socialmente pertinentes (no sentido de que elas, tal como as formas de pensamento ideológico, fazem parte de um sistema abrangente de *atividades*, no qual se articulam enquanto subsistemas), quem já não

---

<sup>96</sup> P. 131

<sup>97</sup> P. 131

tomam o sujeito como ponto de referência, mas o conjunto real de relações do qual ele participa.<sup>98</sup>

Pensar o lugar da ideologia seja na estrutura, infraestrutura, na consciência objetiva ou subjetiva, no conhecimento, nas práticas cotidianas resultam, em Cohn, na proposta de conseguir formular teoricamente uma noção de ciência e construções metodológicas naquilo que é produzido a partir disso. A lógica de apreensão da ideia de produção no sentido de indústria cultural em sociedades pós-industriais ocidentais contemporâneas passa a ser operada na produção de conhecimento.

Com isso chegamos ao final do livro com a conclusão de Cohn de que, com tudo o que foi apresentado aqui, a categoria que servirá de suporte para compreensão de ideologia nos moldes propostos pelo autor é a de *mensagem*, que vale inclusive para o discurso científico, e assim seguimos para o próximo texto, que é a conclusão deste capítulo sobre comunicação.

Por essa via, retornamos ao ponto que, afinal, constitui o núcleo de argumentação desenvolvida nessa fase final do trabalho: o de que o domínio próprio para o exercício de uma sociologia da comunicação é o da análise da mensagem, e que é nesse nível que se concentram os problemas metodológicos e teóricos pertinentes ao tema. É claro que isso não implica restringir a perspectiva sociológica a essa área somente. Pode-se e deve-se fazer Sociologia – e boa Sociologia – examinando as outras dimensões do processo de comunicação, relativas aos diversos componentes da organização social que condicionam, do exterior, a produção, difusão e consumo em grande escala de mensagens. O argumento, em essência, é que o trabalho nesse plano pode ser muito boa sociologia, mas não é o *da comunicação*.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> P. 143

<sup>99</sup> P. 159

## Capítulo 2

### 2.2 Mensagem: uma aproximação de estudos da linguagem e sociologia

O texto a seguir apresenta considerações sobre as discussões reveladas acerca da relação entre ideologia e mensagem, que acabou aproximando Cohn de debates do campo da linguagem, comunicação e sociologia. Esse recorte foi realizado com base naquilo que pretendemos destacar dentro dos debates sobre comunicação. Há muitas outras possibilidades de recorte para seguir essa conclusão, aponto especialmente a discussão sobre conceitos de cultura, arte e comunicação, mais especificamente sobre a questão das fronteiras entre arte e mercadoria no âmbito cultural e a forma como é apresentada ao consumo. Dividimos este texto em duas partes (*mensagem e ideologia*) com a razão única de facilitar a organização e exposição das ideias.

#### *Mensagem*

Em uma das conclusões de seu livro, *Sociologia da Comunicação. Teoria e Ideologia* (1973), Gabriel Cohn aponta a necessidade de se focar na análise da mensagem como continuidade da reflexão sobre ideologia e teoria. No ano de 1971 foi publicada uma coletânea organizada pelo próprio Cohn intitulada: *Comunicação e Indústria Cultural*. Nela, dentre outros textos selecionados, ele publicou um artigo de sua autoria: “A análise estrutural da mensagem”. O livro *Sociologia da Comunicação* foi originado a partir de sua tese de doutorado, defendida em 1971, logo, há uma relação de continuidade com este texto. Nesse trabalho o mote continua sendo os fundamentos da construção da *ideologia*, desta vez problematizada a partir de significados dos sistemas vinculados a mensagem.

Com base em Roland Barthes, Cohn apresenta elementos que compõem a base do processo de comunicação como *emissor, receptor, mensagem e código*, e a partir da análise semiótica faz uma reflexão sobre formas de análise da mensagem, como a prioridade da análise

imane do texto e, em contrapartida, o tipo de análise que privilegia a descrição da forma integrada ao contexto. Ele poderia ter se voltado diretamente ao debate proposto por Lukács, ao invés disso, apresenta a viabilidade de aplicação de estudos de semiologia às pesquisas em ciências sociais no campo da comunicação. Seu objetivo principal continua sendo fornecer ferramentas teóricas que possibilitem trazer à tona o caráter ideológico das mensagens, como veremos posteriormente na sessão sobre *ideologia*.

A importância desse debate é que para Cohn a dimensão ideológica da mensagem pode ser revelada a partir da análise estrutural porque é no código que ela se encontra, ou seja, nas regras que organizam o discurso. Um dos exemplos utilizados por ele é a análise descritiva do mito, como forma. Ele também pontua o papel da retórica nesse processo.

A análise da mensagem pode ser realizada a partir de seu conteúdo, e a partir de sua forma, no sentido estrutural. A preocupação de Cohn é apresentar o conjunto: signo, significante e significado, porque o estudo da mensagem a partir da *forma* se ocupa da análise do modo pelo qual os signos se articulam na mensagem, formando o que ele chama de *conjunto estruturado*. Isso importa porque para ele o código opera justamente como um conjunto de regras que orientam a articulação de signos nas mensagens, e justamente o ponto central dessa articulação é que no código reside a ideologia. Enquanto a análise do conteúdo se ocupa do repertório, a análise do código vai se preocupar com as formas de organização desse repertório. Então Cohn escreve um texto que introduz os principais debates sobre McLuhan para apontar a relevância da tese central do autor, conhecida popularmente como “o *meio* é o caminho para compreender a mensagem”. Em McLuhan, os meios de comunicação são a própria materialização da forma de emissão, cada qual com sua especificidade. Assim, a emissão do mesmo conteúdo, por exemplo, no rádio ou na televisão são completamente diferentes, porque foram emitidos por *meios* diferentes. Não interessa somente estudar os mecanismos e condições de *codificação* e *decodificação* da mensagem, interessa a “análise dos níveis em que se dá a estruturação interna da mensagem.

Cohn desenha um mapa das estruturas que compõem a análise semiótica, como conotação, denotação, metalinguagem, signo, significante e significado. Com esse desenho ele vai articulando as implicações dessas análises para demonstrar as implicações das escolhas de método de interpretação de texto. Para ele a análise da construção da mensagem em termos de articulação ocorre na seleção e combinação de signos.

No campo da linguística o debate sobre análise e interpretação de texto se volta para o uso das figuras de linguagem, que devem ser interpretadas através do sentido atribuído, *denotativo* e *conotativo*. O primeiro, de maneira elementar, podemos dizer que indica o sentido mais explícito, literal a ser atribuído na análise; enquanto que o segundo, assume, como figura de linguagem, o sentido que demanda interpretação, que está implícito. Existe já aí uma questão que aparece na argumentação de Cohn: Para que se demande uma interpretação de qualquer signo, é necessário que emissor e receptor compartilhem um espaço comum de recursos linguísticos, adquiridos através da experiência a partir das relações dos sujeitos, com eles mesmos, com outros sujeitos e com o mundo. Cohn coloca os sentidos interpretativos como se fossem camadas de significados, nos quais a ideologia pode ser encontrada em uma dessas camadas, como veremos adiante.

Nos desdobramentos desse debate, outras questões aparecem, como o tipo de análise de conteúdo que privilegia a classificação quantitativa de palavras. Por outro lado, aparece também uma perspectiva estruturalista, que articula conteúdo e forma como conjunto. Com base em Roland Barthes, o autor aponta os mecanismos de estudos de produção (codificação de mensagens) e recepção (decodificação) com a finalidade de compreender a construção que funda a ideia de comunicação. Há ainda no texto uma distinção entre língua e fala<sup>100</sup>, e repertório, que na verdade, tem a ver com o conjunto de signos disponíveis aos envolvidos no processo de comunicação para seu entendimento mútuo.

A proposta de Gabriel Cohn é demonstrar que apreender o sentido atribuído, tanto pelo emissor quanto pelo receptor não é o caminho para a busca dos pressupostos ideológicos na mensagem. Há limite para a operação emissor - receptor, que é dado pela ideia de assimetria de repertório. Na verdade, na construção da experiência compartilhada reside a própria ideia de alteridade. A discussão gira em torno da possibilidade ou não de apreensão da totalidade do sentido denotativo da mensagem, considerando que o receptor seleciona os recursos a serem mobilizados para essa interação a partir da *experiência*, que não é a mesma experiência do emissor. Há um espaço compartilhado, onde ocorre o processo de transcrição a-b.

É óbvio que a distinção entre codificação e decodificação é análoga àquela entre emissor e receptor da mensagem. Neste contexto, o repertório constitui um elemento limitador à adequada realização do processo de comunicação; mas trata-se de um fator externo ao código propriamente dito. A sua importância para análise é mais manifesta

---

<sup>100</sup> Referência utilizada por Gabriel Cohn: Roland Barthes, “Structure du fait-divers”, *Meditations*, n. 5, 1962. P. 27-36. (Reproduzido em R. Barthes, *Essais Critiques*, Paris, Ed. Du Seuil).

quando há diferenças de repertório entre o emissor e o receptor; diferenças de ordem cultural, de vez que o repertório global de signos de uma coletividade constitui peça fundamental nessa dimensão básica da atividade humana que designamos por “cultura”. (COHN, 1977b. P.337)

Cohn, ancorado em Barthes, se ocupa da ênfase às diferenças de repertório entre emissor e receptor. Segundo o texto, o repertório global de signos de uma coletividade é uma construção e, portanto, marca a noção de cultura como mediadora de processos de comunicação.

A semiótica permite a análise da construção da mensagem em termos de articulação de signos. Cohn ilustra os meios para a busca do caráter ideológico nas mensagens: “A leitura ideológica de mensagens, então, se faz ao nível da organização interna dos significados do sistema de conotação ao qual ela se vincula”<sup>101</sup>. E completa: “O essencial é notar, como diz Barthes, que uma das possibilidades da semiologia, enquanto disciplina ou discurso sobre o sentido, é precisamente a de dar instrumentos de análise que permitem descobrir a ideologia nas formas, ou seja, lá onde, em geral, ela é menos procurada”<sup>102</sup>. Quando Cohn se refere à busca por ideologia nas formas, é no código que ele está pensando, pois este representa a maneira como a mensagem é organizada. Em outras palavras, a composição da estrutura, da forma de fato.

Com o debate sobre forma outros dois elementos de composição de análise estrutural da mensagem aparecem no texto: *retórica* como a face significativa da ideologia, e *mito* como forma, como linguagem construída. A distinção dessas categorias tem o sentido de demonstrar que há possibilidade de definições científicas e objetivas no campo da semiologia serem aplicadas nas ciências sociais.

A análise estrutural da mensagem está fundada numa ciência particular, a Semiologia. A questão, agora, é se o conhecimento obtido por esse meio se esgota no campo da análise formal e imanente dos sistemas de significação, ou se, e em que medida é possível e legítimo valer-se dele nas demais ciências do homem: especialmente nas pesquisas de caráter sociológico, aplicada aos meios de comunicação de massa, que constituem o nosso tema de referência”. (COHN, 1977. P.343)

Temos, então, a demonstração do funcionamento da análise estrutural da mensagem, e temos também uma demonstração de que semiologia é uma ciência e que, portanto, é passível de problematizar sua aplicação nas demais “ciências dos homens” (SIC).

---

<sup>101</sup> P.339

<sup>102</sup> P.340

Importa aqui como Cohn se utiliza da condição de ciência como validação objetiva de suas proposições. De certa maneira o caráter propositivo deste texto se conecta com seu livro *Sociologia da comunicação: Teoria e Ideologia* à medida que fornece instrumentos de análise da ideologia no campo da comunicação, como foi indicado no início deste capítulo. Cohn aqui mantém sua prática de alinhar debates teóricos aos estudos de ciência da comunicação, e mais do que isso, mantém também sua tradição de validar formas de conhecimento por meio de sua condição científica. Cabe questionar a construção que habilita ou não esse caráter científico. Mas sua aplicabilidade no campo da comunicação nos dá uma pista para pensar que apesar de sua defesa dos estudos teóricos, a teoria aqui não é vista como fim em si mesma. Ela fornece uma contribuição reflexiva para outras demandas. Seguimos para sua reflexão sobre *ideologia*, que deverá servir como ferramenta para entender a importância do conceito no contexto de sua obra.

### *Ideologia*

Em 2002 o historiador argentino Carlos Altamirano<sup>103</sup> organizou uma coletânea de verbetes sociológicos intitulada *Terminos críticos de la sociologia de la cultura* (2002a). Gabriel Cohn contribuiu com dois deles: *Ideologia e Teoría crítica*. Apesar do salto cronológico da data de publicação do texto sobre mensagem para este sobre ideologia, veremos aqui que há uma conexão importante sobre forma e método. Em seguida, com a crítica que Cohn realiza sobre a relação entre *universalidade e ideologia* presente em leituras sobre *A ideologia Alemã* (Marx & Engels, 1933), partiremos para a análise do texto *O travo amargo da história* (1998d), escrito por Cohn na ocasião dos 150 anos do *Manifesto do partido Comunista* (Marx & Engels).

O caminho escolhido por Cohn para tratar de ideologia foi o de recuperação da trajetória do conceito, desde a fundação da ciência das ideias com Destutt Tracy, passando pelos

---

<sup>103</sup> *Crítica e Resignação* (COHN, 2003) também foi publicado em espanhol: COHN, Gabriel. *Crítica y resignación* - Fundamentos de la sociología de Max Weber. Traduzido por Ada Solari. Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 1998. Esta publicação ocorreu, segundo Cohn, sob responsabilidade de Carlos Altamirano. A tradução de *Crítica e Resignação* para o espanhol marca a passagem de Cohn pela Sociologia Argentina. Tanto pela influência de Carlos Altamirano, quanto por Horacio Gonzalez, que foi seu orientando de doutorado na Universidade de São Paulo e tornou-se chefe da cátedra de Sociologia da Cultura na Universidad de Buenos Aires, Argentina. Além deles, Alejandro Blanco, docente da Universidad Nacional de Quilmes, Argentina, publicou uma resenha de crítica e resignação em espanhol: BLANCO, Alejandro. "Gabriel Cohn, Crítica y resignación: Fundamentos de la sociología de Max Weber". *Prismas: revista de historia intelectual*, N° 3, 1999, págs. 297-304. Blanco e Carlos Altamirano se dedicam ao estudo da História dos intelectuais na América Latina. Blanco é conhecido pelo trabalho realizado sobre a obra de Gino Germani, além de Weber e Teoria Crítica na sociologia argentina.

teóricos do iluminismo, que tendiam a vincular, segundo ele, ideia, experiência e interesse, como categorias que possibilitam identificar apenas sujeitos e grupos beneficiários de ideologias inscritas a serem analisadas. Mas concentra sua análise utilizando *A Ideologia Alemã* de Marx como referência. Para Cohn, Marx “(...) *no encaró las ideas como datos em bruto, sino que ya las encontró trabajadas por la crítica, como productos*”. (COHN, 2002a, p. 135).

O primeiro apontamento que ele realiza sobre a *Ideologia Alemã* é justamente a ponderação de que a noção de ideologia ali trabalhada não deve ser interpretada por uma pretensa universalidade, nem deve ser entendida como um instrumental para compreender ideias segundo os interesses de um grupo ou outro, como sugerem iluministas franceses, pois ela é *Alemã*. Essa pontuação é muito importante, porque o que ele está dizendo com isso é a necessidade de atentarmos para o contexto, o local e a época de sua produção. Apesar dessa ressalva, Cohn aponta o que deve ser extraído deste texto para pensar sua relevância atual, no sentido de contribuição com a reflexão. Para ele há um núcleo central que indica que (...) *la vida de los hombres es producida por ellos mediante relaciones sociales dotadas de significados que se expresan en el lenguaje. La unidad que vincula entre sí las relaciones sociales y los significados que ellas asumen es entendida como conciencia*”. (COHN, 2002a, P. 135).

A questão da linguagem, que apresentamos no texto sobre *Mensagem*, reaparece aqui com uma formulação que atribui sentido social e político a seu aspecto formal. A assimetria de repertório discutida a partir de Barthes no texto anterior se converte na análise das condições sociais e sua materialidade a partir de sua forma, o *código*. Se Ideologia em Marx aparece como modalidade de expressão de conteúdo, esse conteúdo, por sua vez, se apresenta na forma de consciência como *produto*. “*La conciencia se revela, así, como algo bien complejo. Se trata de una relación entre dos relaciones: una de carácter social, que vincula hombres entre sí, otra en el campo del lenguaje, que vincula entre si unidades significativas.*” (Cohn, 2002, p. 135). Não só na *Ideologia Alemã*, mas no primeiro capítulo de *O Capital*, a ideologia, entendida como inversão das relações das ideias com o mundo, resulta na operação da chamada falsa consciência, porque ela não é capaz de captar que as ideias são produtos das relações sociais. A falsa consciência reside na indução ao tratamento natural daquilo que é social. “*La ideología es falsa conciencia porque se relaciona consigo misma, con los textos que engendra, que con el*

*mundo. Es doblemente falsa, porque se presenta como capaz de hacerlo. Esa doble falsedad opera una inversión de la relación de las ideas con el mundo*<sup>104</sup>.

Linguagem, consciência e ideologia formam uma composição. A falsa consciência, para ele não é falsa por sua impossibilidade de apreensão da totalidade das ideias, “mas por apresentar-se ideologicamente como possibilidade efetiva para tal”. Nesse sentido, Cohn mobiliza recursos da linguagem para ordenar o que ele chama de relações da produção social de sentido. Para ele, como para Marx, a lógica natural precede a lógica social. Isso significa dizer que a natureza dos sujeitos é algo dado, e o que os difere são as relações sociais, que produzem sentido sobre si, sobre o mundo e sobre sua relação com a própria natureza através da consciência. Quando Cohn diz que a ideologia naturaliza aspectos que são produzidos socialmente, é sobre essa relação entre corpo e consciência que ele pontua sua análise. Se você tem o inverso disso, a sua relação com a consciência muda, ou teria que mudar a perspectiva que se tem sobre o próprio mito. Em Cohn sua relação com a natureza é outra, porque os sujeitos se distinguem dela a partir de suas construções sociais sobre ela, e por isso eles a modificam, transformam seus significados. Assim, ele direciona o entendimento dessa relação entre consciência, texto e ideologia para a hermenêutica. Seguindo a linha de raciocínio do texto temos: (1) Elementos do mundo, que ele classifica como associação entre *homens* que produzem sua existência no trabalho *sobre* a natureza, para ele essa relação é articulada através da linguagem; (2) Elementos do *texto*, que possuem signos que se combinam em significados e, portanto, retoma-se aqui a relação entre conotação e denotação, apresentada na discussão sobre mensagem. E, por fim, (3) sociedade e texto. Com isso ele explica que a articulação das camadas de significados possui uma lógica, que é regida por um *código* (do espanhol, que pode ser interpretado tanto no sentido estrito, quanto no sentido atribuído ao português, como conjunto de regras).

Para Cohn, a ideologia se expressa em *textos*: “Si la ideología se expresa en textos, pero no se encuentra directamente en ellos, donde encontrar sus mecanismos de producción? Ciertamente será en el lenguaje, entendido como estructura y modo de funcionamiento.<sup>105</sup>. Assim, o *código* é a forma, é a estrutura que organiza a mensagem. E, portanto:

Para descrifrarla es preciso ir más allá de su superficie opaca y recorrer las múltiples capas de sentido que las prácticas sociales diferenciadas depositaron en ella. Sobre todo, es preciso develar la lógica que articula entre sí esas capas. Pues es esencial

---

<sup>104</sup> P. 135

<sup>105</sup> P.136

considerar que estamos lidando con una entidad que se articula en diversos niveles, y sólo puede ser entendida en esa articulación, regida por un código.<sup>106</sup>

Posteriormente ele vai desconstruir essa ideia de ideologia como entidade, mas importa aqui dizer que no fetichismo da mercadoria, os objetos produzidos transformam as relações sociais, convertendo o que é social (e, portanto, produzido), em natural. Aqui o produto da consciência se converte em fetichismo das relações. Nesse sentido, considerando que a ideologia pode ser articulada em diversos níveis, e o fetichismo é a matriz das formas ideológicas no modo de produção, a ideologia, portanto, só se torna acessível a partir da análise de sua forma de produção, qual seja, a estrutura. Cohn se baseia em “El proceso ideológico” (1971) de Eliseo Verón para dizer que *ideologia* é um nível de significação que se encontra na natureza analítica de qualquer *texto*. Assim, o sociólogo propõe como premissa metodológica a utilização de instrumentos de análise linguística para detectar o nível em que o processo ideológico se aloja em cada texto, como condição para fazer inferências sobre as estruturas e processos sociais que o concernem.<sup>107</sup>

Uma vez que Cohn estabelece relação entre linguística e ciências sociais como parâmetro para problematizar a ideologia, posteriormente ele passa por Lukács (para dizer que o conceito de *reificação* opera nesse sentido do fetichismo das relações sociais), e Gramsci (sobre o conceito de hegemonia e intelectuais para discutir metalinguagem ideológica), mas se concentra em Habermas para analisar alguns pontos.

Cohn busca através de Habermas problematizar de que forma as relações de poder se alojam no interior dos próprios atos de linguagem. Para ele o resultado da assimetria de repertório dentro do processo comunicativo estabelece uma relação de dominação. Se a linguagem serve como estrutura de ação em processos de interação comunicativa, o processo de assimetria que ocorre no desvio sistemático dessa comunicação permite o domínio do sistema sobre o mundo da experiência, o chamado mundo da vida. O que ele está querendo dizer com isso é que ação comunicativa, neste caso, pressupõe uma racionalidade plena para que esse processo ocorra sem interferências. E isso significa dizer que a consciência tem de alcançar uma ideia de totalidade, por si também já problemática visto que a ideia de plenitude

---

<sup>106</sup> idem

<sup>107</sup> Cf. p. 136. É preciso deixar claro que *texto* aqui não se refere somente a textos propriamente ditos, mas a uma relação de oposição com *contexto*, que na discussão sobre *mensagem* aparece como distinção entre denotação e conotação. E que também é uma referência ao debate sobre linguagem escrita e linguagem falada.

do real não se concretiza nem mesmo no plano das ideias. Isso leva Cohn a buscar uma reflexão sobre ideologia que se limite a outros planos que não o da consciência e menos ainda da inconsciência, que exerce influência direta na seleção de recursos de fala e ação.

Es muy característico de un autor como Habermas la insistencia en la posibilidad de una traducción de la experiencia social a un registro reflexivo y con carácter emancipatorio, para lo cual introduce la exigencia del contenido de verdad las formas de pensamiento. Para sustentar tal posición, con sus fuertes resonancias de racionalismo iluminista, es preciso resistir la apelación a formulaciones poderosas, que abandonan las garantías racionales y la exigencia del valor de verdad como criterio de validez de los enunciados; es decir, a posiciones que se niegan a ver en la ideología la cara sombría de un proceso cuya faz luminosa es la verdad. (COHN, 2002a. P.137)

Considerando a crítica à ideia de verdade no sentido de totalidade, Cohn mobiliza Nietzsche e Foucault para expor uma contraposição ao que foi dito, abrindo espaço para a apreensão da ideia de interpretação como um campo de forças, “um jogo inexorável das interpretações que está no coração do exercício dos saberes e poderes”<sup>108</sup>. O que ele está querendo dizer é que, se retomamos os movimentos do texto, a ideologia não é instrumento de poder à disposição de determinada classe (importante para pensar elite e massa dentro do campo da comunicação), e tão pouco precedem alguma função social, e tão pouco são entidades que habitam qualquer texto aleatoriamente, seu lugar reside nas interpretações correspondentes, nesse campo de disputas interpretativas. Os elementos linguísticos que constituem uma análise básica de processo de comunicação são: emissor, receptor, mensagem e código. Mensagem teve seu tratamento no texto anterior, que o levou buscar no código o lugar de disputa ideológica.

Na etapa final do artigo, Gabriel Cohn contextualiza os debates sobre ideologia no campo da cultura. Assim, ele define cultura como:

(...) un repertorio organizado de traducciones de la experiencia humana al registro simbólico. Ese complejo significativo es acionado por conjuntos de reglas (códigos) que, aplicados a sus elementos, les confieren estructuras específicas. Por caso, la cultura es el repertorio, y la ciencia o el arte son códigos.<sup>109</sup>

Para ele no âmbito da produção social de sentido, as artes operam no sentido inverso ao da ideologia, a primeira tende a ampliar o espaço entre repertório cultural e interpretação dos textos. E a ciência se aproximaria estruturalmente da ideologia à medida em

---

<sup>108</sup> Cf. p. 138

<sup>109</sup> P. 140

que ambas realizam o movimento contrário. Reproduzo aqui o trecho diante da impossibilidade de reproduzir seu argumento da forma como está formulado:

Vistas las cosas em los términos aquí propuestos, se podría hacer um uso bastante laxo del lenguaje marxista y decir que, siendo la cultura la segunda naturaleza producida por los hombres en la producción y reproducción de su vida, los diversos códigos sociales serían los médios de producción y las clases y categorías sociales serian las fuerzas productivas de esos productos histórico-sociales que, en sus expresiones manifiestas, asumirían las formas de las ciências, de las artes, de las religiones y de todos los demás resultados de la producción social de sentido. La peculiaridad de la ideología consistiría en la rigidez que impone al proceso interpretativo, al cerrar el hiato entre los elementos del repertorio cultural y su interpretación en los textos producidos. Si adoptáramos ese critério, el de los <<grados de libertad>> en el trabajo de interpretación, en el otro extremo estaría el arte, cuya la peculiaridad residiría em ampliar esse hiato hasta el punto de exigir de aquellos que buscan descrifrar sus formas de expresión um trabajo específico, determinado, de reproducción – y la ciência, tradicional polo opuesto de la ideología, quedaría estructuralmente muy cerca de ésta. (COHN, 2002. P. 140)

Sobre *Mensagem e Ideologia* podemos apontar algumas questões já no contexto da obra de Gabriel Cohn. A primeira é a aproximação entre ciência e ideologia como estrutura. Há de se buscar na sua noção de ciência aquilo que permite dizer que arte, por sua abstração, amplia a distância entre o repertório cultural dos sujeitos e sua interpretação. E ciência tenderia ao oposto, com o propósito de trazer ao racional objetivo fenômenos com os quais lidamos diariamente mas não podemos descrevê-los senão por sua forma. A ciência se ocuparia, então, em reduzir o espaço entre o natural e o social. Se a ideologia, segundo Marx, resulta na “naturalização” de fenômenos que são sociais, fica a questão difícil de responder, que é a consistência de traços ideológicos na ciência. Se assim for, o caminho encontrado por Cohn para a superação dessa questão certamente será no seu encontro com a Teoria Crítica, como veremos nos capítulos posteriores.

Outro ponto a ser considerado aqui é que existe um questionamento sobre o produto da ciência a partir de sua universalidade. Logo no início do texto Cohn aponta uma ressalva, ele diz que a *Ideologia Alemã* tem como característica fundamental para sua compreensão o fato de que ela é *Alemã*.

Se entrevé aquí algo fundamental en la concepción legada por Marx: si la <<ideología alemana>> es *alemana* es porque su forma es particular, está determinada por la particularidade histórica y social alemana. <<En la producción social de su vida los hombres entran en diferentes relaciones [...] a las cuales corresponden formas determinas de conciencia social. (COHN, 2002a. P. 135)

E segue:

No es un texto canónico para ser usado como soporte, sino para ser desarrollado en todos sus elementos a partir de su núcleo decisivo: la vida de los hombres es producida por ellos mediante relaciones sociales dotadas de significados que se expresan en lenguaje (COHN, 2002. P. 135)

Há, portanto, uma estrutura que permite transpor seu estudo de caso para uma abstração científica capaz de possibilitar sua reflexão a partir de outros contextos. E assim levantamos uma problemática: Gabriel Cohn é reconhecido por seus estudos sobre autores. Alguns temas, de determinados autores, são lidos, interpretados, traduzidos e comentados por ele na dimensão de sua realidade, inegavelmente no contexto da sociologia brasileira. Como é que se seleciona e se distingue um conceito com potencial para ser repensado em um outro contexto de um conceito cujo caráter contextual é tamanho que sua validade analítica em outra dimensão contextual se torna questionável? *A ideologia alemã* não é um conceito, é uma narrativa sobre ideologia no contexto da Alemanha, por isso sua defesa da análise estrutural dessa obra.

Na ocasião do aniversário de 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, Cohn escreveu um artigo intitulado “O travo amargo da história” (1998d), quatro anos antes da publicação do verbete sobre ideologia. No texto ele diz:

CONVENHAMOS. Um manifesto não pode durar 150 anos. Há algo de errado nisso. Mas não é nele e sim no curso do mundo que se encontram as razões dessa teimosa persistência. Seus autores não se propunham mais, nem menos, do que um texto de ocasião: na ocasião da mudança do mundo. Estranho destino, o de Marx e Engels. O manifesto que redigiram quando jovens é lido um século e meio depois como se fosse obra científica a ser testada pela acuidade das análises e pela validade das suas previsões. E a obra que apresentaram ao mundo como sendo do mais alto rigor científico, a sua crítica da economia política, ainda é lida por muitos como se fora um manifesto. (COHN, 1998d. P. 88)

O trecho acima exposto é na verdade o primeiro parágrafo do texto que não é tanto sobre o Manifesto, mas sobre as leituras e interpretações que se fazem dele. A crítica às leituras e apropriações do *Manifesto do Partido Comunista* tem sentido duplo aqui pois elas se voltam tanto à leitura do *Manifesto* como um texto científico paradigmático, cuja validade se restringe à sua aplicação na atualidade, e não como leitura de um documento histórico. E a outra crítica se volta para a leitura do *Manifesto* como agenda de lutas e mobilizações, que não considera a relevância das transformações do mundo [do trabalho] nos últimos 150 anos. A crítica aqui é

interessante, porque ao contrário da crítica da economia Política, o Manifesto não possui uma estrutura matriz cuja reflexão possa ser extraída em seu sentido denotativo. Ele é explícito, literal, um manifesto político, cujos pressupostos estão dados, inclusive os ideológicos. A crítica da economia política tem um caráter científico, que nesse caso, não deve ser lida exclusivamente como um documento datado que testemunha a defesa da organização dos trabalhadores através de Partido Comunista por Marx, ela possui uma estrutura de análise cuja validade reside no caráter universal da própria ciência, isto é, seu trabalho pode ser contestado cientificamente, e não ideologicamente, como é o caso do Manifesto. Não estou afirmando uma defesa de neutralidade da ciência, mas sim que aparece aqui uma dinâmica particular entre ciência e política.

O Marx do Manifesto defende basicamente as mesmas ideias que o Marx da Crítica da Economia Política, sob égides e formas diferentes em sua construção. Cohn procura na semiótica elementos que contribuam com a compreensão não da noção de ideologia propriamente dita, mas das formas de construção dessa ideologia. Não é à toa que *mensagem* é o último e conclusivo item do livro *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*, a articulação entre teoria e ideologia reside na mensagem, que deve ser interpretada a partir de sua estrutura de organização, a saber, o código. Assim, a solução para a busca da distinção ideológica da ciência que não invalide seu caráter e ao mesmo tempo assuma a possibilidade de transposição de uma realidade crítica para a outra reside fundamentalmente na crítica ao método. E o método precede a inscrição de um determinado olhar sobre o mundo. Assim, a forma única de realizar uma análise teórica passível de crítica científica é a observação da correspondência entre método e contexto, movimento que veremos adiante como ele realiza a partir da análise da obra de Weber.

## Capítulo 3

### Sobre como ler Weber

A dedicação de Gabriel Cohn ao estudo da obra de Max Weber se dá a partir da publicação de *Sociologia para ler os Clássicos* (1977a), uma coletânea de textos sobre Marx, Weber e Durkheim, mesmo ano em que defendeu sua livre docência com o trabalho intitulado *Crítica e resignação: (sobre Max Weber)*, que sofreu alterações posteriores em seu subtítulo e conteúdo; em 1979 foi publicado como *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber*; depois *Crítica e resignação: Estudo sobre o pensamento de Max Weber e a sua compreensão* (1979) pela editora T. A. Queiroz e a última edição atualizada: *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social* (2003), pela Martins Fontes.

O recorte proposto para este capítulo segue como uma narrativa marcada pelo início dos estudos da obra de Weber até a publicação do vídeo intitulado “Adeus Weber” (2012). Indispensável dizer que entre as publicações sobre Weber, Cohn dedicou-se também ao estudo de outros autores que estabelecem interlocução com Weber, como é o caso de Habermas, Carl Schmitt e seu contemporâneo, Simmel. Destacar a importância da contribuição de Gabriel Cohn para os estudos de teoria sobre Max Weber não é uma tarefa fácil. A proposta deste trabalho não é comparar as principais interpretações do estudo de Weber com o trabalho desenvolvido por Cohn. Retomando as palavras de Leonardo Avritzer em “Gabriel Cohn e a recepção de Max Weber no Brasil (2013), o trabalho de Cohn se destaca primeiramente por ser uma das principais contribuições sobre o estudo de Weber no Brasil, porque ele afasta de uma interpretação parsoniana da obra de Weber e foca em uma análise mais crítica e progressista do método weberiano.

Razão pela qual acredito que Carlos Altamirano tenha agenciado sua tradução para o espanhol, já que a recepção de Weber na Argentina trilhou outros caminhos, cuja principal recepção se deu através de Gino Germani<sup>110</sup>. Procuro com este capítulo apresentar a leitura que

---

<sup>110</sup> Cf BLANCO, Alejandro. Max Weber na sociologia Argentina (1930-1950). Dados vol.47 no.4 Rio de Janeiro 2004.

Gabriel Cohn realizou de Max Weber com a ênfase que vem orientando esta dissertação, que é a reflexão sobre o debate metodológico proposto pelo autor. Isso ocorre da seguinte maneira: uma das principais críticas em torno do trabalho desenvolvido por Weber reside em seu suposto caráter universalista mais precisamente na crítica à validade prática de seu trabalho na contemporaneidade. O trabalho de Cohn consiste justamente na reconstrução dos debates em torno da produção metodológica do autor. Não se trata de simples contextualização, mais do que isso, Cohn reconstrói os debates vigentes no círculo acadêmico em Heidelberg, cujo contexto, a gênese dos debates desenvolvidos no auge do Estado prussiano, abrem caminhos para que Weber construa seu trabalho.

Havia sim uma referência especificamente germânica desse jurista, historiador, economista (como ele próprio gostava de se definir, referindo-se àquilo que na Alemanha de sua época era denominado e 'economia nacional' e outros designavam por 'economia política') e finalmente sociólogo, cuja vida se estendeu de 1864 a 1920 por escassos 56 anos, nos quais produziu, com interrupções, uma obra que o caracteriza provavelmente como o último espírito universal nas ciências sociais (ou culturais, ou históricas). Trata-se da questão do Estado nacional ao qual pertencia, que então se buscava consolidar no centro da Europa. Esse sempre foi um problema substantivo fundamental para ele. (COHN, 2013. P. 29)

A inserção de Weber no contexto dos debates do pensamento alemão desloca a crítica da universalidade em sua obra à medida em que insere a construção weberiana como fruto de debates específicos das posições neokantianas, da busca pela superação do positivismo através da crítica do conhecimento histórico-social produzidos em um contexto ainda mais específico, como a formação do Estado Alemão na passagem do século XIX para o século XX. Então, o que seu trabalho nos pode oferecer como contribuição? Essa é a perspectiva que buscamos problematizar do ponto de vista da obra de Gabriel Cohn. Não cabe questionar as razões que levaram Cohn a deter-se sobre a obra de Weber, mas refletir como ele propõe a leitura desse autor.

A publicação de *Sociologia para ler os Clássicos* (1977a) marca um ponto dentro da obra de Gabriel Cohn que é sua defesa de estudos dos clássicos. Mais do que as palavras indicadas em sua introdução a respeito dos caminhos de uma sociologia que deve conhecer suas origens para saber quais caminhos deve seguir, essa renovação de estudos dos clássicos vem acompanhada de dois outros movimentos paralelos que julgo importante em sua trajetória: o primeiro é, sem dúvida, a guinada para o desenvolvimento de estudos de teoria, como indicado

no capítulo anterior, a proposta de unidade entre pesquisa teórica e pesquisa empírica vem acompanhada do desenvolvimento da primeira, já que em seu diagnóstico uma das razões dessa disjunção é o déficit em estudos *críticos* de teoria na sociologia brasileira.

A ideia de críticos na verdade diz respeito às formas de interpretação e aplicação da passagem da teoria para a dimensão empírica. Cohn expõe os limites do método weberiano, que não deve ser encarado como um modelo, mas sua atualidade resiste graças à vigência da possibilidade de se considerar as categorias weberianas como funcionais. Além disso (agora entro no segundo ponto), é que há uma crítica relativamente frequente à excessiva centralidade do Brasil como referencial de pesquisa, que na verdade subscreve uma crítica à ideia de particularismo brasileiro que supostamente engessaria a sociologia brasileira tornando-a restrita, demasiadamente autocentrada. José Maurício Domingues se refere a isso como uma espécie de nacionalismo metodológico, distinto do caráter cosmopolita e da diversidade que seus críticos vem buscando. Essa crítica aparece na introdução do livro *Teoria crítica e semi(periferia)* (2011), o texto a que me refiro, “Modernidade, globalidade e crítica”, escrito por José Maurício Domingues. Nesse sentido, realizar um estudo teórico sobre um autor, segundo Domingues, imprimiu nova dinâmica à proposta de desenvolver teorias no Brasil, em outras palavras, para utilizar um termo do próprio Cohn: “trabalhar local, pensar cosmopolita”.

Na coletânea intitulada “Max Weber” (1979) Gabriel Cohn realiza uma seleção de um conjunto de textos os quais ele considera relevantes para a compreensão da obra do autor. O sentido dessa relevância aparece na própria introdução da coletânea, onde ele apresenta os textos selecionados e contextualiza o debate concernente a cada um dentro da obra de Weber. Boa parte da leitura que Cohn realiza de Weber é marcada pela relação que estabelece entre a dimensão científica e a dimensão política.

Atitudes pouco coerentes com a concepção convencional do político mas perfeitamente ajustadas ao modo de ser de alguém como Weber, que certa feita observou ser mais cientista do que político, porque ‘o política precisa fazer compromissos’ e ao cientista isso é vedado.” (COHN, 1977a. P. 8).

Outro aspecto destacado por Cohn é a dedicação de Weber ao “exame das tendências da política alemã da época”. Não é por acaso que no primeiro volume de “O pensamento alemão no século XX” (2013 [2009]) Cohn procura contextualizar os escritos de Weber com a situação da formação do Estado alemão, demonstrando que a crítica à proposta

de universalidade que recai sobre a obra deste autor não reside nos seus objetivos como intelectual, e que deve ser repensada pela ótica da apropriação que se faz de sua obra. Para operar questões metodológicas do ponto de vista de categorias de análise (porque o tipo ideal jamais deve ser interpretado como um modelo), Cohn apresenta a distinção entre historiografia e sociologia, demonstrando como cada uma aparece dentro da obra de Weber. O movimento que Cohn realiza na verdade é o de inserção da obra de Weber dentro do contexto do pensamento alemão. Parece óbvio, mas na verdade a leitura de Weber no Brasil tem desenvolvido uma narrativa própria da leitura deste autor. Sendo ele notadamente um dos clássicos das ciências sociais, frequentemente seu método é posto em comparação com os outros dois grandes clássicos, Marx e Durkheim. Não que este tipo de comparação seja o mais completo equívoco. Na verdade, ela tem por consequência a extração dos trabalhos destes autores de um contexto de debate do pensamento político compartilhado, inserindo-os em uma dinâmica global que pode dar margem para uma interpretação anacrônica e a-histórica, e aí sim, pretensamente universal. Isso tem mais a ver com as formas de organização do ensino da história do pensamento sociológico e suas disputas interpretativas do que com o próprio Weber em si. Por outro lado, se os escritos de Weber são datados, como problematizar a relevância da obra de Weber no mundo contemporâneo e ainda por cima em outro continente?

A resposta de Weber nessa ocasião é de que não há vínculos entre o processo animado e o mundo contemporâneo: trata-se de universos radicalmente heterogêneos. Inútil procurar nele um caráter exemplar ou a resposta para questões atuais. Inútil portanto proceder como Marx fizera ao tratar da formação histórica do capitalismo: ‘de te fabula narratur’, é de ti que se fala. À primeira vista a postura assumida por Weber apresenta-se aqui como se fosse meramente contemplativa. O declínio de uma velha cultura é um espetáculo grandioso, digno de ser reconstruído pela pesquisa histórica; mas o seu interesse é estritamente histórico (COHN, 1979. P.11.)

O tipo de história a que Cohn se refere é aquela que não estabelece uma relação entre causa e consequência vinculada à perspectiva das instituições e à estrutura. Ou, nas palavras de Cohn “(...) não havendo uma linha unívoca nem um curso objetivamente progressivo no interior da História, cabe à pesquisa histórica tratar do que é particular, daquilo que permite identificar na sua peculiaridade uma configuração cultural e buscar explicações causais para essa particularidade” (COHN, 1979. P.12.). Segundo Cohn, importa em Weber pensar na razão pela qual *o historiador* seleciona determinado processo, como por exemplo, o processo de “derrocada de uma cultura”. Segundo ele, o que determina essa seleção é o *interesse*.

Faço uma pausa para retomar o que foi dito no capítulo anterior a respeito da obra de Marx, mais especificamente sobre o texto escrito por Cohn na ocasião dos 150 anos do “Manifesto”. Ali Cohn realiza uma distinção entre o Marx político e o Marx científico. Um texto manifesto e um texto científico. Um destinado a ação política pautada por um contexto específico e outro sobre o qual se é possível extrair cientificamente conceitos aptos a serem captados em outro tempo/espaço e ainda assim apresentar considerável contribuição do ponto de vista metodológico. Esta é também a questão que pautou o projeto inicial desta dissertação, refletir sobre o que pauta a elegibilidade dos conceitos que seleciona para pensar, por exemplo Marx, Weber ou Adorno dentro uma perspectiva sociológica brasileira.

Cohn afirma que o problema da cronicidade e do universalismo que pauta esse debate não é intrínseco à formulação desses conceitos, pois reside nas respectivas interpretações a respeito de cada qual. No caso de Marx a dicotomia que possibilita duas perspectivas, uma política e uma científica, incidentes sobre um mesmo autor, é teoria e ideologia. Já em Weber, elas aparecem de outra maneira, como historiografia e sociologia. Assim diz Cohn a respeito da distinção entre a perspectiva historiográfica e sociológica em Weber:

Por um lado, temos a preocupação com o caráter peculiar de uma configuração cultural e com as causas disso; e por outro, põe-se a questão dos elementos dessa configuração que tenham um caráter mais geral e possam ser encontrados em outras épocas e outros lugares. (COHN, 1979. P. 13).

Um dos exemplos que ilustra essa distinção, segundo Cohn, é o tema da burocracia. A burocracia em Weber aparece de uma perspectiva historiográfica. Quando ele inicia do texto descrevendo o tipo de burocracia existente no período ptolomaico, e depois se volta para a discussão da burocracia na formação do Estado Alemão, ele está dizendo que a burocracia não é uma invenção moderna europeia, porque no Egito em 300a.c isso já existia. Por outro lado, de uma perspectiva sociológica, Weber compara o estabelecimento da racionalidade burocrática a uma forma moderna de escravidão. Isso abre uma chave de compreensão que diz respeito à possibilidade de “exame *comparativo* entre traços de um período e traços encontrados em outros, admitindo-se a especificidade de cada um e a circunstância de que a comparação sempre incidirá sobre aspectos parciais e selecionados dos processos em confronto”. (COHN, 1979. P.15). A discussão sobre historiografia comparada revela, na verdade, uma inovação na interpretação da obra de Weber. O propósito de distinguir historiografia e sociologia é apresentar a distinção que o autor traz entre sua crítica cultural, de pensar direito, religião a

partir da especificidade alemã e as categorias de ação pensadas e utilizados como método (e método não é modelo universal para pensar o mundo, e deve ser pensando como *meio*). A leitura de Cohn procura demonstrar que o trabalho de Weber é baseado, logicamente, na sua crítica da formação do Estado nacional da Alemanha pós-Bismarck, e tem o fundamento sociológico, que através da análise historiográfica se pode extrair aquilo que é *científico*. Essa perspectiva de distinção entre historiografia e sociologia ganha novos rumos em *Crítica e resignação*, porque lá Cohn aponta justamente a mudança de perspectiva em Weber, de procurar afastar-se do historicismo.

Quando a leitura de Cohn indica que a particularidade deve ser a chave que possibilita olhar para um contexto e para outro e estabelecer algum nexo comparativo, ela revela uma leitura não evolucionista da obra de Weber, ela indica que as tipologias que fundamentam a ação podem servir como método de pesquisa que confere agência aos sujeitos. É uma crítica ao estabelecimento de relação de causa e efeito da perspectiva histórica, como se os sujeitos não tivessem agência em contextos e espaços distintos. No limite, é onde reside a crítica ao materialismo histórico a partir da ideia de ação. Na introdução da coletânea ela aparece de forma mais direta, já em *Crítica e Resignação*, Cohn busca afastar uma leitura de Weber como um crítico direto do materialismo-histórico, ou anti-marxista. Mas aqui ela configura-se da seguinte maneira:

Desde logo, portanto, a pesquisa pode ajudar-nos em duas coisas: apontar os traços que reputamos importantes no nosso mundo contemporâneo e que também estejam presentes em outras épocas e lugares, devido a causas específicas a serem examinadas em cada caso, e assinalar traços existentes no nosso universo histórico particular que possam ser apontados como responsáveis pelas diferenças entre ele e os demais (sendo que eles figurarão na análise como *causas* dessa diferença” (COHN, 1979. P.15)

Com este trabalho venho demonstrando a maneira como Cohn mobiliza a ideia de ciência como recurso para distinguir escritos datados daqueles que são passíveis de serem extraídos e repensados em contextos e tempos outros. A ideia de causalidade em destaque no texto será central para estabelecer os limites do método weberiano, onde Cohn indica que possíveis aplicabilidades futuras do pensamento weberiano devem estar pautadas sobretudo pela causa. Ainda assim cabe uma controvérsia peculiar, como explicitada na citação que segue:

Nele combina-se a tomada de posição muito firme, até às vezes um tanto chocante no tom (convém não esquecer que se trata de um discurso destinado a suscitar controvérsias, e não um trabalho estritamente científico em face dos problemas

práticos do dia, com reflexões bastante amplas sobre temas teóricos)”. (COHN, 1979. P.16)

Um trabalho estritamente científico não pode ser controverso? Acima vimos uma distinção entre história e ciência: O que pode ser definido como ciência? No caso do contexto weberiano, distinguir o cientista do político representava a disputa entre economistas e políticos na Alemanha do início do século. Na verdade, segundo a leitura de Cohn, para Weber caberia aos economistas exercerem seu papel científico de indicar através das pesquisas a real situação econômica alemã, aquilo que *é*, enquanto que caberia aos políticos como dirigentes orientar-se por aquilo que *deve* ser.

No texto selecionado, a luta pela existência que ocorre no confronto entre alemães e poloneses, nas fronteiras da Prússia, é analisada contra o plano de fundo da luta pela direção da sociedade alemã como um todo, da qual a organização do Estado e a política econômica são expressões. É da discussão disso que Weber extrai a sua tese central, de que ‘o poder econômico e a vocação para a direção política nacional nem sempre coincidem’, com base na qual condena o domínio político dos estamentos agrários, ao mesmo tempo que aponta a falta de ‘maturidade’ da burguesia alemã – e dos trabalhadores – para substituí-los” (COHN, 1977a, p. 18)

Faço aqui um parêntese a respeito do conceito de cultura que aparece diversas vezes na obra de Cohn. Quando ele aparece nos escritos sobre comunicação, há uma associação que nos direciona a pensa-la como produto das artes, como música, cinema, literatura etc. Em Weber, a ideia de cultura tem quase uma perspectiva antropológica, inscrita nos signos do compartilhamento da vida cotidiana, enquanto que em Adorno, o conceito se transforma em repertório oriundo da experiência, experiência musical refletida pela forma de música produzida industrialmente, que transforma a audição, e que reduz a capacidade de sensibilidade auditiva dos indivíduos, por exemplo. Na verdade, estas fronteiras entre um conceito e outro não estão exatamente claras nos trabalhos de Cohn, mas é algo que merece atenção porque Weber identifica seus trabalhos como “estudos culturais”, e Cohn vai transformando a ideia de cultura, que acabou revelando traços curiosos quando aplicada ao contexto brasileiro. No texto “Clássico de Weber chega ao Brasil com 70 anos de atraso” (1992b), o sentido de “atraso” é irônico, característica pessoal de Cohn. Mas, cabe toda uma discussão sobre temporalidade remetida pela ideia de “atraso” da data inicial da publicação de *Economia & Sociedade* em relação à data da publicação da tradução brasileira. Por meio da ironia Cohn adverte a impossibilidade de estabelecer a crítica de que a teoria social brasileira andava tão atrasada que

a tradução de economia e sociedade foi feita aqui com setenta anos de atraso. Juntando esse pedaço de ironia, com sua perspectiva sobre a trajetória do debate de teoria social no Brasil, a tradução de Weber chegou quando tinha que chegar. Antes disso, Marx havia se tornado um escudo intelectual como forma de resistência contra a ditadura, a metáfora que Cohn utiliza na verdade é guarda-chuva da esquerda. E ainda antes, estávamos às voltas com a nossa peculiaridade, como se sabe, o longamente discutido projeto de industrialização e modernização por que passava o Brasil.

Se por um lado uma sociologia que não compreende suas origens não saberá que caminho deve seguir, por outro, há uma disputa pela ideia de origem da sociologia brasileira, que na verdade se divide entre sociologia do Brasil e sociologia no Brasil. De que sociologia se está falando quando utilizam a retomada dos estudos de teoria social para criticar as pesquisas empíricas que até então vinham se ocupando obstinadamente da realidade brasileira?

Uma edição brasileira de *Economia e Sociedade* de Max Weber, e daí? Setenta anos após a edição original e décadas após as traduções deste clássico para as principais línguas civilizadas, isto só significa que mais uma vez estamos atrasados, ou não? (COHN, 1992b).

Depois ele responde que **não**, e faz um elogio à tradução ao espanhol publicada por uma editora mexicana. Aparece também nesse trecho uma crítica irônica à ideia de civilização na qual nós, assim como os principais países da Europa, temos uma tradução própria de Weber, logo, somos civilizados, e não mais culturalmente atrasados. Identificar a ironia em Gabriel Cohn é fundamental, vez por outra ele dispara comentários irônicos que à primeira vista faria qualquer leitor acreditar que ele, de fato, é etnocêntrico.

Voltando ao tema anterior, é necessário sinalizar que a correspondência entre *economia* e *sociedade* não é simétrica do ponto de vista científico e analítico. A crítica da racionalidade, da administração econômica racionalizada alemã são dirigidas à unidade entre economia e sociedade como categorias que corresponderiam a interesses similares. Para Cohn, cabe à economia, enquanto ciência, encontrar as formas adequadas de refletir sobre a realidade empírica, enquanto a condução política reside na busca daquilo que *deve ser*, ambas devem caminhar concomitantemente, a analogia mais precisa desse movimento refere-se à composição musical polifônica. Assim, Cohn demonstra em Weber duas noções que aparecem em A

*objetividade do conhecimento das Ciências Sociais*, no cerne da discussão entre *Economia e Sociedade*, e também o fundamento que distingue ciência como vocação e política como vocação a partir da relação entre *conhecimento científico e juízo de valor*.

Isso não significa, é claro, que a Economia perca a sua autonomia como ciência e como dimensão particular da atividade humana. O que se está defendendo é a autonomia da dimensão política, em parte para exorcizar a ideia de que ela seja determinada pela Economia, sobretudo no sentido mais extremo que Weber atribui a essa ideia, de que o exame das condições da atividade econômica permitiria ‘deduzir’ de alguma forma as condições correspondentes da atividade política. Deve-se distinguir claramente, no entanto, entre a ciência econômica no sentido estrito do termo, como disciplina preocupada com o uso mais adequado dos meios específicos para a obtenção de fins também dita, que envolve decisões baseadas em valores fundamentais e inquestionados. Enquanto economista no sentido estrito do termo, o cientista deve abster-se de qualquer juízo de valor na sua análise, precisamente porque enquanto cientista não lhe cabe reivindicar um caráter imperativo para as suas conclusões. (COHN, 1979. P.19)

Na defesa da autonomia política Weber reputa ao método científico seu limite, “Como ciência empírica, a Economia nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas”, e com esse argumento a ideia de universalidade se torna inviável dentro do sistema de pensamento weberiano aos olhos de Cohn. O que define a objetividade do conhecimento nas ciências sociais não é a distinção entre ciência e política pura e simplesmente, mas o modo como são operadas as metodologias no debate científico e sua transposição para o debate político. O que também é discutido em *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia*, que é o debate conceitual sobre a passagem do conhecimento científico para a esfera pública.

Weber combate resolutamente a ideia de que a Ciência possa engendrar ‘concepções de mundo’ de validade universal, fundadas no sentido objetivo do decurso histórico. Esse sentido objetivo não existe e por isso mesmo não existe uma ciência social livre de pressupostos valorativos. O que existe é a luta constante, que extravasa o domínio da Ciência, pela *atribuição* prática de um sentido ao mundo e pela sua sustentação diante das alternativas concretamente existentes. (COHN, 1979. P.21)

Cohn enxerga a teoria como um organizador racional da realidade empírica, e até mesmo dos dados obtidos empiricamente, e deve, portanto, atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma *multiplicidade infinita de fenômenos*. A ideia de *interesse* corresponde justamente ao ponto de partida proposto para a captação dessa realidade, a demonstração do sentido o qual se está buscando, dentro das múltiplas possibilidades, sobretudo reconhecer a impossibilidade de apreensão da totalidade.

Com isso combate-se, sobretudo, a ideia de neutralidade. E por isso ele vai dizer que “a validade do conhecimento obtido não se mede no confronto com o real, porque a tensão reside na luta por valores”. O que não foi discutido aqui é a ideia de *real*, fica apenas sinalizada a disputa em torno da noção de mundo, que será discutida adiante.

Na introdução da coletânea sobre Weber, Cohn enumera categoricamente os conceitos escolhidos para repensar o autor, e mais do que isso, vai aferindo sentido desses conceitos dentro da obra, demonstrando a lógica imanente dentro do pensamento weberiano. E que lógica é essa? A de explicar sua construção modelar de ação [racional] e a agência do indivíduo em sua obra, mas porque para Weber, segundo Cohn, é papel do sociólogo entender os fatores que contribuem com as ações dos indivíduos, os sentidos que os agentes atribuem exprimem e orientam sua forma de pensar e agir frente ao mundo, tendo o transcurso da ação como objeto da análise. Por exemplo o Estado: Não seria possível fazer uma definição padrão ou universal sobre a ideia de Estado, cabe, pois ao sociólogo entendê-lo como categoria *êmica*, construída a partir dos agentes, ou seja, o que os agentes entendem pela ideia de Estado, no interior do contexto no qual estão inseridos. Assim, Cohn refuta a ideia de universalidade embutida em outras interpretações weberianas e, ao mesmo tempo, explica a seleção de conceitos realizada por ele para exprimir a importância da obra desse autor no que diz respeito ao método.

A ação se torna central para a compreensão dos fundamentos sociológicos em Weber, porque segundo Cohn, o sentido expresso na ação confere agência e movimento aos sujeitos. Assim, os conceitos de Weber a serem examinados por Cohn são: (ele mesmo enumera e nessa mesma sequência): ação social / sentido / compreensão / agente individual / tipo ideal / relação social / legitimação / dominação. E ele de fato analisa cada um desses conceitos em *Crítica e Resignação*.

Passemos agora ao exame da obra principal a que se destina este capítulo: *Crítica e resignação. Max Weber e a teoria social*<sup>111</sup>.

Onde Weber foi buscar os fios para sua infundável urdidura? A resposta é tão desconcertante quanto a sua figura e a sua obra: do conjunto da cultura alemã da sua época, nada menos. Não houve uma só corrente de pensamento à qual ele tenha ficado indiferente e, o que é mais importante, não há tendência particular à qual ele possa ser filiado. (COHN, 2003c. P.11)

---

<sup>111</sup> A principal edição de referência utilizada é a última, publicada pela editora Martins Fontes no ano de 2003.

Originado a partir de sua livre docência, o livro em questão está dividido em duas partes: Parte I, “O mundo dividido”; e parte II “A difícil integridade”. O mundo dividido dispõe de um conjunto de cinco textos, nos quais Cohn poucas vezes menciona diretamente os escritos de Weber. Diante da possibilidade de superar classificações da teoria de Weber como herdeiro desta ou daquela tradição neokantiana sem mais, Cohn vai a fundo e reconstrói os debates vigentes do pensamento alemão, sobretudo na Universidade de Heidelberg, e as perspectivas dos principais contemporâneos de Weber cujos trabalhos incidiram de alguma maneira em sua obra.

Sobre o contexto histórico-político no qual Weber estava inserido, que já é bastante conhecido: reconstrução do Estado alemão, a era pós-Bismarck e pós primeira guerra mundial, constituição da república de Weimar, cuja redação teve também a participação de Weber e a crítica da economia política alemã em um processo que constitui uma passagem da condição essencialmente rural, com boa parte da população vivendo no campo, para a da produção industrial. Mais importante é perceber que há uma disputa por modelos de interpretação histórico-políticos nas propostas de como pensar a condição da Alemanha à época, e neste livro ela é traduzida e sintetizada sobretudo através de quatro representantes: Dilthey, Simmel, Windelband e Rickert, cada qual com uma contribuição própria, cuja influência mais efetiva aparecerá na segunda parte do livro, onde Cohn apresenta Weber de fato.

A proposta de Cohn com esse livro é absolutamente clara e objetiva: propor um exame dos debates metodológicos presentes na obra de Max Weber e delimitar sua contribuição à teoria social, e isso passa pela reconstrução das representações do positivismo alemão e pela discussão sobre a ideia de totalidade. O título do primeiro capítulo, “ação e renúncia”, diz respeito à ação individual, e “renúncia à universalidade ‘faustiana’ do homem. Cohn indica que o pensamento weberiano é marcado por tensões entre oposições insolúveis, o que justifica cada um dos onze títulos dos textos que compõem este livro. Já a dualidade, que Cohn alega também ser um traço weberiano, eu coloco em xeque, já que boa parte de todos os seus títulos, inclusive de textos que não se referem somente a Weber são compostos de duas palavras que sintetizam dualidades em autores, ora conflitivas, ora marcadas pela integração.

Uma passagem digna de nota se encontra na décima primeira página do livro, onde Cohn começa a situar e delimitar as referências do pensamento de Weber, assim, diz: “ele

[Weber] absorveu as mais variadas tendências da cultura *alemã* de sua época” Cohn destaca a palavra alemã em seu texto. “Sua universalidade e sua reflexão política está sob o signo da *nação*” (COHN, 2003c. P.11), e novamente a palavra *nação* em destaque. Quando Cohn se refere ao contexto da produção de Marx ele também coloca a palavra *alemã* em destaque. Os dilemas insolúveis da jovem *nação* alemã marcam também os escritos de Weber e as disputas intelectuais à época. Quando Cohn sinaliza o local da produção de Weber, o tempo, o contexto, ele está inserindo Weber nos debates intelectuais do pensamento alemão da escola de Baden. E o que tem de universal na obra de Weber, ou seja, aquilo que serve como elemento de reflexão passível de validade para além de seu contexto, é a ideia de *nação*, não como conceito, mas como unidade representativa de construção e organização política.

Como foi dito anteriormente, a leitura de Weber no Brasil é marcada pela comparação metodológica com Marx e Durkheim, e alguns trabalhos de interlocução com Lukács (o jovem), Parsons ou Habermas, mas não havia, até então, esse tipo de contextualização mais profunda considerando a contribuição de autores importantes, porém menos conhecidos nos debates teóricos brasileiros como são os casos de Windelband, Schmoller ou Rickert. Dito isso, o primeiro movimento realizado por Cohn é o de afastar-se da interpretação parsoniana da obra de Weber. Para isso ele reconstrói o esquema de pensamento elaborado por Dilthey.

Dilthey revela em sua obra uma percepção muito aguda dos problemas que sua época levanta para o estudo dos fenômenos histórico-sociais. Seu pensamento articula-se em torno de três grandes oposições: entre o *mundo histórico* criado pelo homem e a *natureza* não criada por ele; entre a *explicação* dos fenômenos a partir do seu exterior, no caso da natureza, e a *compreensão* interna das obras humanas, no caso da história; e entre o *estudo de segmentos* isolados e atomizados do real, no caso da natureza, e a *apreensão integradora* de formas de vivência nas ‘ciências do espírito’. Por trás disso transparece cada vez mais fortemente o contraste entre a *vida* como fluxo contínuo e inesgotavelmente rico da experiência humana e a *matéria* inerte, convite à abstração ou à ação meramente instrumental. Claro está que tudo isso implica traçar uma linha divisória nítida entre as ‘ciências da natureza’ e as ‘ciências do espírito’. (COHN, 2003c. P. 22)

Depois disso ele aponta as razões pelas quais é possível acreditar que de fato haja uma aproximação entre Dilthey e Weber. Para ele o ponto de contato entre Weber e Dilthey reside na ideia de integridade do mundo: “(...) trata-se da ideia de que é somente nos indivíduos, que constituem unidades integradas, que nossa experiência pode encontrar fatos ‘espirituais’, ou seja, dotados de sentido. (COHN, 2003c. P. 36).

E aí o terceiro movimento do texto, ele justifica que apesar do indício de aproximação, Dilthey e Weber seguem caminhos contrapostos. Dentre as dicotomias que marcavam o pensamento alemão no contexto da Escola de Baden, o debate entre ciências da natureza e ciências do espírito (ou da cultura) foi projetado à sombra dos debates sobre as formas de superação do positivismo.

Então, enquanto que a ideia de Unidade através dos indivíduos e atribuição de sentido através de uma metodologia compreensiva parecem apontar uma aproximação entre ambos, Cohn indica que passado esse ponto de contato, ocorre justamente o oposto. Para ele, a atribuição estrutural funcionalista que foi feita a respeito da obra de Weber na verdade encontra-se prefigurada em Dilthey. Para ele a “análise dos sistemas” é muito mais forte em Dilthey do que na sociologia da ação de Weber. Cohn indica uma concepção hermenêutica de ciências do espírito, muito mais próxima a Hegel do que aos debates enfrentados pelo neokantismo. A sugestão de aproximação de Dilthey com um certo psicologismo, somado à oposição que traz a ideia de intenção não aparece nas formas de ação racional orientadas em Weber. Cohn afasta a perspectiva parsoniana sobre Weber, e a direciona a Dilthey. Cohn ainda faz uma observação de que dentre as 800 páginas do trabalho de Parsons, Dilthey é mencionado não mais do que três vezes. Esse foi o primeiro movimento realizado por Cohn, a sinalização de que sua perspectiva sobre Weber nada tem a ver com a perspectiva estrutural funcionalista de Parsons. Agora, o segundo movimento realizado por Cohn é a análise da correspondência entre Simmel e Weber. Cohn desenha cinco pontos em que Simmel anteciparia posições fundamentais em Weber.

A postura de partir da análise historiográfica é um indicador dos três tipos de análise que é possível enxergar em Weber, a historiográfica, jurídica e econômica. A tipologia como recurso de abstração que permite tratar de fenômenos de interação entre indivíduos sem a necessidade de recorrer a uma estrutura abrangente também aparece como indicador. O que em Simmel aparece como legalidade intrínseca às diferentes esferas da vida, em Weber se refere às linhas de ação associada à ideia de *valor*. A crítica da objetividade científica também aparece como fator de proximidade. O que Cohn compreende como tensões em Weber aparece em Simmel como “presença simultânea de pontos de vista inconciliáveis”, além do caráter unilateral do conhecimento histórico.

O debate entre o *interior* e o *exterior* que aparecia em Dilthey como atribuição de símbolos subjetivos de intencionalidade (hermenêutica), aparece em Simmel através da unidade do processo vital, isto é, do sujeito como unidade que constitui história de vida. Assim, os indivíduos se tornam portadores de um “caráter intrinsecamente criador”, o que remete em Weber à ideia de *agência*. Entretanto há uma ressalva, porque Simmel separa conteúdos normativos e existência concreta, o que não ocorre em Weber. E aí começam a aparecer as diferenças entre eles:

É em consequência disso que Simmel se desvia de Weber (seria mais correto dizer o contrário, visto que a obra de Simmel é anterior) num ponto metodológico importante. É que, enquanto Weber busca sempre estabelecer as conexões significativas individuais entre *tipos* de ação social definidos pelo seu *sentido*, Simmel persegue modalidades de *correlação entre formas*. Em suma, busca localizar congruências sistemáticas entre formas, tal como o faz na passagem citada anteriormente, em que as formas correlacionadas são as de superordinação despótica e subordinação niveladora. Disso deriva, ainda no caso de Simmel, que nas suas análises os indivíduos comparecem não como agentes típicos nem como meros portadores de papéis, mas se definem mais propriamente como a expressão da *tensão em processo* entre essas duas dimensões. Neles ganha corpo a dialética entre a vida e a forma. (COHN, 2003c. P. 70)

O confronto na interação entre vida e forma aparece como pontos que marcam a diferença de perspectiva sobre totalidade e individualidade em ambos. Cohn aponta uma passagem da ideia de formas para as tipologias como constituição de método. No entanto as formas se alocam em um plano intermediário, enquanto que para Weber elas se tornam a “unidade últimas da existência social”, o *fim*. E a questão por trás deste debate na verdade é revelada na página final do capítulo, quando Cohn assume que para Simmel “as formas de interação como objeto de análise são concebidas como tendo caráter universal, na medida em que estão presentes em conexão com os mais diversos conteúdos”. (COHN, 2003, p. 74.). Mais uma vez Cohn toma como ponto de divergência a proposta de uma leitura weberiana a partir da universalidade como proposição metodológica, porque na verdade é justamente isso que o afasta das ideias de seu contemporâneo, Simmel.

A respeito de Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, ambos da Escola de Baden, e assim como Dilthey e Simmel, também inseridos no debate sobre Ciências da natureza e ciências da história e buscando a superação das ideias positivistas, como neokantianos que eram, direcionaram as problemáticas para a especificidade do conhecimento histórico e, portanto, a crítica do conhecimento, ao invés da crítica do objeto como vinha fazendo Dilthey.

Assim a configuração da associação possível entre duas modalidades de ciência, as ciências da natureza, cujo movimento do método é captar o particular para pensar o geral, buscando leis generalistas de funcionamento. E as ciências da história que, na proposta de direcionamento à sua particularidade, vinha se orientando pela busca de configurações. Sobre isso, diz Cohn:

Não é difícil assinalar a preocupação básica que norteia o seu pensamento e que caracteriza a chamada escola neokantiana de Baden (mais precisamente, da capital dessa província, Heidelberg, onde Weber também trabalhou). Sua intenção manifesta é estender o apriorismo kantiano do domínio do conhecimento da natureza para o da história. Vale dizer, buscava-se estabelecer em moldes rigorosos as condições da possibilidade do conhecimento histórico-cultural. Isso se fazia na luta contra três adversários de peso: o historicismo, o psicologismo e o naturalismo positivista. (COHN, 2003c. P.82)

Em ambos, o ponto de contato com Weber reside na ideia de *valor*. Segundo Cohn, para Rickert a realidade é constituída “como natureza ou como história, conforme os interesses do conhecimento do sujeito, sejam de caráter generalizador ou individualizador” (COHN, 2003c. P.89). Assim o *interesse* como vontade de conhecer como uma ideia de um fim aparece como pressuposto para o historiador. O fundamento deste interesse em Wildeband e também em Rickert, que é a *vigência de valores universais e incondicionais* (COHN, 2003c. P.90). Eis a fonte de uma das principais bases de argumentação metodológica weberiana, encontradas em *A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais*, só que com uma diferença fundamental: a universalidade do valor e as formas historicamente dadas são universos distintos para eles, mas não para Weber.

A crítica do conhecimento para Rickert, segundo a leitura de Cohn, consistia em examinar. “(...) precisamente esse caráter individual e particular que valores universais assumem em configurações concretas e irrepitíveis; daí o seu caráter necessariamente individualizador” (COHN, 2003c. P. 91). A crítica do conhecer da forma como posta por Rickert era uma questão bastante profunda na verdade, porque representa a assunção dos valores próprios como universais, que tendem a limitar ou restringir o conhecer àquilo que é conhecido. Weber chama isso de *dominação*. Transforma o conhecimento em tradução daquilo que existe para sua expressão de linguagem correspondente, e o que inexistente entre um e outro, ou aquilo que não é passível de tradução, passa despercebido tornando o próprio conhecer limitado e equivocadamente simétrico, numa falsa simetria. Torna-se assim o conhecimento um espelho onde enxerga-se no outro aquilo que somente é capaz de enxergar-se em si mesmo.

Princípio de alteridade. Então a seleção é baseada na inscrição de si mesmo. A ideia de valor se torna universalizante porque somente se enxerga no objeto aquilo que se reconhece como intrínseco ao sujeito, sendo ele mesmo um objeto (fenomenologia). Diante da impossibilidade de desnudar-se sobre os próprios valores, e do reconhecimento do limite desse empreendimento investigativo, cabe tornar visível aquilo que é passível de compreensão dentro do que se pretende ver: interesse e seleção, respectivamente. Esse procedimento tende a informar o conhecimento, e se afasta da proposta weberiana de discussão.

Enfim, o grande problema com que Wilndelband e Rickert se defrontam é o da relação entre o particular e o geral, entre o individual e o universal. Sua solução para isso é a mais radical possível: fazem um corte entre ambas essas dimensões, criando duas ordens heterogêneas entre si de conceitos e de domínios do conhecimento correspondentes, e levam seu dualismo até a consequência última, que é a de postular dois universos separados, o do *ser* e o do *dever*, entre os quais não há conciliação possível. (COHN, 2003c. P.97)

Para Weber é possível conciliar *ser* e *dever ser*. Embora essa distinção exista em seus escritos, segundo a leitura de Gabriel Cohn, o ser é um projeto que deve partir das ciências econômicas, como ciências empíricas, que têm como método buscar ser o mais fiel possível aos dados que extraem da realidade. Não cabendo a elas a discussão do papel do *deve ser* que, por sua vez, é atribuído ao político, como sintetizar de projetos passíveis de eleição, ao contrário do cientista. Assim, Cohn apresenta as fontes que contribuíram com os debates que aparecem sobretudo em *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais* (1904), indicando, mais uma vez, os momentos de divergência das proposições entre Weber e os autores em questão.

Em “O sentido da ciência” que é a apresentação do livro *A Objetividade do conhecimento nas ciências sociais* de Weber. Logo no início ele diz: “O conhecimento científico só pode buscar apoio em fatos (os dados da realidade), nunca em valores (as qualidades em nome das quais se avalia a realidade). A consequência imediata é que não se pode exigir desse conhecimento que nos diga o que devemos fazer (COHN, 2006j. P. 8)

A distinção entre *Juízo de fato*, sentença sobre o que é, e *juízo de valor*, sentenças sobre o que deve ser inscreve o conhecimento científico na atenção aos fatos sem subordinar-se à subjetividade do cientista. Com isso ele não está propondo uma neutralidade investigativa que sabemos que é inexistente, mas o direcionamento dos limites do conhecimento científico e sua relação limitada com a realidade. Aí entra o conceito de cultura, como um campo em disputa em que os indivíduos atribuem valor às próprias ações, e a disputa (ou a dominação) reside na

sobrevalorização do valor auto atribuído. Nesse sentido, o que está em jogo são as ideias de valor, e não o valor em si.

Isso tudo significa que a ciência como conhecimento do que é, (e não do que deveria ser) não é conhecimento de qualquer coisa, mas daquilo que os homens de certa sociedade, em certa época, reputam importante, que valha a pena ser conhecido. E para selecionar o que importa, o que tem significação para o conhecimento, só há um critério: o da referência daquilo que se busca saber as ideias de valor que o próprio pesquisador, como membro da sociedade, sustenta. (COHN, 2006j, p.11)

Então, sendo o valor uma determinante para o *interesse* do cientista, torna-se a ação em curso o método de compreensão. E aí entra uma coisa que representa uma mudança de perspectiva de Cohn sobre Weber, que é o direcionamento sobre como pensar a história das ideias. A ciência é um registro daquilo que em determinada época e determinado contexto valia a pena conhecer, fazia sentido, e é exatamente esse movimento que ele realiza com Weber. E mais, a crítica da universalidade não se assemelha àquela crítica superficial de que se propõe o método weberiano como modelo para pensar o mundo, mas que trata do valor como um espelho com o limite daquilo que se consegue e pode, como cientista, enxergar. “O erro mais fatal da perspectiva weberiana: o de apresentar como conhecimento científico, como valor universal, aquilo que não passa de reiteração em outros termos dos interesses práticos particulares aos quais ele adere”. (COHN, 2009, P.12). E eis o problema da defesa da universalidade, fica evidente a correspondência entre conhecimento científico e valor universal em Weber. Aí sim cabe a crítica ao pretensão universalismo das interpretações da obra de Weber, do qual Cohn não consegue salva-lo, a ideia de que ciência é um valor universal. O conhecer até pode ser dado como universal, mas toda a história da antropologia nos mostra exatamente o oposto disso. Mesmo colocando a ideia de valor como vigência, ela não se estende universalmente.

O quinto texto que compõe a primeira parte do livro apresenta *A controvérsia metodológica*. Cohn aponta a contribuição de Menger para a construção das tipologias weberianas. Diz ele que a paternidade do conceito de *tipo ideal* é atribuída a Georg Jellineck, autor de *Teoria Geral do Estado*, e não a Weber. Na verdade, Weber foi quem desenvolveu de fato as observações que Menger fez a respeito de que “a decisão metodológica de tomar as ações e interesses individuais como unidades de análise implica *necessariamente* tratar os fenômenos mediante a construção de *tipos*” (COHN, 2003c. P.105).

Seguindo o debate sobre o objeto da ciência econômica, Cohn aponta as referências e fontes de inspiração teórica de Weber, para além do desenho do mapa do contexto dos debates

na Alemanha. As disputas metodológicas da Escola de Baden, sobretudo a distinção entre trabalho teórico *versus* trabalho empírico, teriam ocasionado a saída de Weber e, por conseguinte, teria ele contribuído com o projeto da Fundação da Sociedade Alemã de Sociologia (1909).

Até o momento Cohn concentrou-se em contextualizar os debates do pensamento alemão em torno da crítica do conhecer no ofício de historiador, suas reflexões no campo da economia. Depois disso, com a efetividade da preocupação em construir a ciência histórico-social como projeto, se intensificam o afastamento do historicismo (e não da história ou da historiografia, e de outras disciplinas, como o “psicologismo ou o economicismo.) Assim diz ele que a controvérsia metodológica no campo da economia (...) “tratava-se, em suma, de saber se a Economia deve ser concebida como ciência histórico-individualizadora e dotada de conteúdo normativo ou como ciência valorativamente neutra e voltada para a busca de determinadas regularidades gerais de ação humana” (COHN, 2003c. P.100). A discussão sobre o papel da ciência econômica foi central na “Associação para política social” (1872-1932), ou seja, do apogeu do Estado prussiano até vésperas de ascensão de Hitler, quando foi dissolvida. O rompimento de Weber com a Associação partiu das críticas que recebeu (juntamente com Sombart) a respeito da defesa de estudos de *teoria* econômica e social como prioridade investigativa que deveria orientar os cientistas da instituição. Assim termina a primeira parte do livro, que acaba demonstrando de que forma Gabriel Cohn explicita o contexto dos debates do pensamento social alemão, e demonstra como algumas especificidades da obra de Weber não partiram exclusivamente dele, mas fazia parte das discussões coletivas, e fica como sugestão que a relevância de ler Weber não é só pela autoria do trabalho que desenvolveu, mas como fruto do seu contexto.

Na segunda parte de *Crítica e Resignação*, Cohn se dedica a reconstruir as formulações metodológicas weberianas produzidas entre 1903 e 1905. Sua proposta é explicitar a contribuição weberiana à teoria social. O texto possui alguns movimentos que não é de grande valia aqui simplesmente reproduzi-los, como a relação Marx-Weber e seus intérpretes, onde Cohn rapidamente se posiciona frente ao velho debate sobre a crítica socialista de Weber, ou a suposta crítica weberiana ao materialismo histórico, embora isso apareça em alguma medida na introdução de sua coletânea escrita em 1979, ou seja, agora em 2003 essa revisão é também uma pontuação sobre a necessidade de afastar a crítica sociológica de argumentos maniqueístas.

Cohn também procura afastar Weber do que ele chama de “psicologismo”, demonstrando que as linhas de ação, que pautam o seu debate metodológico sobre racionalidade, nada tem a ver com a possibilidade de prever ou não comportamentos dos indivíduos, mas atribuir significado a ação, sendo ela a centralidade do método. A partir disso Cohn praticamente sintetiza toda a construção tipológica de Weber, desde as categorias da ação que implicam em atribuição de sentido sobre a *situação* em que a ação se dá. Atribui o sentido prático da formulação weberiana, que é estabelecer a conexão entre os meios disponíveis para os agentes e os fins por ele perseguidos em determinado contexto, observando através da análise das linhas de ação sua eficácia racional; assim, o objeto da análise weberiana é de fato o sentido da ação, e não os indivíduos, ou agentes. Ao longo da reconstrução do argumento de Weber, mais precisamente sobre o sentido dos termos que aparecem em seus textos, como *compreensão, vivência, experiência, sentido, significado*, (e essa explicação é fundamental para entendê-lo porque são na verdade conceitos que compõem o sistema metodológico weberiano), Cohn faz uso de um repertório bastante próximo a qualquer modelo científico de ciências naturais. Explico: *controle de resultados, evidências, recursos metodológicos, validade científica, instrumentos de análise, resultados possíveis*, são expressões intimamente ligadas ao tradicional projeto científico do qual serve de base para qualquer submissão de projeto, mas do qual as ciências humanas veem buscando se afastar de certa maneira. Não se trata apenas de utilizar o repertório do objeto para traduzir a relevância dos conceitos para a construção do argumento, Cohn definitivamente adota essas terminologias em seu trabalho, indicando como possível interpretação a tentativa de demonstrar a validade do trabalho científico de ciências sociais através do encaixe de nossa metodologia em um repertório técnico considerado universalizado, ou tradicionalmente conhecido, que na verdade é fruto do debate da passagem da diferenciação entre ciências exatas e ciências humanas, e da recusa absoluta do positivismo. Como resultado, Cohn caminha para a ideia de traduzir o método weberiano em termos técnicos para que ele possa servir como contribuição para além de seu espaço de produção. É uma contribuição de fôlego sobre a obra de Max Weber, tem uma autoria própria no sentido de que está para além do papel de um simples comentador, é inovadora pois lança novos olhos para a obra do autor. O sentido está justamente no fato de que é relevante que haja sido realizada no Brasil e não em algum país germanófilo.

Em *Cultura e sentido*, as tensões que aparecem na sociologia weberiana, marcadas pelas orientações de ação dos indivíduos que estão fundamentadas na experiência de mundo de

cada um, em cada repertório particular, assim o ambiente compartilhado se torna palco de tensões e disputas e, portanto, as relações são caracterizadas por um par conceitual bastante conhecido, dominação e legitimação.

Pode se avançar mais um passo e sugerir que ela também permite ‘medir’ o grau de *racionalização* das ações. A ação perfeitamente racional é plenamente previsível (e ‘desencantada’, diria Weber). Ela oferece probabilidade máxima de previsão correta de sua ocorrência. Quanto aos outros tipos de ação social construídos por Weber, eles têm, conforme esse raciocínio, probabilidades decrescentes de previsão correta de sua ocorrência, até chegar no caso-limite da ação de tipo ‘afetivo’, que quase já não é social. (COHN, 2003c. P. 137)

O limite da ação passível de ser interpretada como racionalizável é a ação afetiva, cuja análise mais profunda recairia no psicologismo que Cohn pretende afastar de Weber. E ao mesmo tempo já não é possível hoje dizer que a ação afetiva não é social. Os modelos afetivos também são frutos de uma combinação orgiástica entre o individual e construção social, como tem demonstrado os estudos sobre violência e gênero, por exemplo. Meu interesse aqui não é simplesmente apontar estudos recentes que servem como contraponto ao trabalho desenvolvido por Weber, mas demonstrar as implicações teóricas de determinados posicionamentos nos debates mais recentes do campo da teoria.

A ação racional, a mais previsível, é também o caso privilegiado da ação compreensível: basta que o observador conheça o fim visado, os meios disponíveis e que leve em consideração que existe uma e apenas uma forma de maximização dos resultados, nas condições dadas. Vale dizer, basta que ele conheça a situação e sua lógica própria para compreender a ação, sem precisar preocupar-se com a ‘personalidade’ singular do agente, nem com quaisquer processos psíquicos internos a ele, salvo como *fontes de desvio* do tipo, o que os converteria em novos objetos para a formulação de hipóteses e análise (COHN, 2003c. P. 138)

A fórmula indicada por Cohn parece, a princípio, desprover os sujeitos de corpo, de personalidade, mas na verdade ele vem buscando integrar ação e sentido dentro da obra de Weber. Na verdade, se a ação só pode ser metodologicamente analisada quando em seu transcurso e se o agente é o portador de sentido, então ele mesmo constitui o limite da realização do sentido. Ou seja, o sentido é realizado no decorrer da ação individual. Cohn busca explicitar como Weber constrói a relação entre individualidade histórica e universalidade. Para isso ilustra o processo através de uma citação de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959),

que é um livro que ele basicamente não trata em seus textos sobre Florestan Fernandes. Assim, citou ele:

Embora os conceitos possam ser aplicados universalmente, por seu caráter geral e unívoco, e apesar da sociologia ser uma ciência generalizadora (...), na explicação de situações concretas o sociólogo precisa respeitar os limites da abstração impostos pelo universo empírico considerado (Fernandes, 1959:100) apud (COHN, 2003c. P.143).

Eis que damos mais um passo na leitura cohniana de Weber: o conceito de tipo ideal não deve ser utilizado somente como guia inicial para formulação empírica, mas como um guia metodológico para construção do problema sociológico, a construção da orientação da investigação. Uma vez conhecidas as limitações do próprio uso do tipo ideal, passada a construção da hipótese inicial concernente à construção do problema sociológico, é necessário superá-lo. Os limites do método weberiano correspondem aos limites da validade dos conceitos que informam a pesquisa. Então as condições de aplicabilidade do tipo ideal como método não são passíveis em qualquer situação. O limite da aplicabilidade “é dado pelo caráter intrinsecamente históricos desses problemas que define mais profundamente os limites da validade dos tipos, tomados já agora na sua acepção mais plena, em que eles não aparecem simplesmente como ‘conceitos genéricos’ mas como conceitos *genéticos*” (COHN, 2003c. P.145). A gênese do tipo ideal para formular problema é limitada ao encontro inicial com a realidade empírica observada e o abandono posterior da tipologia deve dar espaço para o mergulho nas categorias êmicas disponíveis para análise. E os problemas e seus pressupostos é que definem o campo histórico e social da validade dos conceitos, e não o inverso. Isso quer dizer que o pesquisador é quem define a vigência do conceito de acordo com a formulação ou problematização como posta de antemão. “(...) em Weber a questão universal de método relativa à generalização dos resultados da pesquisa – portanto, da sua validade *empírica* – está inextricavelmente ligada à questão particular da validade *significativa* dos pressupostos da própria pesquisa” (COHN, 2003c. P. 146).

O que está sendo discutido aqui é a ideia de realidade em Weber. As múltiplas possibilidades da realidade e as múltiplas possibilidades de interpretação das linhas de ação estando elas não sujeitas à realidade de fato, mas à própria formulação do pesquisador induzem à recusa da subordinação dos conceitos à experiência empírica, “portanto, nem imersão dos conceitos nos fatos nem absolutização dos próprios conceitos” (COHN, 2003c. P. 147). Estamos claramente diante dos debates apontados em toda a primeira parte do livro, a crítica

do conhecimento e a tentativa de superar os ideais positivistas que se projetavam na própria sociologia. Para que as proposições acima se efetivem a respeito da construção metodológica weberiana, a busca do conhecimento não reside na tensão entre teoria e empiria, mas do ponto de vista do interesse do pesquisador são marcadas pela atribuição de valor, e residem na tensão entre as linhas da própria interpretação. A ideia de valor, e não o valor em si mesmo, torna-se objeto da ciência, sendo ela uma reverberação mais profunda do que Weber chama de cultura. Assim, segundo Cohn, Weber busca a vigência empírica dos valores para compreender seu funcionamento prático. E mais uma vez, em um recurso de meta análise, Cohn indica os valores weberianos que conduzem os interesses de suas formulações como *autonomia do indivíduo, razão, liberdade, verdade e responsabilidade*.

(...) é que Weber não está empenhado em *desmascarar* radicalmente os valores e suas manifestações históricas, não está procurando uma resposta genérica sobre o que valem afinal os valores, mas parte da *vigência* empírica e particular deles, para preocupar-se entre eles que possam ser aceitas como válidas por todos os que aceitam a verdade como valor legítimo, e a ciência como um modo de atingi-la. (COHN, 2003c. P. 163)

A ideia de que a história é múltipla, originada a partir de infinitas experiências dos indivíduos, e ao mesmo tempo a verdade sendo única, a discussão sobre o valor da verdade acaba aproximando Weber ao positivismo. Para Weber a ciência é um meio de atingir a verdade, logo a ciência tem como pressuposto a ideia de realidade. Quando separada da análise da dimensão psicológica dos sujeitos resta a causalidade humana como condição para compreender o funcionamento das linhas de ação. Assim, a casualidade ocorre quando se estabelece as afinidades eletivas entre as ordens diversas de sentidos da ação, porque as comparações só podem ocorrer entre os modelos, isto é, no plano metodológico, e não no confronto direto com a realidade (porque evidentemente Weber está realizando a crítica do conhecimento e não a crítica do objeto). A casualidade, por sua vez, atua como elemento que delimita a seleção de processos históricos referidos para a análise. A respeito disso Cohn diz: “É que a exigência da análise causal *prende* o pesquisador às regras universalmente aceitas do método científico, e assegura o caráter também universal (o que, neste contexto, significa: válido como conhecimento para todos os interessados) das suas conclusões”. (COHN, 2003c. P. 166)

Para Cohn, Weber se prende na causalidade porque não há garantia de universalidade para os fins, ao menos que ela exista para a ciência enquanto meio, o que torna

a ciência universal em seu pensamento. Eis que a crítica frequentemente imputada a Weber a respeito da universalidade de sua obra se torna válida à medida em que torna o conhecimento científico uma medida padronizada do conhecer, pautada em uma episteme comum, as “regras universalmente aceitas”. Por isso mesmo Cohn abre o parêntesis para dizer que a ideia de universalidade no texto citado refere-se ao método cientificamente validado por aqueles que o reconhecem como tal através do interesse.

Como vimos, no entanto, Weber é suficientemente tributário de uma concepção positivista sobre a unidade do método científico para insistir, no ensaio sobre a objetividade, em que a ciência é constituída não pela articulação entre ‘coisas’, mas pela articulação objetiva entre ‘problemas’. (COHN, 2003c .P.199)

Cohn faz a crítica sobre a limitação do arcabouço conceitual weberiano, mas não o invalida, ao contrário, explicita as condições de sua possível aplicabilidade, que tem como premissa a contexto histórico em que se possa reconhecer a validade dos tipos para reconstruí-los, e não empresta-los da formulação weberiana diretamente.

De modo geral, portanto, fazer sociologia ‘weberiana’ não se reduz a fazer sociologia de Weber. Não consiste simplesmente em usar *seus* tipos e alguma versão do seu método (salvo, no primeiro caso, se o pesquisador assumir explicitamente posição idêntica à de Weber em face da realidade estudada e demonstrar que isso é empiricamente válido). O requisito básico, no caso, é ter condições e disposição para construir os tipos adequados às situações cujo conhecimento se procura e incorporar, na sua aplicação, as propostas metodológicas fundamentais de Weber. Surge por vezes na literatura crítica a Weber no sentido de que seu tipo ideal de dominação burocrática é por demais calcado nas condições dos serviços públicos prussianos de sua época e que isso diminui ou mesmo elimina sua utilidade para o estudo de condições diferentes. Mas, supondo que seja o caso, isso não é uma crítica a Weber e sim àqueles que imaginam ser possível, ou até necessário, toma-lo ao pé da letra. (COHN, 2003c. P. 203)

Não se pode tomar o método weberiano como lentes para ver um mundo que não cabe em seu campo de visão e compreensão. A crítica sobre a incorporação da obra weberiana não deve incidir exclusivamente sobre os escritos do próprio Weber, mas revela uma disputa sociológica pela interpretação da obra do autor. No caso da recepção de Weber no Brasil isso é muito significativo. O movimento realizado por Cohn é o de trazer Weber para o Brasil, e depois disso situar Weber na história do pensamento alemão, nos movimentos entre neokantistas da

Escola de Baden, na busca pela formulação crítica ao positivismo e ao naturalismo, e as decorrências desta busca. Cohn apresenta o caminho seguido por Weber e seus interlocutores. Cohn busca abrir espaços para discussão teórica, cuja temporalidade e o alcance aparecem na contramão das urgências de nosso cotidiano. Mas importa dizer que quando Cohn *recepiona* Weber, subverte o trânsito de autoinserção no contexto de produção europeu, e traz os autores para cá, conferindo, entre caminhos e limites, um sentido *teórico e crítico* que possibilita que estas obras contribuam para pensar teoria social entre nós sem a necessidade de referir-se diretamente à especificidade brasileira como estudo de caso. Isso porque a sociologia operada com a divisão entre pesquisa teórica e pesquisa empírica, atribui à segunda uma validade restrita a um contexto específico, distinguindo o local e o global. Cohn está dizendo: Weber é um teórico considerado “local” por sua inserção, pela relevância de seu contexto em seus escritos, mas “global”, no sentido que a forma de seu trabalho pode contribuir com reflexões teóricas em diversos contextos, quando apropriada criticamente. Nesse sentido, a expressão “universal” é melhor substituída por “global”, assim é possível compreender o autor de uma perspectiva global sem atribuir-lhe a condição negativa associada ao termo “universal” que carrega consigo o símbolo da sobreposição teórica europeia. E ao mesmo tempo a ideia de global não significa que as buscas pelas interpretações de Weber devam caminhar em âmbito de disputa global, mas que cada recepção ocorre de acordo com os caminhos dos debates do pensamento social em cada país e partilhadas em um espaço global sociológico.

## Capítulo 4

### Adorno: reflexividade e sociabilidade

Adorno sempre entendeu sua relação com seu momento histórico como teórica, dedicada a uma reflexão crítica com base na dialética materialista. É assim que concebe a ‘teoria crítica da sociedade’, na qual ele, o grande adversário do gesto dominador da classificação, foi incluído. Numa sociedade que segrega ideologia por todos os poros e só assim se mantém, a teoria social necessariamente é também crítica substantiva da ideologia. Por isso mesmo os textos metodológicos de Adorno são trabalhos de ocasião, de importância secundária em sua obra, pois não se trata de conceber a teoria como ascese do conhecimento conceitualmente depurado (pelo contrário, é a dimensão lúdica do conhecimento como momento da liberdade que é lembrada), mas como a interrogação íntima da sociedade, para cobrar dela a sua verdade imanente. (COHN, 1986a. P. 25)

Originalmente este capítulo seria dedicado a refletir sobre a leitura que Gabriel Cohn realizou de Adorno e Habermas, numa tentativa de compreender suas reflexões sobre estes dois autores e de certo modo também sua conexão com a *Teoria Crítica*. Como sua produção sobre Adorno parece ser mais expressiva, alterei o recorte e foquei exclusivamente na análise de seus textos sobre este autor. Sua relação com a teoria crítica, no entanto, não foi completamente deixada de lado, será abordada paralelamente.

Sua trajetória de investigação sobre a obra de Adorno começa com seus estudos sobre comunicação na década de 1970; como referência teórica em *Sociologia da comunicação. Teoria e ideologia* (1973) e através da publicação de dois textos de Adorno em *Comunicação e Indústria cultural* (1977), cujo foco de discussão é principalmente o tema da Indústria Cultural. Depois disso, já em 1986, foi publicado o livro *Theodor W. Adorno*, uma coletânea de textos de Adorno traduzidos por Flávio Kothe, Aldo Onesti e Amélia Cohn, e organizada por Gabriel Cohn, que também escreveu a introdução de título: “Adorno e a teoria crítica da sociedade”. Depois disso, em 1990, publicou na revista *Lua Nova* o artigo “Difícil reconciliação. Adorno e a Dialética da Cultura”, e em 1998 “Esclarecimento e ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje”, também na revista *Lua Nova*. No mesmo ano, foi publicado o artigo: “A atualidade do conceito de Indústria Cultural”. Em 2006 Cohn publicou o artigo “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios” onde mobiliza a ideia de *civilidade*, que aparece inscrita nos aforismos de *Minima moralia*. Este foi um dos

primeiros textos em que utiliza Adorno para pensar política contemporânea, e também indica uma mudança de foco que passa da *Dialética do Esclarecimento* (2006) para *Minima Moralia* (2008). Dois anos depois, em 2008, Cohn escreve a apresentação do livro *Introdução a sociologia*, (traduzido por Wolfgang Leo Maar. E no mesmo ano é publicada sua tradução de *Minina moralia* com alterações substanciais em relação à tradução feita por Luiz Eduardo Bicca. Há ainda outros textos onde Adorno é mencionado, mas os textos citados acima compõem a base da análise realizada.

Do ponto de vista metodológico é preciso mencionar que a construção deste texto e do anterior, sobre Weber, advêm de uma análise dos textos publicados por Cohn (evidentemente com o apoio das fontes), e essa análise foi realizada propositalmente na ordem cronológica das publicações. A ideia é seguir as pistas deixadas por Cohn para entender uma possível linearidade em seus trabalhos nos respectivos temas, e também suas contradições ou abandono de ideias consequentes de revisões posteriores. No entanto optei por realizar a apresentação deste capítulo de trás para frente, começando pela ideia de *civilidade* apresentada no artigo “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios (COHN, 2006b).

Em entrevista concedida a Leonardo Avritzer e a Juarez Guimarães (AVRITZER, 2010), Cohn narra o seguinte episódio que marcou sua infância:

Quando eu era garotinho, 7 ou 8 anos, estava em uma escola rural mista, uma instituição fantástica na época, mista porque várias turmas ficavam ali juntas na sala e uma professora tomando conta. Em um determinado momento, no intervalo do dia, a professora disse: “Hoje ninguém vai para o recreio, fizeram alguma coisa e ninguém vai para o recreio”. Na saída eu, com um terrível incômodo, venci a timidez, até porque ela era muito doce e perguntei: “Porque ninguém saiu para o recreio?” “Não saíram porque alguém fez alguma coisa”, e eu perguntei novamente: “Mas, por que todo mundo, então, ficou preso na sala?” E ela, com infinita doçura, me respondeu: “É porque os inocentes pagam pelos pecadores”. Aquilo foi uma iluminação, se é que o termo pode ser usado com algo assim sombrio, e não me abandonou mais. E é isso que acabou me levando remotamente para as Ciências Sociais. (AVRITZER, 2013. P.75)

Esse episódio da infância foi espontaneamente lembrado por Cohn em uma das conversas que tivemos sobre esta pesquisa. O que está por trás deste incômodo, que segundo ele permanece até hoje como uma questão que o move, é a ideia de *punição*. Para Cohn a ideia de punição na sociedade brasileira está diretamente ligada ao debate sobre as formas de sociabilidade e experiência social. No artigo “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política

frente aos novos desafios” Cohn desenvolve uma reflexão sobre o estado das relações sociais e políticas entre indivíduos e esfera pública, cujo caráter punitivista se expressa na transferência de custos, penas individuais para o conjunto da sociedade, ou seja, a *responsabilidade* individual é transferida para o coletivo.

A esfera pública, que poderia ser a referência política para se reformular esse grande tema, aparece na ação espontânea do cidadão comum como um espaço vazio, uma espécie de área de despejo, para onde se transfere uma punição, um custo, ou uma desvantagem que de algum modo pudesse recair sobre esses ou aqueles cidadãos. A esfera pública não aparece como o campo denso no interior do qual se exerce a civilidade, as formas e as maneiras sociais e historicamente polidas de relacionamento respeitoso com o outro, mas aparece como uma área vazia, disponível para se fazer o que, na linguagem utilizada em outro contexto por Celso Furtado, seria a “socialização das perdas”. Os custos são remetidos de maneira indiferenciada para essa área comum. O que eu sugiro é que isso remete a um ponto fundamental para se falar de civilidade e da cultura política, em qualquer sentido mais forte do termo, de uma sociedade como a brasileira. (COHN, 2006b. P. 24).

A noção de *civilidade* discutida por Cohn tem como referência as discussões teóricas que realiza sobre a obra de Adorno, sobretudo a respeito dos aforismos contidos em *Minima Moralia*. Cohn expressa da seguinte maneira: “Na realidade a civilidade, na perspectiva de Adorno, envolve uma dialética complexa entre o juízo consciente de cada qual sobre até onde se pode chegar, entre essa renúncia consciente a certos atos que possam agredir o outro, ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma individualidade autônoma não circunscrita externamente por um quadro fechado de convenções” (COHN, 2006b. P. 18). Esta é a expressão prática e bem acabada da síntese da leitura que Cohn realiza de Adorno: a busca pela compreensão dos elementos do anti-semitismo universalizada, traduzida para a busca pela compreensão da composição do fascismo na vida cotidiana.

Na introdução do livro *Theodor W. Adorno* (COHN, 1986a), Cohn apresenta o conjunto dos textos selecionados que compõem o volume e sintetiza suas principais considerações relacionando-os com os paradigmas fundantes da chamada Teoria Crítica da Sociedade.

Cohn inicia o texto explicando que o programa central da Teoria Crítica da Sociedade era desenvolver uma crítica racional da razão burguesa cuja análise se concentra diretamente “na esfera dos dispositivos políticos de dominação” (COHN, 1986a. P. 10). Cohn relembra também da importância de sinalizar a universalização da lógica capitalista e a extensão de poder conquistado pela ideologia nesse processo. Com a ascensão do nazismo o debate sobre

as formas de reprodução de uma ideologia fascista se estende sobre as discussões de Adorno, como é possível perceber através dos estudos sobre a formação da Personalidade Autoritária e Educação Pós-Auschwitz.

Adorno desenvolve, ao longo de sua obra, uma concepção de ideologia que retoma temas básicos do marxismo. Para ele a ideologia não se reduz a um sistema de ideias ou representações culturais, não é uma característica de tal ou qual modalidade de consciência social, mas é um processo responsável pela própria formação da consciência social. (COHN, 1986a. P. 11)

Em *Minina Moralia*, a ideologia aparece logo no início na discussão sobre a tradução que Cohn realiza do subtítulo: “Reflexões a partir da vida lesada”. Segundo a leitura que Cohn realiza de Adorno, a felicidade dos indivíduos se estabelece através da possibilidade de liberdade, isto significa dizer de uma consciência capaz de cumprir o processo de reflexão que permite que a vida possa ser vivida verdadeiramente, plenamente. A falsa consciência produzida pela ideologia, é falsa justamente porque a experiência social dos sujeitos se torna incapaz de compreender os processos que medeiam a realidade, bloqueiam a reflexão, fazendo com que os sujeitos vivam a vida falsa, fundada na ausência de capacidade de reflexividade sobre si e os demais. “A universalização do primado do valor de troca sobre o valor de uso, da equivalência sobre a diferença qualitativa, imprime à sociedade como um todo a lógica da ideologia. A sociedade passa a ser ela própria ideologia. Por isso, uma teoria crítica da sociedade necessariamente é crítica imanente da ideologia” (COHN, 1986a. P.13)

Um dos pontos relevantes da análise realizada por Cohn é a forma falsa da igualdade e seus efeitos sobre a individualização e a diferença. A ideologia fascista que promove um falso discurso de igualdade é incapaz de estabelecer alteridade, de modo a diferenças são apagadas através da aniquilação do outro. Isso se expressa principalmente através da análise dos elementos que compõem o antissemitismo. E mesmo depois do fim da guerra, a indústria cultural se encarrega de permanecer com o projeto de padronização da vida através de outra falsa promessa que não se cumpre, a de indústria e a de cultura.

Na versão da TCS, sobretudo devido à contribuição de Horkheimer, mas com a adesão de Adorno, a elaboração da ideia de que a reprodução da sociedade burguesa se faz por processos que necessariamente passam pela consciência dos homens é levada um passo adiante, para chegar-se à formulação de que, na realidade, ela passa pela configuração socialmente determinada dos próprios homens que, no final, a reproduzem. Vale dizer, a questão de *como* se sustenta e se reproduz o sistema recebe uma resposta – a ideologia – e passa-se a outra questão, sobre *quem* a sustenta. (COHN, 1986a. P. 14)

O fundamento do estudo que resultou em *Personalidade Autoritária* remete às teses sobre o antissemitismo. A tese básica é de que a razão burguesa (a razão envolvida na produção e reprodução da sociedade burguesa), ao combater de modo irrefletido o mito, acaba convertendo-se ela própria em mito sem, no entanto, deixar de apresentar-se como razão. (COHN, 1986a. P. 15). Uma vez que o antissemitismo se nutre de mitos, a cumplicidade entre razão e mito revela o ciclo produzido pela ideologia na sociedade burguesa. A busca por estudos que apontem uma abertura para o rompimento deste ciclo revela, de um lado uma dinâmica familiar que incita a reprodução de discursos pré-concebidos, e de outro a possibilidade de emancipação através das artes, que acabam por revelar o instrumental poderoso produzido no seio do desenvolvimento dos meios de comunicação: a Indústria Cultural.

A busca pelo real, pelo que é verdadeiro, se converte na busca pela marca da sociedade nas obras de arte, assim é revelado o potencial produzido pela ideia de mediação: “No âmbito cultural, esse conceito permite distinguir o resultado do trabalho efetivamente produtivo sobre material simbólico – o produto estético, a obra de arte – da ideologia, cuja expressão mais acabada são os produtos da indústria cultural. (COHN, 1986a. P. 20) A mediação permitiria, então, distinguir arte da ideologia, e abrir caminhos potencialmente emancipatórios.

Voltamos então à ideia de *punição* colocada no início deste capítulo. A realização da vida justa, a vida plena de significado só é possível a partir da realização da consciência não-reificada. O caráter reflexivo é que permite aos sujeitos construir formas de sociabilidade pautadas na responsabilidade com os outros, na ideia de respeito dos limites da individualização. O que se opõe drasticamente à noção de igualdade imposta pela totalidade. A reconciliação traduzida como efetivação das diferenças é projetada por Cohn no cenário político brasileiro através da noção de civilidade. Para ele a construção da sociabilidade, quando pensada de uma perspectiva dos direitos, é pautada por um caráter punitivo, que atua como mediador das relações sociais mínimas. A responsabilidade cívica coletiva, não apenas dos indivíduos, mas daquilo que se entende como público, o espaço coletivo, não passa pela assunção da responsabilidade coletiva. A ausência de reflexão qualitativa sobre as razões que ordenam esse tipo de relação com o outro expõem (1) a atualidade da forma da crítica adorniana e (2) os limites da noção de individualização, que em Adorno era pensado como um contraposto produzido pela igualdade advinda do discurso da totalidade forçada – a intolerância com o outro

presente no discurso antissemita. No nosso caso, o extremo da individualização deixa o espaço da cidadania como um vazio que reflete a indiferença estrutural. A discussão sobre a necessidade de considerar as multiplicidades individuais no espaço público remete à discussão sobre formação da opinião pública apresentada no primeiro capítulo como uma das conclusões do livro *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. De certa maneira, boa parte das discussões que aparecem a respeito de Adorno podem ser encontradas nele, só que agora sua relação com a teoria crítica aparece consolidada do ponto de vista da construção teórica.

Apresento um comentário a respeito dos seus trabalhos sobre comunicação: é que os caminhos seguidos pela argumentação em *Sociologia da Comunicação* são similares aos debates presentes nas obras de Adorno. Cohn inicia o livro apontando a crítica teórica do processo de estudo da comunicação e indica que realizará uma análise que deverá contribuir com o debate sobre as implicações de pensar a comunicação de modo geral. Seguido disso, o tema da ideologia, que em sua leitura de Adorno parece ser fundamental, é central no livro em questão, entretanto os caminhos argumentativos se afastam. Cohn não insere Adorno dentro de uma temática da comunicação. Para ele a atualidade do trabalho de Adorno reside exclusivamente na proposta de atualizar a crítica da Indústria Cultural, sobretudo aquela pautada na recepção (consumo) se encontra na forma da crítica como recusa do estado atual das coisas: assim, a crítica da *reflexividade* se torna o elemento crítico da obra de Adorno que servirá como fundamento para pensar outro conceito, a *sociabilidade*. Então é possível dizer que esses dois conceitos formam a base da dinâmica de toda a análise que Cohn realiza da obra de Adorno.

Optei por não estabelecer a relação entre Adorno, ideologia e a crítica da comunicação no capítulo que diz respeito ao tema da comunicação porque procurei me afastar da ideia de simplesmente apontar as fontes do pensamento de Cohn, e sim tentar compreender como ele constroi um caminho próprio. Logicamente as fontes importam e devem ser apontadas, mas não se trata disso: trata-se de pensar primeiro a construção do argumento para depois pensar nas fontes como influência nessa construção. Até porque no livro em questão Adorno consta como referência, mas pouco aparece citado efetivamente.

As análises que Cohn realizou da obra de Adorno remontam a uma narrativa que perpassa os escritos do autor, na qual ele vai sintetizando os argumentos principais obra a obra

e construindo uma conexão que atua como pano de fundo dado pelo antissemitismo principalmente.

Na introdução à coletânea organizada por ele e publicada em 1986, Cohn indica os principais temas que compõem os escritos de Adorno e o conectam à primeira geração da chamada “teoria crítica”. Para ele, *felicidade e liberdade* são preocupações centrais em Adorno, e isso advém primeiramente da preocupação adorniana de como viver uma vida verdadeira em um mundo falso. Apesar da indicação, verdadeira e falso aqui não dizem respeito a uma simples contradição dos termos, é uma discussão que envolve a tradução do subtítulo de *Minima Moralia*, do alemão, *beschädigten Leben* – traduzida por Bicca como “sobre a vida danificada”, e por Cohn como “a partir da vida lesada”. Essa discussão tem a ver com a perspectiva de Adorno sobre a forma da crítica do estado do mundo. A solução para o problema da tradução do termo *richtiges Leben*, traduzida por Bicca como *vida reta, wahr*, traduzido por como verdadeiro, *vida boa (vida verdadeira)* e (*falsch*), falsa consciência produzida pela ideologia fascista remete à vida que não pode ser realizada, que é a razão de ser da teoria crítica de Adorno. “A proposta básica desse grupo era formular uma ‘teoria crítica da sociedade’ que desse conta das questões suscitadas pelo advento do fascismo no campo capitalista e do stalinismo no campo socialista” (COHN, 1986a, p.09).

Dentre os movimentos apontados por Cohn, o primeiro deles é entender como Adorno seguiu para o campo da cultura ao invés de permanecer na crítica da economia política. É que para Adorno, no estado do capitalismo vigente, a política exerce primazia na economia, e faz sentido que seja dessa forma ao observar o contexto da ascensão do nazismo na Alemanha, onde, como aponta Cohn, o domínio *ideológico* exerce controle político sobre a produção. Portanto, uma reflexão crítica da sociedade que dê conta deste estado de situação, deve passar por um estudo da ideologia. (Cf COHN, 1986a, p.11). A noção de ideologia que Cohn descreve a respeito de Adorno é muito similar àquela descrita no primeiro capítulo de *O Capital* de Marx. Como produto da falsa consciência, a ideologia bloqueia a reflexão sobre os modos como os produtos foram conduzidos, e bloqueia, inclusive, a noção de que a própria consciência é um produto. “Toda ideologia tem seu momento de verdade, insiste Adorno – só é acessível a uma crítica imanente, que a apanha por dentro”. (COHN, 1986a, P.12). Eis que o conceito de crítica imanente é utilizado para refletir sobre a falsa experiência e o funcionamento ideológico deste processo. Mas quando Cohn fala em crítica imanente, ele utiliza também a ideia de imperativo

metodológico em Adorno, remetendo ao imperativo categórico de Kant para explicar a crítica imanente como uma dissidência da crítica do conhecimento.

E a ideia de verdade passa a ser a verdade da sociedade burguesa produzida no capitalismo industrial, que exerce dominação e exploração sob a forma *falsa* da identidade, eis, portanto, a vida não-verdadeira. “No capitalismo de Estado totalitário (fascismo) a aparência ideológica da igualdade assume a forma diretamente política da identificação com ‘a comunidade do povo’ apregoada pelos nazistas” (COHN, 1986a, P. 13). A questão que se coloca para isso é, na verdade, como se sustenta ideologicamente a reprodução dessa dinâmica? A resposta a essa pergunta, Adorno responde através de *Personalidade Autoritária* e seus estudos sobre a relevância da dinâmica familiar para compreender os fatores sociológicos imputados à constituição de uma personalidade autoritária por meio da reprodução. O ponto de toda a argumentação é a razão, que não é qualquer razão, mas é a razão burguesa, envolvida na ação e reprodução da sociedade burguesa. Assim diz ele: “Se o antissemitismo se nutre de mitos, estes não são alheios ao processo histórico, mas inserem-se nele e retiram sua eficácia da geração de homens cuja autonomia da ação fica presa à destilação de ódios pré-digeridos” (COHN, 1986a, P. 14). Assim, segundo a narrativa de Cohn, a crítica imanente de Adorno no âmbito da cultura ocupou-se de buscar nos fatos a tendência imanente que os extravasa. A dinâmica estabelecida do sujeito social dotado de domínio da ação, e que ao mesmo tempo acaba reproduzindo padrões e estruturas de comportamento de ódio e cuja impregnação ideológica impede o exercício do caráter reflexivo que poderia romper com o ciclo tem sua saída na crítica imanente. Assim, Freud aparece como responsável por estabelecer a ponte entre a crítica da ideologia e a formação da subjetividade do ego, e é mobilizado de maneira similar em *Sociologia da comunicação*. “A fraqueza do ego, associada ao investimento que o próprio processo ideológico exige dos que nele estão envolvidos, constitui a base subjetiva para a reprodução das condições sociais vigentes. Mas a sociedade impregnada de ideologia é um fenômeno objetivo, que requer análise dos seus níveis próprios de organização”, (COHN, 1986a, P. 18).

O estudo dos níveis de organização representa a passagem para a crítica da cultura. Em Adorno a obra de arte é a expressão da negação do estado vigente do conteúdo social, como vanguarda da crítica negativa. O conceito fundamental para a compreensão dessa relação é o de mediação. A ausência de mediação entre indústria e cultura na ideia de Indústria Cultural, porque ela não é uma coisa e nem outra, porque não cumpre seu papel nem como Indústria e

nem como Cultura: há mediação fundamental entre arte e sociedade, fundamental porque ela é o fundamento da imanência, que abre espaço para a reflexividade.

Para Cohn a atualidade do trabalho de Adorno está em sua forma de pensar a relação entre cultura e sua inseparável realidade material. Em “Adorno e a dialética da cultura”, Cohn estabelece os parâmetros dessa relação no autor. Considerando que em Adorno a forma da escrita é a materialidade da exigência dos objetos, a compreensão de seu texto exige uma compreensão da dinâmica entre totalidade e singularidade. Sendo Adorno musicista, faz sentido que Cohn aponte a composição dos pontos para expressar a forma da crítica em seu trabalho.

A ideia de *nexos de ofuscação* expressa a articulação da consciência reificada, incapaz de estabelecer reflexão. Por isso, “cada pequeno abalo no nexo de ofuscação é relevante para o seu possível fim”, a relação entre unidade e conteúdo ocorre através da crítica individualizada a pontos que constituem uma globalidade.

Com efeito, em Adorno, a realização plena do significado só se concebe como situação limite, na plena realização da humanidade em condições não reificadas: justamente aquelas em que cessa a vigência do princípio da subsunção de todos os momentos do processo na totalidade que os reproduz como tais. “(COHN, 1990, p. 9)

A perspectiva que Cohn traz de Adorno é a reflexão sobre a ideia de *limite*, o limite da barbárie, da conjunção entre a totalidade como unidade forçada e unidade desconectada, o individual e o global. Para ele, a proposta adorniana se ocupa da “aproximação espontânea do que não pode ser amalgamado”. (COHN, 1990, p.10), é a efetivação da diferenciação sem o exercício da dominação. O conceito de Indústria Cultural é um exemplo de unidade forçada, entre indústria e cultura, porque ambas não se realizam por completo, não cumprem o papel que dizem cumprir. Mas, para Cohn, no contexto da quantidade de referências ao termo, o limite corresponde aos limites do antissemitismo, ou o como é possível ultrapassar todos os limites de forma que a vida alheia é tornada impossível. E impossível para ele é o limite, é a impossibilidade existencial individual.

Assim, em “A atualidade do conceito de Indústria Cultural”, o avanço do “irracionalismo” (coloco entre aspas porque o termo requer uma longa discussão) e a chamada decomposição da razão burguesa, o limite contrário da razão esclarecida reside na ideia de *mito*. A unidade entre mito e razão como elementos que indicam a ausência de reflexividade, indicam

também que a crítica imanente através da unidade entre sujeito e objeto, porque a crítica não pode abrir mão de si. Para Cohn, o antissemitismo tem a razão e o mito “como substrato material o projeto de completa dominação da natureza”. Assim, segue ele, o que na dialética hegeliana se projeta como *razão e sombra*, na dialética adorniana aparece *como razão – sombra – produção da sombra*, que Cohn traduz (não no sentido estrito da ideia de traduzir, mas como síntese) por *razão e ofuscamento*.

Pois nesse texto já ocupa posição central um dos grandes temas de Adorno, que se traduziria na sua concepção de um ‘nexo universal de ofuscamento’: o de que a razão privada da sua capacidade reflexiva, deixada solta na exacerbação do seu impulso dominador alimentado pela sempre presente ameaça da regressão mítica, gera luzes, sim, mas que ofuscam e levam à cegueira. (COHN, 1998c. P. 7)

O ofuscamento é o resultado da ausência de reflexão. Sabendo disso, resta a questão sobre a utilização de *razão irrefletida*, que se aproxima tanto da ideia de reflexividade como da ideia de reflexo de luz. Não há dúvidas de que a expressão foi cuidadosamente selecionada e contextualizada como o limite da *razão esclarecida*, e o antissemitismo, por sua vez, reflete novas formas de ofuscação.

Outra observação a respeito do tema é a perspectiva da sociabilidade. Cohn descreve uma diferença entre *indivíduo* e *sujeito*, no qual para ser o primeiro basta *estar*, no sentido de existir como ser social, e ao segundo é atribuída uma ação que conecta o indivíduo com a sociedade, e por meio dela transforma o indivíduo em sujeito: “indivíduos ofuscados e privados da sua subjetividade se veem à solta como sujeitos”. Então temos que os sujeitos privados de sua subjetividade (Freud) passam a reproduzir através da conduta reiterada por seus pares, o fascismo. Se estabelece o vínculo do antissemitismo como forma histórica de modalidade de conduta. Na outra ponta da expressão, encontra-se uma formulação a respeito de “Formas de conduta que sustentam a patológica cumplicidade da relação entre sociedade antissemita e judeu vítima. (COHN, 1998c, P.9). Para Cohn, o esforço de autopreservação dos sujeitos os torna incapazes de se “achegarem reflexivamente ao diferente”.

Para o sujeito empobrecido da razão esclarecida o objeto tende a reduzir-se a uma alteridade, ao outro opaco. No seu limite, na conduta antissemita, não há sujeitos verdadeiros, porque não há reflexão que permita ao sujeito ‘devolver ao objeto aquilo que recebeu. (DE 176). (COHN, 1998c, p.10)

No estudo sobre a personalidade autoritária, o estereótipo e a personificação aparecem como elementos que compõem o caráter dos sujeitos incapazes do exercício mínimo de alteridade, ou nas palavras de Cohn “a incapacidade de ver o outro com olhos abertos”. Por isso *reflexividade* e *sociabilidade* são os elementos destacados por Cohn para realizar sua narrativa sobre os escritos de Adorno. Nesse sentido, pensar a atualidade do pensamento adorniano, e também da teoria crítica, implica, seguramente, na continuidade da crítica imanente como método e fundamento, ou seja, *realizar a crítica da razão sem abrir mão da própria razão*; e através dela é possível compreender as formas contemporâneas de sociabilidade na conjunção entre sujeito e sociedade.

Por isso, lembra que a Indústria Cultural trata de uma crítica conjuntural que tem como fundamento a crítica da razão nas formas de condução da vida. Para Cohn, a atualidade da teoria crítica hoje consiste em dar formas contemporâneas à materialidade das produções simbólicas contemporâneas no âmbito da cultura. A teoria crítica atua no pressuposto da recusa do que se afirma como dado e, portanto, uma crítica à ideologia. O problema que envolve essa crítica da cultura é a própria definição de cultura. Há inúmeras discussões sobre as múltiplas definições de cultura hoje, mas para permanecer no contexto da produção da escola de Frankfurt e de Gabriel Cohn, há variáveis nessa definição de cultura. Ora entendida como produtos culturais resultados de produção material manual e artesanal (caso contrário ela seria indústria cultural e, portanto, não seria cultura), ora entendida como experiência compartilhada através das artes, o que complica mais ainda diante da possibilidade de definição de arte. Aqui ela se aplica à proposta obra musical ou visual produzida manualmente ou artesanalmente com caráter crítico de vanguarda suficiente para propor uma crítica ao estado atual das coisas. E o que foi descrito por Adorno como processos resultantes da ascensão do cinema, rádio, televisão, não passaria pela arte, mas pela comunicação.

Há uma hierarquia entre uma e outra? A arte possui sua capacidade reflexiva por não estar embebida nas relações capitalistas e os meios de comunicação não porque eles são resultados de cartéis e conglomerados da mídia no mundo. Não se trata de um relativismo puro e simplesmente, é que a ideia de emancipação e vanguarda também adentraram a um novo contexto, além daquele da cultura e da arte. Emancipar os sujeitos da ideologia fascista permitindo acesso subjetivo e objetivo à reflexividade. A crítica do estado das artes tem se tornado cada vez mais complexa, a primeira dificuldade é estabelecer a correspondência atual entre arte, comunicação e cultura sem recair na crítica conservadora e classificar, qualificar e

desqualificar produções, contribuindo para a distinção de classe com base no consumo da música, do cinema, da televisão e etc.

Além disso as redes sociais se converteram no mais recente paradoxo da crítica da comunicação: uma vez que nela os sujeitos não são passivos, são ao mesmo tempo produtores e receptores, além disso, a internet tem se mostrado cada vez mais, (inclusive nas redes sociais) um espaço desconcertante para aqueles que eram otimistas com relação a reflexão e sociabilidade. Parte disso se justifica porque as redes sociais não estão mais pautadas na construção original da internet, que é a busca por conteúdos produzidos no underground da comunicação contemporânea, como blogs através do estabelecimento de redes [de contato]. Ao contrário, ela passou a ser conduzida e pautada por algoritmos, onde o gosto é administrado matematicamente, de forma que o controle do conteúdo acessado é meticulosamente controlado, e sucumbem à possibilidade de ação restrita e limitada àquilo que oferece retorno aos seus administradores, seja em recursos financeiros por meio de pagamento de mídia, seja por interesse político. O nível de controle a que me refiro, como exemplo, afirmar que dentre inúmeras as ferramentas de controle da internet, há um cálculo sobre a quantidade de tempo que o usuário se detém em cada palavra que lê na tela do computador.

A crítica adorniana hoje faz sentido se for pensada em termos de sociabilidade e reflexão, e que, ao mesmo tempo, não esteja pautada por padrões reflexivos ou de sociabilidade. Nesse sentido a busca da teoria crítica deve orientar-se pela construção da alteridade, a começar pelo reconhecimento do alcance e das limitações de uma crítica ocidental fundamentada na ideia de razão. E em termos do estudo sobre a sociedade administrada, os trabalhos sobre tecnologia vem apontando a necessidade das ciências sociais adentrarem a esse campo para compreender o potencial de ingerência desse campo nas liberdades individuais hoje.

## Capítulo 5

### O atual sentido de pensar teoria “entre nós”

Se estou certo, que este depoimento seja também um cumprimento a quem perseverou na sua escolha em ambiente pouco propício, fazendo mais do que jus à crença, muito elogiosa e algo difundida naqueles tempos, de que seria alemão – afinal, como um sujeito com um nome desses e tão cerebrino podia ter nascido em Jacareí? (Brasílio Sallum Jr. IN Waizbort, 2008, p. 21).

A partir de leituras sobre formas contemporâneas de problematizar pensar teoria busquei pensar a atualidade deste debate no Brasil, levando em consideração o papel desempenhado por Gabriel Cohn, e também possíveis caminhos posteriores de reflexão sobre o tema. Os textos “Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn” escrito por José Maurício Domingues, (publicado na Revista Dados, volume.54, n°.3, Rio de Janeiro, Setembro de 2011), e também os textos publicados na coletânea organizada por Leopoldo Waizbort, de título “A ousadia crítica. Ensaios para Gabriel Cohn” (1998, 1ª edição e 2008, 2ª edição) são meu ponto de partida, pois tratam das primeiras reflexões sobre o papel desempenhado por Cohn no campo da teoria sociológica no Brasil. No artigo em questão, José Maurício Domingues atribui um sentido à defesa de estudos teóricos empreendidos por Gabriel Cohn, qual seja expressar uma contraposição no debate sobre trabalho teórico e trabalho empírico na chamada “periferia intelectual”, neste caso, especificamente, o Brasil. Para ele o trabalho de Cohn representa um passo inicial para a revitalização do debate teórico de forma independente, “entre nós” (DOMINGUES, 2011, p.429) e simboliza, ao mesmo tempo, uma recusa da ideia de “reservar aos centros internacionais a tarefa de produzir teoria” (DOMINGUES, 2011, p. 430). Busco aqui explorar o sentido de pensar a *teoria entre nós*, ou a chamada “ousadia crítica de Gabriel Cohn” (Leopoldo Waizbort, 2008), através do diálogo com o trabalho de Domingues, considerando a contribuição de debates recentes sobre produção de conhecimento.

#### *O diálogo com José Maurício Domingues*

Em “Dominação e indiferença: a teoria crítica de Gabriel Cohn” (2011), José Maurício Domingues abre um espaço para pelo menos dois debates importantes referentes à obra de Gabriel Cohn. O primeiro deles está expresso no próprio título do trabalho: demonstrar

como a preocupação com a ideia de dominação atravessa seu trabalho. Domingues apresenta uma espécie de mapa dos temas que aparecem na obra de Cohn tendo a dominação como eixo central. Ele revela também a importância da questão da indiferença, que aparece em seus escritos sobre Adorno. Mas nos deteremos aqui ao segundo debate que aparece no texto, no qual Domingues busca situar a importância da obra de Cohn dentro de um contexto mais amplo, sobre produção de teoria na chamada “periferia intelectual”. (DOMINGUES, 2011, P.443).

O fato de que Gabriel Cohn seja notadamente conhecido por dedicar-se ao estudo de teoria, supostamente na contramão do que vinha sendo realizado na sociologia paulista da década de 1960 e anteriores (DOMINGUES, 2011, P.430), fez com que este autor se destacasse não só por sua opção, mas pela absoluta qualidade de seu trabalho no campo de discussão teórica. Segundo Domingues, Gabriel Cohn “desbravou um terreno entre nós que apenas hoje começa a se fazer de fato mais legítimo” (DOMINGUES, 2011, p.443).

O estudo da obra de Gabriel Cohn é recente. De bibliografia disponível existe este texto do José Maurício Domingues, que foi republicado três vezes (2011; 2011b; 2013) o livro *Ousadia Crítica. Ensaios para Gabriel Cohn* (1998), organizado por Leopoldo Waizbort, (que teve uma segunda edição em 2008), e reúne um conjunto de narrativas e ensaios, justificadamente elogiosos, compartilhados por sua esposa, Amélia Cohn, seu filho Sergio Cohn, sua filha Clarice Cohn e colegas de trabalho, e que nos dão algumas pistas sobre os caminhos percorridos pelo autor; e mais recentemente um livro organizado por Leonardo Avritzer *Ensaios críticos sobre Gabriel Cohn* (2013), que reúne quatro textos e uma entrevista<sup>112</sup>.

De maneira geral o que se pode observar neste início de uma tentativa de compreensão de sua obra é a delimitação inicial de uma linearidade que atravesse seus escritos com a finalidade de encontrar um eixo temático. Outro movimento observado é a ênfase sobre sua relação com a teoria crítica e com demais autores como Weber, Simmel ou Luhmann. Aparecem ainda apontamentos sobre sua defesa de retorno aos clássicos (Marx, Weber e Durkheim), além de debates sobre petróleo e comunicação, que por destoarem de uma certa dinâmica de discussão de teoria social com base em estudos sobre obras de autores, acabam por

---

<sup>112</sup> Outra entrevista também pode ser encontrada em “Conversa com sociólogos brasileiros. Retórica e teoria na história do pensamento sociológico do Brasil” LOUREIRO, Maria Rita; BASTOS, Elide Rugai & REGO, José Marcio Rebolho. FGV EAESP, GVPesquisa, Relatório de Pesquisa nº 11/2008, que já foi citada nos capítulos anteriores.

representarem uma perspectiva particular sobre o início da carreira do sociólogo; e também sua contribuição com a sociologia brasileira, sobretudo através de seus escritos sobre Florestan Fernandes e Octavio Ianni.

Nessa incursão houve uma abertura para buscar compreender o lugar que sua obra ocupa na sociologia brasileira, e o debate em torno dela apareceu no texto de Domingues através da problematização de que Cohn representaria um rompimento com um certo imediatismo que acompanhava as pesquisas sociológicas à época e simbolizava os primeiros passos para o exercício de “pensar a teoria entre nós”. Seria essa sua ousadia, segundo Leopoldo Waizbord<sup>113</sup>. O diagnóstico de Domingues sobre os rumos da sociologia no Brasil (e de maneira geral também a América Latina), aparece da seguinte maneira:

O estudo social da realidade entre nós tem padecido bastante deste viés “nacionalista metodológico”. Não se trata de tara nossa apenas, mas, sim, de problema que acomete os países periféricos de modo bastante geral: sua situação não-central parece levar sua intelectualidade a ocupar -se de sua especificidade (contrastada de algum modo com o Ocidente) e a uma recusa a enfrentar temas mais gerais ou universais – caso em que é farta a América Latina, para ficar somente em nosso subcontinente [cf. Zea, 1976]. (DOMINGUES, 2011, p. 429)

A partir de um diagnóstico dos temas na produção intelectual latino-americana, Domingues expressa sua crítica da produção de pesquisas de viés particularista, no sentido de que as especificidades intrínsecas de nossa sociedade (me deterei apenas ao caso brasileiro), tornam-se elementos centrais de determinadas pesquisas ao mesmo tempo em que o referencial teórico, quando utilizado sem a devida reflexão prévia, pode acarretar prejuízo crítico<sup>114</sup> nas pesquisas como um todo. Esse movimento foi ilustrado por Cohn certa vez como distinção entre produção de conhecimento e produção de saber, em um sentido mais amplo (COHN, 1968) em uma clara referência a Merton e a Weber.

Parece ser esse um diagnóstico muito comum quando se trata de pensar os rumos da sociologia brasileira da segunda metade do século XX. O próprio Gabriel Cohn escreve sobre

---

<sup>113</sup> “Gabriel Cohn desafia essa convencional prática nacional. Formado na tradição sociológica da Universidade de São Paulo (USP), onde Florestan Fernandes ([1958] 1977), ainda que com intenções meramente pragmáticas, reiterava essa perspectiva ao reservar aos centros estrangeiros a tarefa de desenvolver a teoria sociológica, Cohn ousou criticamente – como assinala livro recentemente relançado em sua homenagem (Waizbord, [1998] 2008) – pensar a teoria entre nós”.(Domingues, 2011. P. 430)

<sup>114</sup> O termo *Crítico* aqui não está sendo utilizado em sentido Kantiano, muito menos como referencial teórico crítico da tradição frankfurtiana, mas no sentido de expor as contradições e limites das categorias que servem de fundamento teórico para as pesquisas.

isso em 1968 no texto intitulado “A sociologia e a arte da controvérsia”. Em sua perspectiva, a controvérsia que acompanha as pesquisas brasileiras decorre do isolamento entre pesquisa teórica e pesquisa empírica. A carência de debate teórico que dê conta da demanda das pesquisas aqui desenvolvidas teria levado Cohn à defesa de renovação de estudos de teoria social em sua obra. Esse movimento é explicitado em seus estudos de comunicação, onde o exame crítico das noções de *massa*, *elite* e *público* revelou uma disputa ideológica por suas apropriações, e que tinham reflexo imediato nas pesquisas sobre opinião pública e o debate mais amplo sobre representatividade e democracia no espaço público.

Fazer teoria na periferia não é fácil, fazer teoria crítica de maneira frouxa talvez seja até mais fácil nela, em função das calamidades permanentes que a acometem, mas não se o rigor teórico é aquilo que se persegue. Fazer teoria sem ter de evocar sempre seu país, o Brasil, a Argentina ou a Venezuela, para ficarmos em nossas vizinhanças subcontinentais, é ainda mais difícil fora do centro. Trata-se, evidentemente, de uma introjeção coletiva de uma concepção que nos reserva lugar secundário na divisão internacional do trabalho intelectual, para além dos problemas que, em termos de identidade, essa posição periférica já nos coloca (o que não quer dizer que não haja o risco de reificação de categorias forjadas em outras paragens, via uma falsa universalização, o que nosso autor [Gabriel Cohn] evita, aliás, galhardamente). (DOMINGUES, 2011. P.443).

A recusa de enfrentar temas mais gerais ou universais mencionados por Domingues refere-se não exatamente à pressuposição de uma universalidade a respeito do trabalho de intelectuais europeus e norte-americanos, (embora isso ocorra em alguma medida), mas sim à abstração teórica que advém de uma reflexão imanente da obra de autores. O resultado desse movimento é que Gabriel Cohn pode realizar seu trabalho de forma crítica e imanente a determinadas obras sem a necessidade de incorporar uma relação objetiva imediata e empírica em consonância com as urgências de nossa realidade periférica. Disso decorreu que Cohn tornou-se responsável pela recepção de autores, até então desconhecidos, nos debates sobre comunicação; além disso *Crítica e Resignação* (2003) tornou-se importante referência aos que se interessam por compreender a obra de Weber. Assim Domingues situa o trabalho de Gabriel Cohn no lugar de rompimento com a tradição binária de pesquisa teórica nos países do norte e pesquisa empírica na chamada periferia intelectual. Essa posição não revela, no entanto, (e ainda bem), um desprezo com relação às demais formas de se fazer pesquisa. A proposta aqui é de abrir os caminhos para a viabilidade do campo de discussão de teoria sociológica, e que

estes alcancem um grau de relevância tão importantes e necessários quanto formas outras de apreender a realidade.

Apresento outra citação de Domingues a respeito da discussão sobre teoria:

Aliado ao tamanho do país, esse viés particularista faz com que, afinal de contas, o que parece interessar realmente seja a nossa “civilização brasileira”. As teorias são assim, de modo geral, importadas como se compra pacotes de inovação tecnológica que nos mantêm na dependência das grandes empresas internacionais. Afinal, por que gastar tempo e intelecto com coisas que fogem à nossa esfera de possibilidades efetivas? Para que organizar um debate que tenha como foco essas questões e desenvolvê-las de maneira relativamente independente entre nós? (DOMINGUES, 2011, p. 429)

Essa ideia de discussão de teoria independente, entre nós, parece remeter a um efeito tardio de teorias pós-independência do século XIX, nas quais a independência política e econômica das “metrópoles” serviu de orientação para pensar a organização própria da América Latina e, assim, nos faltaria almejar uma independência teórica, do ponto de vista de matriz epistemológica de pensamento, e seria este o papel cumprido por Cohn. Parece grosseira essa associação (e talvez seja mesmo), mas o fato é que há dualidades implicadas no texto de Domingues, como espaço local e global, particularismo e universalismo, que cumpriram seu papel até agora, mas que já não exprimem a complexidade das formas de construção de conhecimento acadêmico na sociedade contemporânea. O que está pressuposto aqui é que o estudo de teoria social passe a tornar-se tão fundamental quanto aos demais trabalhos que já vinham sendo elaborados, de modo que tendam a complementar-se, através da inserção de intelectuais brasileiros na participação de debates sobre obras de autores sem a necessidade de evocar uma aplicabilidade utilitária para seu objeto. Mas a divisão entre local e global, ou particularismo e universalismo, já não corresponde à complexidade das relações de produção de conhecimento. A ideia de espaço se transforma à medida em que o acesso às redes reduz a noção de distanciamento físico e altera a materialidade das publicações do espaço físico para o espaço virtual.<sup>115</sup> Se em um primeiro momento os rumos da sociologia brasileira tendem a romper com o estigma explicitado na tradicional da divisão internacional do trabalho intelectual, por outro lado a ideia de localidade é desafiada quando deslocamos a questão para os sujeitos que produzem esse conhecimento, debate cujo mérito advém do debate produzido

---

<sup>115</sup> Faço uma ressalva enorme para os arquivos e as pesquisas de quem trabalha com documentação, embora algumas bibliotecas públicas já tenham começado a oferecer serviço de envio de scanner de documentos gravados via correio.

no seio das teorias feministas, e que vêm apontando que as desigualdades e assimetrias não são questões *exclusivas* da dinâmica da relação centro-periferia, elas ocorrem no interior do centro e no próprio interior da periferia, o que nos permite repensar a ideia de produção intelectual pela ótica dos sujeitos que a produzem. Assim, a noção de *fronteiras do sul*, designada para problematizar a dinâmica intelectual entre as antigas metrópoles e ex-colônias se transforma na ideia de *fronteira cultural*, e reformula o debate sobre matriz epistemológica da construção do conhecimento para além de uma definição propriamente geográfica.

Com isso proponho revisitar este debate sobre a interpretação da obra de Cohn com um avanço muito singelo que é a de levar em consideração outras questões relativas ao seu trabalho, que não diminuam a importância da abertura para o estudo de teoria no Brasil, mas que ao mesmo tempo se discuta alteridade para pensar os rumos da sociologia brasileira, isto é, sem a tentativa de compara-la ou equipara-la no sentido qualitativo e quantitativo às demais sociologias “do norte”. Não estou defendendo um caráter único e singular para a história do pensamento sociológico brasileiro, mas que a trajetória seja fundamental para uma crítica não evolucionista de nosso trabalho.

*Algumas perspectivas sobre produção de conhecimento e a contribuição dos estudos pós-coloniais.*

Em sua contribuição a respeito dos debates sobre produção de teoria, Sergio Costa amplia a questão inicialmente apontada por Domingues de divisão local/global para a compreensão da dinâmica entre processos de mudanças locais e processos gerais compartilhados em escala global. Segue um trecho de uma entrevista de Sérgio Costa para a reflexão proposta, quando indagado a discutir o tema da internacionalização da pesquisa e da formação em ciências sociais:

Penso que a ideia de uma sociologia autóctone é tão equivocada quanto a ideia de uma sociologia eurocêntrica que entendesse as transformações sociais nas demais regiões do mundo como mera reprodução tardia e piorada da modernidade europeia. O desafio mais interessante e profícuo é precisamente entender como processos de mudança locais se articulam com a dinâmica mais geral de transformação da sociedade moderna. Trata-se de entender que partilhamos todos de *uma* sociedade mundial que é desigual e que apresenta, obviamente, desníveis regionais profundos. Essas diferentes partes encontram-se, contudo, integradas e articuladas, cabendo à

sociologia descrever os termos dessa integração desigual. Tampouco no plano institucional existe espaço para teorias autóctones: os diferentes cientistas sociais, no âmbito das correntes ou escolas de sua preferência, partilham de matrizes teóricas comuns e é só nesses contextos que podem surgir o vocabulário e os termos compartilhados que permitem um intercâmbio efetivo. Isso não significa, obviamente, deixar de lado a agenda dos problemas que a sociedade nacional nos coloca. Temas como o desenvolvimento, a violência, o racismo e a desigualdade social têm – e é obviamente justo e correto que seja assim – na agenda de investigações da sociologia brasileira um peso maior do que têm, por exemplo, na pauta de temas discutidos na Suécia. Não obstante, acreditar que existe uma singularidade nesses problemas que permite que eles possam ser estudados independentemente das mudanças globais constitui, a meu ver, um enorme equívoco. (COSTA, 2006. P.141)

As proposições de Sergio Costa não se afastam completamente do diagnóstico de Domingues à medida em que coloca como ponto de definição dos alcances de determinadas propostas de pesquisas o limite prévio à falsa reificação. Costa, no entanto, desloca o debate que se projeta além da caracterização de que determinada obra, se encaixa em estudos locais ou globais e propõe o rompimento desse dualismo à medida em que a resolução para o debate sobre produção teórica se encontra com as demais produções globais. A "geopolítica do conhecimento" trata justamente de pensar “autores vinculados aos estudos pós-coloniais [que] procuram denunciar e modificar as posições assimétricas atribuídas às diferentes regiões do mundo no que concerne à produção do conhecimento”. (COSTA, 2010).

Para problematizar os alcances e limites da produção intelectual latino americana em escala global, me utilizo do texto “Producción de desigualdades y (re)reproducción de desigualdades, da socióloga Elisa Martins (2013). Neste artigo, a autora busca analisar a internacionalização da sociologia latino-americana a partir de análise da dinâmica editorial e autorias dos textos com foco para análise das publicações na revista *Current Sociology*. O foco da investigação de Elisa Martins opera no inverso de minha investigação, já que não é o alcance de publicação internacional de Cohn o foco desse debate. Mas os resultados interessam aqui já que Cohn opera a *recepção* de autores, em especial alemães no Brasil, não só apresentando os debates internacionais, mas traduzindo textos do alemão para o português. A fluência no idioma em razão de sua ascendência contribuiu para que o autor pudesse ter acesso aos textos originais de autores até então quase que desconhecidos ou pouco acessados no Brasil.

Elisa Martins se ocupada do acesso de escritores latino americanos ao espaço de publicação em periódicos internacionais. Entretanto ela cita Galtung para falar sobre status simbólico do estudo de teoria na América, sobretudo nas décadas de 1940, 1950, 1960, nas quais os estudos empíricos se destacavam entre os intelectuais.

Para Galtung (1966: 24) el énfasis está puesto más en el trabajo simbólico que en el trabajo empírico porque otorga más prestigio producir teoría que producir datos y porque el trabajo simbólico (formación de conceptos, de hipótesis y de teoría) debe ser realizado previamente al trabajo empírico. (MARTINS, 2013. P. 18)

O prestígio alcançado pelo estudo de teoria não foi um fenômeno exclusivo do Brasil, embora seja recorrente a ideia de que quem estuda teoria se torna estigmatizado a partir do papel de “comentador”, como se a contribuição para compreensão sobre autores, em especial de outros tempos<sup>116</sup> e/ou outras localidades não implicasse em contribuição teórica própria. Elisa Martins aponta também o significado simbólico do status do trabalho de compreensão de autores internacionalmente reconhecidos, que via de regra estão localizados (não geograficamente, mas do ponto de vista epistemológico) em um tipo de produção cuja matriz acadêmica e os padrões de reconhecimento se encontram majoritariamente no Norte. Isso importa porque Gabriel Cohn se consagra no campo da teoria justamente nessa condição, embora ele jamais se utilize desta distinção. Em seus escritos Cohn se atém à discussão de modelos e métodos propostas nas obras sem perder de vista o contexto de cada produção, como em *Crítica e Resignação* (2003) quando ele contextualiza o trabalho de Weber em diálogo com a formação do Estado alemão e os debates intelectuais no em torno do autor. Por outro lado, Cohn se vale desses autores para realizar sua contribuição prática na sociologia brasileira, e assim publica textos de diagnóstico e reflexão sobre questões normativas como as transformações sofridas pela Universidade, e demais temas de políticas públicas, especialmente no que diz respeito ao campo de acesso a opinião, espaço público e democracia.

Para avançar com a reflexão a respeito do tema, nos utilizamos do trabalho de Caetano De Carli e Elizardo Costa que discutem a crítica epistemológica ao local de produção de conhecimento científico. A questão que orienta as proposições dos autores está pautada pela seguinte pergunta: “Nesse sentido, nosso problema central aqui discutido é: “por que continuamos a tratar fenômenos sociais tão presentes ao Sul com um referencial teórico centrado no Norte? ” (DE CARLI & COSTA, 2013. P. 139). A temática central de reflexão proposta pelos autores tem também como propósito repensar o campo da teoria dos movimentos

---

<sup>116</sup> Considerando que na era pré-internet, havia uma certa distância de tempo que separava a produção de um autor estrangeiro e sua chegada aos programas das disciplinas das Universidades brasileiras.

sociais, mas caminha em paralelo com a reflexão sobre a obra de Cohn, já que as referências teóricas investigadas por este autor se encontram no Norte.

Um dos pontos a serem levantados nesse texto é a emergência de lutas globais comuns, por exemplo no caso do maio de 1968, que não foi uma exclusividade da França; os movimentos feministas dessa década de 1960 e das posteriores, agora retomados com fôlego; e os próprios movimentos marxistas que em escala global através das Internacionais também possuem arsenal teórico produzido no Norte e amplamente difundido e utilizado por movimentos de esquerda na América Latina, por exemplo. Cohn também realiza esse movimento ao propor uma releitura e atualidade dos textos de Adorno que incluem questões como nazismo, indústria cultural e, ao mesmo tempo, barbárie no Brasil na década de 1990. No texto “Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios” (COHN, 2006b) há uma proposta de repensar o conceito de civilidade através da leitura de *Minima Moralia* de Adorno, ou ainda, como a referência a Marx como abordei no segundo capítulo.

Com isso, quero demonstrar que na obra de Cohn a relação de produção de teoria ou conhecimento, e que o que permite que as obras de Marx, Weber e Adorno (para ficar nestes três autores), sirvam de referencial teórico a ser repensado e reinterpretado distante de seu local de origem, de produção e debates é o modelo de reflexão. Assim percebemos uma outra coisa, o desenvolvimento de estudos teóricos entre nós representa uma mudança em nossa percepção de como fazer e pensar sociologia como suporte para nossas pesquisas empíricas, entretanto essa mudança está condicionada e limitada por matrizes epistemológicas “do norte”.

Outros trabalhos dos chamados pós-coloniais nos levam a pontuar que a divisão norte-sul na produção de teoria deve ser repensada também pela égide dos sujeitos. Se em um primeiro momento a visão folclórica de “outro” representada pela episteme europeia é marcada pelos estudos pós-coloniais (me refiro ao Stuart Hall), ela atinge outro patamar quando se discute gênero e racismo. Gayatri Spivak (1985 [2010]) coloca em xeque a construção do sujeito como narrativa epistemológica europeia e insere a sororidade como condição para a reflexão de que não são os países considerados como “periferia intelectual” os únicos a não acederem ao espaço internacional intelectual através do direito de fala, a autora aponta a condição dos *subalternos*, (mulheres, negros e minorias étnicas em geral) como chave pra pensar (auto)representatividade hierárquica no espaço intelectual. Situação que ocorre inclusive dentre aqueles que habitam o próprio norte. Nesse ponto ampliamos o debate sobre intelectuais

e localidade e passamos para um outro aspecto do problema, o dos sujeitos. Nos concentramos na questão do que está implícito no discurso de alteridade e de fala sobre o “outro”, a saber as minorias não auto-representadas no espaço intelectual. O objetivo de trabalhar com essa ideia foi refletir sobre a posição heroica atribuída a Cohn quando acompanhada dos estudos pós-coloniais. Sob hipótese alguma contesto o mérito da obra de Cohn, o que pretendo aqui é estabelecer outros parâmetros para pensar os desdobramentos posteriores dos estudos de teoria no Brasil. A leitura que realizei da obra de Spivak, por exemplo, é extremamente tendenciosa, porque me aproprio do debate para continuar problematizando produção intelectual com foco no conteúdo e na representatividade, e não exclusivamente na estrutura e no acesso.

Essa mudança me levou a pensar os conteúdos (representativos) de seguinte maneira: retomando o que foi apresentado no início do texto, as leituras realizadas me levaram à reflexão sobre espaço comum no campo intelectual. Nesse sentido, ao retomar as obras de Cohn me deparei com outra questão que também toca nesse assunto: Cohn é conhecido por seu trabalho teórico com autores. Para além de tentar compreender o lugar de sua produção de teoria, no sentido de romper com a ideia de que na periferia intelectual o foco da produção é a pesquisa empírica, o que significa, do ponto de vista dos debates apresentados, o fato de que ele tenha como principais referências “autores do norte” em seus temas? Na verdade, apesar da clara inversão da relação objeto-sujeito de pesquisa, como demonstra Raewyn Connell<sup>117</sup> (usualmente nós é que somos objetos de pesquisa), seria mais frutífero reformular a questão de outra forma, porque mais interessa refletir como esses autores vem sendo colocados como matriz teórica para pensar “o mundo” (considerando aqui as contribuições de Boaventura de Sousa Santos, 2007). O próprio Cohn adianta em um dos textos que sua contribuição é oferecer suporte teórico para as pesquisas em ciências sociais no Brasil, seja no campo da comunicação (“Sociologia da comunicação”), seja no campo da teoria (escritos sobre Weber e trabalhos posteriores sobre Adorno, Habermas, Simmel, Durkheim etc.). Se nas décadas de 1960 e 1970 Cohn buscava pensar criticamente a ideia de ciência e rigor científico, a partir do questionamento da relação entre teoria e ideologia, fica, então, a pergunta: Que tipo de ciência pretende o autor?

Além da problemática da ciência, fica exposto também o debate sobre o fato de que autores europeus e americanos do norte considerados importantes para debates

---

<sup>117</sup> CONNELL, RAEWYN. A iminente revolução na teoria Social. Revista Brasileira Ciências Sociais Vol. 27 n° 80 outubro/2012

contemporâneos, acabam por conquistar uma áurea de universalidade em seus trabalhos, a ponto de que devem ser discutidos em todo o mundo, e isso representaria de algum modo “avanço” científico para o país. A ironia aqui tem um fundamento: não é essa a proposta de Gabriel Cohn, ele não toma como universal qualquer teoria ou conceito, aliás, ele procura demonstrar o oposto disso, e, no entanto, a premissa epistemológica se mantém.

Nos debates de Quijano, sobre a colonialidade do saber e do ser, e de Santos, sobre as epistemologias do Sul, e Chakrabarty, sobre a crítica ao local de produção de conhecimento europeu, vemos um alerta para o perigo da centralidade do protagonismo do sujeito histórico do Norte em detrimento de uma variedade de experiências emergentes por atores sociais do Sul global (De CARLI & COSTA, 2013. P. 142)

Sérgio Costa, por outro lado, aponta para o fato de que algumas das pesquisas aqui desenvolvidas se tornam elementares quando comparadas ao que vem sendo publicado internacionalmente, e daí a necessidade de se repensar o campo de discussão de teoria no Brasil com vistas para o que vem sendo compartilhado em um espaço comum de âmbito internacional, sem perder a noção de contexto, sobretudo em relação a grupos que não tem acesso a publicação nesse espaço.

O reconhecimento de que a antropologia partilha de uma episteme colonialista, marcada pelo caráter proselitista do conhecimento ocidental foi importante para a trajetória da disciplina. Diversos autores (E. Said, Talal Asad, E. Wallerstein, Partha Chatterjee, Claude Ake ou Dipesh Chakrabarty, entre tantos) sinalizaram para essa dimensão a partir da crítica a uma razão universal feita a partir da valorização da diferença e da diversidade – o campo da pós-colonialidade, seus antecedentes e derivações. (COMAROFF, 2011. P.468)

Apesar de minha investigação não estar formalmente orientada dentro do campo da antropologia, tomo para a sociologia esta crítica, porque cabe orientar a discussão para a compreensão sobre a forma de recepção desses autores em sua obra e sua contribuição para a sociologia como um todo, a fim de que se possa evitar o nacionalismo teórico para o qual alerta Domingues, e ao mesmo tempo refletir sobre o espaço de produção teórica na sociologia brasileira nos moldes do que vem sendo debatido a partir dos estudos pós-coloniais.

Se é que é possível estabelecer uma conclusão fixa ou concreta para a breve problematização que propus, ela reside na defesa da incorporação dos indivíduos não auto representados no espaço acadêmico, na expectativa de que a multiplicidade e diversidade das experiências possa contribuir com o desenvolvimento dos debates teóricos. Não é *suficiente*, no

âmbito da teoria, a busca por um quadro teórico amplo que dê conta das diversas demandas sociais, como o modelo proposto por Axel Honneth, por exemplo. Isso ocorre talvez se pensadas como perspectivas de reflexões que devem ser localizadas temporal e historicamente. Por outro lado, essa expectativa talvez seja excessiva, porque trata-se de atribuir aos novos atores das teorias sociais um objeto de estudo delimitado a partir de suas experiências. Talvez esta seja uma proposta de retorno a Weber, mas reconstituído de outra forma, porque poderá vir a essencializar as experiências dos sujeitos. Há, então, na ideia auto representatividade acadêmica, um limite, qual seja atribuir aos sujeitos a condição de fala dos seus objetos. Se por um lado a perspectiva da experiência possui uma autoridade de fala profundamente reflexiva, por outro desautoriza a liberdade de escolha de qualquer autor sobre qualquer objeto ou tema. A dimensão atual de fazer teoria tem se dado através do âmbito do compartilhamento de literatura sociológica nos âmbitos sul-sul. Há maior abertura para cátedras para países não-europeus. E, por outro lado, dentro destes países os estudos pós-coloniais conquistado papel significativo nos debates teóricos. Isso faz com que a matriz geográfica também seja retomada como determinante na reconfiguração internacional do acesso a debates teóricos. O que me leva a pensar que infelizmente Cohn não será lido na Alemanha. A o caminho das ideias sociologias tem sido unilateral até o momento. Há propostas de inversões, desde que adequadas a determinados modelos e padrões, mas há propostas de subversões, estas tem parecido frutíferas quando se diz respeito ao desenvolvimento do que ainda chamamos de imaginação sociológica e contribuição de desenvolvimento de novas categorias analíticas.

No Brasil, a atualidade da teoria tem sido reconfigurada a partir de maior acesso ao espaço da universidade. A ampliação das vagas, o direito ao acesso através das cotas e políticas de permanência, apesar ser ainda muito pouco em vista do que deveria, tem produzido um efeito interessante nos avanços sociológicos. Os debates se abriram para a experiência escolar, de mulheres e homens negros, da literatura indígena, debates de gênero e formas consideradas “não tradicionais” de habitar o mundo. A relação sujeito objeto é mediada pela experiência, que é trazida pela reincorporação do corpo aos sujeitos que pensam as ciências sociais no Brasil. Não somos cabeças flutuantes pensando um mundo abstrato. A dimensão da realidade é atingida pelas formas como nossos corpos habitam e interpelam o espaço do mundo. É nesse sentido que a atualidade da teoria tem incorporado a diversidade e a multiplicidade para além de um discurso folclórico sobre relativismo cultural. E assim que pretendo seguir desenvolvendo meus questionamentos.

## Considerações Finais

Em 2013, no início desta investigação de mestrado, eu havia evidenciado algumas questões referentes à obra de Gabriel Cohn; como pensar a passagem deste intelectual estudioso de teorias de comentador um *autor*, problematizar a elegibilidade dos conceitos analisados por ele em seu percurso trilhado na teoria sociológica, abrir caminhos para refletir sua obra como objeto de pesquisa a ser investigado tanto da perspectiva da teoria quanto da história do pensamento social do Brasil etc.; algumas delas procurei responder ao longo desta pesquisa, outras desembocaram em debates mais profundos os quais esta pesquisa panorâmica não pode solucionar. Procurarei agora, nestas considerações finais, organizar de maneira sintética as peças deste quebra-cabeça.

As primeiras publicações de Gabriel Cohn, precisamente aquela de 1968, “A sociologia e a arte da controvérsia”, indicavam uma espécie de agenda posterior em sua obra, que seria preenchida pelo debate sobre as formas de se produzir um saber científico e suas implicações. A busca pelo rigor científico nas pesquisas em ciências sociais o levou a problematizar os parâmetros das pesquisas teóricas e pesquisas empíricas realizadas no Brasil na década de 1960. Seu propósito era buscar uma solução que permitisse integrar estas duas perspectivas de se fazer ciência com a finalidade de captar as camadas mais finas da vida social com os debates mais amplos que perpassam a nossa sociedade. Com isso aparece a primeira referência a uma busca de solução para que a experiência social fosse a camada mais elementar e fundamental para a produção de teoria.

Esse questionamento, essa busca pelo rigor científico, se transforma nos textos seguintes em uma busca pela compreensão da própria noção de ciência. Seus estudos sobre comunicação revelam que a produção de conhecimento teórico tem sentidos específicos de acordo com o tempo e o espaço onde foi produzido, ou seja, a ideia de ciência é uma construção social e, portanto, é inerente ao ambiente onde foi produzida. Essa formulação é extremamente importante, ela aparece em diversos momentos de sua obra. Em comunicação, Cohn busca mostrar o envolvimento da ideologia nos diversos contextos, autores e momentos em que foram discutidas as noções de massa, elite e público. E por isso mesmo são noções, e não conceitos. As noções se modificam, tem sentido social (Weber), e os conceitos tem um caráter mais permanente, dizem respeito ao modo como se interroga o mundo, eles indicam os caminhos

sobre como formular questões. Nesse sentido aparece toda a sua preocupação com o método. Além disso, também passou a ser tarefa abrir caminhos para o desenvolvimento de uma sociologia da comunicação como uma disciplina, que pudesse contribuir com o campo mais amplo da ciência da comunicação. Por isso, na introdução da coletânea livro organizada por sobre comunicação aparece referências à matemática (como linguagem), à biologia, à linguística, à psicologia, e também às ciências sociais, como um dos elementos que compõem esse conjunto de disciplinas que fornecem instrumentos científicos que se conectam dentro do campo da comunicação.

A ponderação dos elementos que compõem a produção de teoria na interação com a noção de ideologia tem um efeito ainda mais interessante, quando pensadas a partir da perspectiva do tempo. É que o modo como Cohn se refere às leituras realizadas sobre a obra de Marx (“O travo amargo da história”) e a discussão científica que aparece nas duas propostas de leitura da obra de Marx, revelam a importância de ponderar teoria, ideologia e ciência, sendo esta última colocada em outra escala mais ampla. Por isso “Sociologia da comunicação: teoria e ideologia” encontra na mensagem, ou seja, no próprio texto a saída para buscar compreender onde reside a ideologia, como ela se aloja no discurso científico. A saída encontrada por Cohn aparece através da aproximação dos estudos de linguagem e sociologia, em uma tentativa de utilizar os instrumentos fornecidos pela semiótica para compreender de que forma ocorre estas relações a partir de análises das interações entre emissor, receptor, mensagem e código. Isto sugere também um encontro do autor com o estruturalismo, o qual, infelizmente, me limito a citar pois não tive condições de explorar melhor.

A relevância do espaço e do tempo reaparecem na importância de se conhecer o contexto da produção weberiana, desde a formação do Estado Alemão até a formulação da constituição de Weimar, isso inclui os debates intelectuais sobre neokantismo presentes na escola de Baden, que são apresentados por Cohn em *Crítica e Resignação*. Isso também remete a uma reflexão sobre como os escritos produzidos por Weber estão diretamente relacionados com a sua experiência na vida pública e acadêmica. E Cohn demonstra como essa relação se constitui na obra de Weber.

Já o âmbito institucional do trabalho de Gabriel Cohn, marcado por cargos institucionais e publicações em revistas e jornais de grande circulação nos revela uma preocupação com a outra ponta da construção do conhecimento, o papel das instituições de

financiamento e sua interferência nas pesquisas desenvolvidas. As formas de organização política dentro e fora da Universidade, ou seja, no âmbito do Estado refletem diretamente no cotidiano de reflexão das ciências sociais. Este questionamento aparece com a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes e Octavio Ianni na ditadura civil militar, posteriormente com o período mais crítico da ditadura, o pensamento reflexivo é interrompido pela necessidade maior de lidar com o problema mais urgente. Do temor provocado pelo silêncio ditatorial decorre as formas maniqueístas de argumentação política, dada a situação limite não havia mais como escapar da urgência de combater aquele estado de coisas. Já no período de abertura, aparece a discussão sobre as formas de reorganização das atividades acadêmicas, a crítica às instituições que financiam as pesquisas, a reformulação do plano de carreira docente, e o trágico resultado dos rumos tomados pela Universidade como projeto, que aderiram completamente aos padrões impostos pela CAPES e no caso de São Paulo, pela FAPESP. Isso ocorre através da cobrança sistemática de relatórios, publicações e atividades que coloca os pesquisadores em estado constante de avaliação e insegurança com relação à carreira. A política de pesquisa tem sido fundada na ideia de avaliação compulsiva e a produtividade quantitativa passa a ser hipervalorizada, em detrimento da qualidade e da estabilidade das pesquisas e dos pesquisadores. Com isso, os mais prejudicados, novamente são as ciências humanas, que não despertam interesse das organizações para financiamento, cujas respostas para as perguntas que a sociedade impõe, demandam uma temporalidade própria. Assim, o livre pensar e a produção de saberes amplos perdem seu valor institucional e ficam à mercê das políticas de bolsa, relatórios e financiamentos e incessante busca dos intelectuais em comprovarem a importância e relevância do conhecimento produzido pelas humanidades.

Em uma primeira instância os intelectuais das ciências humanas e das artes são os que mais padecem dessa nova dinâmica institucional, mas a longo prazo é a sociedade brasileira como um todo que perde a oportunidade e a tradição de refletir sobre si mesma e encontrar caminhos próprios para lidar com suas demandas históricas. Essa é também uma forma de indiferença, que sempre esteve presente nas preocupações de Cohn. A indiferença cotidiana é reproduzida no cotidiano relações sociais, e também das instituições, ela representa a impossibilidade de se viver a vida plenamente, e de maneira justa. Suas reflexões sobre Adorno revelam através da análise dos elementos do antissemitismo uma obstinada preocupação com as formas de exercício da indiferença social. A leitura que Cohn realiza da obra de Adorno revela toda uma preocupação em analisar e refletir sobre as atrocidades do holocausto, desde a

relação entre mito e racionalidade, e as fronteiras da alteridade possível explicitadas na “Dialética do Esclarecimento”, passando pela reflexão sobre a vida danificada, lesada pela impossibilidade de ser vivida plenamente, até o questionamento sobre como é que se reproduz o fascismo no cotidiano. Aparece, então, uma necessidade se refletir profundamente sobre como impedir que esse processo se repita ciclicamente, ou seja, no caso do antissemitismo, o exercício de reflexão política implica diretamente nas formas de sociabilidade que serão construídas no pós-guerra. E assim aparece a importância de *Educação Pós-Auschwitz* e *Personalidade Autoritária*, como uma marca desse tempo e como uma marca desse processo que passou e ainda, de certa maneira, é remanescente na sociedade.

No caso do Brasil essa discussão se dá no paradoxo da relação dos sujeitos com as instituições políticas. Há um conjunto de normas estabelecidas, que na verdade não foram criadas com o intuito de resguardar a coletividade pública. Diante do contexto que as coisas se deram, as soluções são pensadas a curto prazo, o que gera um ciclo de desconfiança entre dos sujeitos com aquilo que é público. Há sempre um resguardo, um pé atrás que marca essa relação, e os sujeitos não se tornam cidadãos plenos, ao contrário buscam soluções individuais na tentativa de resguardar-se do poder por temer que a sua própria vida seja danificada. Assim a importância de pensar a civilidade como ponto de partida para o reestabelecimento das relações políticas, do debate público, da “coisa” pública. No Brasil é marcante a indiferença política com a vida social do *Seu Felipe*, que aparece no prefácio de seu livro sobre sociologia da comunicação. Essa discussão revela um caminho para pensar a incorporação da obra de Adorno produzida nos anos 1950, por exemplo, com o Brasil de 1990, 2000. É a forma de interrogar que surge como elemento de continuidade na recepção de Adorno na obra de Cohn.

Com o que foi dito nestas breves considerações procurei demonstrar como aparece a resposta para a pergunta que norteou esta pesquisa a princípio: o que pauta a elegibilidade dos conceitos analisados por Cohn? A questão é que no caso de Gabriel Cohn é a reflexão sobre uma teoria da experiência social, aquelas perguntas lá da infância, sensíveis e finas, que ficaram ainda hoje sem resposta e as questões trazidas pela própria sociologia, como formação e como instrumento, é que vão guiar as buscas daquilo que se pretende responder, o incômodo com as obstruções ao livre pensar e os limites da alteridade estabelecidos nas relações sociais e políticas são os grandes motivadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a-) Produção bibliográfica de Gabriel Cohn

(2013a) COHN, G. Antenas da sociedade. São Paulo: Le Monde diplomatique, 2013

(2013b) COHN, Gabriel. Males privados, sociologia pública: o legado de Wright Mills. Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, p. 13, 2013.

(2013c) COHN, Gabriel. A voz da rua. Valor Econômico, São Paulo. 21/06/2013. Link: <http://www.valor.com.br/cultura/3168986/voz-da-rua-para-cohn-partidos-permanecem-essenciais> acessado em 04/08/2013.

(2012) COHN, Gabriel. Em torno da Política Cultural. Valor Econômico, São Paulo. 13/04/2012. Link: <http://www.valor.com.br/cultura/2614024/em-torno-da-polemica-politica-cultural> acessado em: 13 de agosto de 2012.

(2011a) COHN, Gabriel McLuhan e o ecumenismo controlado. Valor Econômico, São Paulo, 24/03

(2011b) COHN, Gabriel. Ecumenismo Controlado. São Paulo: Jornal Observatório da Imprensa Ed. 635 publicado em 09/03/2011

(2009) COHN, G. . Com a palavra, a universidade. O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. J3 - J3, 14 jun. 2009.

(2008a) COHN, Gabriel. Indústria Cultural como Conceito Multidimensional. In: Maria Aparecida Baccega. (Org.). Comunicação e Culturas do Consumo. 1ed.São Paulo: Editora Atlas, 2008, v. 1, p. 65-75.

(2008b) COHN, Gabriel (tradutor) T. W. Adorno. Mínima Moralia. Beco do Azougue Editorial, 2008.

(2008c) COHN, Gabriel. Afinidade e Estranhamento. Revista Estudos Avançados n.22 (62).

(2008d) COHN, Gabriel. A sociologia como ciência impura Apresentação à edição brasileira. IN: Introdução a sociologia. ADORNO, Theodor (1968) Org. Cristoph Godde; tradução Wolfgang Leo Maar I São Paulo : UNESP.

(2008)e COHN, Gabriel. A intransferível missão da academia. Jornal da USP, São Paulo, p.68 – 6b, 10 agosto de 2008.

(2008f) COHN, Gabriel. Discurso para o Conselho Universitário. In A Ousadia crítica. Leopoldo Waizbort (org). Rio de Janeiro: beco do azougue. p. 441-442.

(2008g) COHN, Gabriel. Fala de despedida do Conselho Universitário. São Paulo: serviço de

comunicação social – USP. p. 59-60.

(2008h) COHN, Gabriel. Fala final na Congregação (25/9/2008). Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2008i) COHN, Gabriel. Nota sobre as relações entre a FFLCH e os Centros Acadêmicos. Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2008j) COHN, Gabriel. O presente caderno documenta uma trajetória... [Apresentação] Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2008k) COHN, Gabriel. Universidade e desenvolvimento simpósio "2010-2020: uma década promissora?" Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2008l) COHN, Gabriel. In: BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (orgs.). Conversas com sociólogos brasileiros. 1ª ed. São Paulo: Editora 34.

(2007a) COHN, Gabriel. & GIANOTTI, José Arthur. As Instituições de Pesquisa independentes e a questão democrática. São Paulo: Lua Nova nº71, PP. 229-250.

(2007b) COHN, Gabriel. As três faces da autonomia universitária (maio/2007) Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2007c) COHN, Gabriel. As três faces da controvérsia. O Estado de São Paulo, p.3, 21 de maio de 2007.

(2007d) COHN, Gabriel. Resposta a manifestação de docentes. Propostas e intervenções: São Paulo, serviço de comunicação social.

(2007e) COHN, Gabriel. Sobre a criação da Secretaria do Ensino Superior. Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2006a) COHN, Gabriel. A tarefa da crítica. In: RIZEK, Cibele, S.; ROMÃO, Wagner M. (Org.). Contemporaneidade Tensa v. 1. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

(2006b) COHN, Gabriel.. Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios. In: BORON, Atilio A. (org.) Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilizacion, imperio y ciudadanía 1ºed. Buenos Aires: CLACSO ; São Paulo Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. pp. 17-30

(2006c) COHN, Gabriel. Nota sobre o significado de público na universidade. Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2006d) COHN, Gabriel. Os doutores da alegria. Folha de S. Paulo, São Paulo, 05/03

(2006e) COHN, Gabriel. Posse na direção da FFLCH. São Paulo: serviço de comunicação USP

p. 13-15.

(2006f) COHN, Gabriel. Sobre autonomia e espaço público. Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2006g) COHN, Gabriel. Sobre políticas de uso de espaços. Propostas e intervenções: São Paulo, Serviço de Comunicação Social.

(2006h) COHN, Gabriel. Tocqueville e a paixão bem compreendida. In: AMADEO, Javier (org.). Filosofia Política Moderna De Hobbes a Marx. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), v. 1, pp. 247-266.

(2006i) COHN, Gabriel. Universidades fora de foco: quanto vale ou é por quilo? Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 4 - 4, 22 jan.

(2006j) COHN, Gabriel. “O sentido da ciência”. Apresentação do livro *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais* (Max Weber). São Paulo: Ática.

(2005a) COHN, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Editora Ática, 2005. v. 1. 168p.

(2005b) COHN, Gabriel. *Sociologia para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial. v. 1. 256p .

(2005c) COHN, Gabriel. “Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu”. Revista Estudos Avançados n.19 (05).

(2005d) COHN, Gabriel. “Conjuntura, história, destino”. Valor Econômico: Eu & Fim de semana São Paulo n. 244, 20,21 e 22 maio 2005. p. 7-8

(2005e) COHN, Gabriel. “Fragmentos do futuro: resenha de F. Jameson”. Folha de São Paulo, São Paulo, p.03-03, 10 de abril de 2005.

(2005f) COHN, Gabriel. “Os escritos sobre as revoluções russas de 1905 e 1917”. Weber, Max Estudos políticos: Rússia 1905 e 1917 Rio de Janeiro: Azougue.

(2005g) COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue. 256 p

(2004a) COHN, Gabriel. “A longa viagem de Octávio Ianni”. In Teoria e Debate. São Paulo v. 17, n. 58, p. 56-58, maio/jun. 2004

(2004b) COHN, Gabriel. “A nossa é uma época que nos desafia e exige respostas”. Nogueira, Marco Aurélio Um estado para a sociedade civil São Paulo: Cortez.

(2004c) COHN, Gabriel. “Indiferença, nova forma de barbárie”. Novaes, Aduino, org *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras

(2004d) COHN, Gabriel. “Introdução a Max Weber. Clássicos do Pensamento Político”. (ORG) QUIRINO, Celia Galvão; Vouga, Claudio; BRANDÃO, Gildo Marçal. 2.ed. São Paulo: EDUSP FAPESP

- (2004e) COHN, Gabriel. “Nenhum governo é uma ilha...” [Prefácio] Diniz, Eli Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990 Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- (2004f) COHN, Gabriel. Pensar o extremo, ir sempre ao limite. Ferreira, Bernardo O risco do político Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- (2003a) COHN, Gabriel. A astúcia da dialética. Folha de S. Paulo. Mais! São Paulo 31 ago. 2003. p. 4-7
- (2003b) COHN, Gabriel. As sutilezas da sociologia e a sociologia das sutilezas. [Entrevista a Lilian Alves Sampaio] Plural: Revista do Curso de Pós-Graduação em Sociologia São Paulo n. 10, p. 211-228.
- (2003c) COHN, Gabriel. Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.V.1.256p.
- (2003d) COHN, G. . A Sociologia e o novo padrão civilizatório.. In: C. Barreira. (Org.). *A Sociologia no tempo - memória, imaginação e utopia..* São Paulo: Editora Cortez, 2003,
- (2003e) COHN, Gabriel. Renovando os problemas nas Ciências Sociais. In: Goldenberg, Paulete ; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni.; GOMES, Maria Helena de Andréa. (org.). O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 35-46
- (2003f) COHN, Gabriel. A Sociologia como interrogação (III Congresso Brasileiro de Sociologia 1982). In: Cesar Barreira. (Org.). *A Sociologia no Tempo - Memória, imaginação e utopia.* 1ed.São Paulo: Cortez Editora, 2003, v. , p. 83-87.
- (2003g) COHN, Gabriel. Risco Brasil: política e economia. In: Luis Carlos Fridman. (Org.). Política e Cultura no Século XXI. Rio de Janeiro: relume Damará. V2.
- (2003h) COHN, Gabriel. Vocação e exceção: nota sobre Weber e Schmitt.. In: Jorge Dotti; Julio Pinto. (Org.). Carl Schmitt: su época y su pensamiento. Buenos Aires: Eudeba
- (2002a) COHN, Gabriel. Ideologia. In: *Terminos Criticos de sociologia de la cultura* (ORG) Carlos Altamirano. Buenos Aires: Paidós. PP. 134 -141
- (2002b) COHN, Gabriel. “O pensador do desterro”. Folha de S. Paulo. Caderno Mais! São Paulo 23 jun. 2002. p. 10-11
- (2002c). COHN, Gabriel. “Teoría Crítica”. In: *Terminos Criticos de sociología de la cultura* (ORG) Carlos Altamirano. Buenos Aires: Paidós. PP. 227-230
- (2002d) COHN, Gabriel. Lua Nova Revista de Cultura e Política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política São Paulo n. 57, 178 p.
- (2001a) COHN, Gabriel. “Dos Riscos que se corre nas ciências sociais”. Revista Sociologia

USP: São Paulo, n.13 (01) P.39-47

(2001b) COHN, Gabriel. “O besouro e a borboleta. Nascimento, M.M”., org Jornal de resenhas: seis anos (de abril de 1995 a abril de 2001) São Paulo: Discurso Editorial.

(2001c) COHN, Gabriel. O Leviatã de duas caras. Nascimento, M.M., org Jornal de resenhas: seis anos (de abril de 1995 a abril de 2001) São Paulo: Discurso Editorial, 2001

(2001d) COHN, Gabriel. O sábio e o funcionário. Falcão, Joaquim; Araújo, Rosa Maria Barboza de, orgs O imperador das idéias : Gilberto Freyre em questão Rio de Janeiro : TOPBOOKS, 2001

(2001e) COHN, Gabriel. Política de pesquisa e pós-graduação A USP e seus desafios São Paulo: Edusp, 2001

(2000a) COHN, G.. Tocqueville y la pasión bien comprendida.. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, SP, 2000.

(2000b) COHN, G. . A forma da sociedade da informação. In: Ladislau Dowbor; Octávio Ianni; Paulo-Edgar A. Resende; Hélio Silva. (Org.). *Desafios da Comunicação*. 1ed.Petrópolis: Editora Vozes, 2000, v. , p. 20-27.

(2000c) COHN, Gabriel. Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e sociedade. [Prefácio] Weber, Max Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva Brasília: Editora da UNB

(2000d) COHN, Gabriel. Perfis em teoria social: Tocqueville e Weber, duas vocações. In: AVRITZER, Leonardo; DOMINGUES, José Maurício (orgs.). Teoria Social e Modernidade Brasileira. Belo Horizonte: UFMG.

(2000e) COHN, Gabriel. Virtude, interesse, desejo (sobre pensar a república). Revista Lua Nova, São Paulo, n. 51, pp. 162 – 174.

(1999a) COHN, Gabriel. A Europa unida entre a associação e a barbárie. Lua Nova : Revista de Cultura e Política São Paulo n. 46, p. 197-213, 1999

(1999b) COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Ed. SENAC. 20 p.

(1999c) COHN, Gabriel. Individualidade e cidadania no mundo dividido. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 22, pp. 31-38.

(1999d) COHN, Gabriel. Liberalismo internacional e justiça distributiva. Lua Nova São Paulo n.47, p.27-58, 1999

(1999f) COHN, Gabriel. Má tradição absorvida. Jornal de Resenhas São Paulo p. 7, n.50, 1999

(1999g) COHN, Gabriel. Weber: muito além do Estado nacional in: *Pensamento Alemão no*

*século XX*: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. Jorge de Almeida & Wolfgang Bader (orgs.) São Paulo: Cosac Naify. VI

(1998a) COHN, Gabriel. A atualidade do conceito de indústria cultural. IN: Alberto da Silva Moura (org). Sociedade Global: Cultura e religião; Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: USF, 11-26

(1998b) COHN, Gabriel. As diferenças finas: De Simmel a Luhmann. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n.(38) p. 53-62

(1998c) COHN, Gabriel. Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. Lua Nova: revista de cultura e política, São Paulo, v. 43, n. 43, p. 5-24,

(1998d) COHN, Gabriel. O travo amargo da história. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 87-88

(1998e) COHN, Gabriel. *Crítica y resignación* - Fundamentos de la sociología de Max Weber.. Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 1998. 267p .

(1996) COHN, Gabriel. Crise e metamorfoses aspectos metodológicos da obra de Octávio Ianni. Faleiros, Maria Izabel Leme; Crespo, Regina Aída, orgs Humanismo e compromisso : ensaios sobre Octávio Ianni São Paulo : EDUSP, 1996

(1995a) COHN, Gabriel. Razão e História. In: VIGEVANI, Tullo et alii. (org.). Liberalismo e Socialismo: Velhos Paradigmas. São Paulo: Editora UNESP, pp. 23-36

(1995b) COHN, Gabriel. Como um hobby ajuda a entender um grande tema WEBER, Max. Os Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música. São Paulo: EDUSP , pp. 9-19.

(1993a) COHN, G. . Introdução a Max Weber. Clássicos do Pensamento Político, Petrópolis, p. 7-22, 1993.

(1993b) COHN, Gabriel. Adversários 'leais' do socialismo. Folha de São Paulo. Livros São Paulo 16 mar. 1993, p. 6/10

(1993c) COHN, Gabriel. Apresentação de Boudon R. e Bourricaud F. Dicionario Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática

(1993d) COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M.C. Brant de. (org.). Teorias da ação em debate. São Paulo: Cortez: FAPESP:IEE. pp. 63-75.

(1993f) COHN, Gabriel. Patton, Maluf, PT. O Estado de São Paulo. Espaço Aberto São Paulo 4 jan. 1993, p. 2

(1993g) COHN, Gabriel. Pena de morte e democracia. Folha de São Paulo. Opinião São Paulo 29 jan. 1993, p. 3

(1992a) COHN, Gabriel. Barbárie social no Brasil ameaça os avanços obtidos no campo

- institucional? São Paulo:, 24 out. Folha de São Paulo. p.3 Opiniões
- (1992b) COHN, Gabriel. Clássico de Weber chega ao país com 70 anos de atraso. São Paulo, 23 ago. 1992 Folha de Sao Paulo p.7. Mais
- (1992c) COHN, Gabriel. Muita distância entre os polos da sociedade. Carta Política São Paulo v. 2, n. 43, p. 6, nov. 1992
- (1992d) COHN, Gabriel. "Progresso". Lua Nova. Revista de Cultura e Política: São Paulo n.27, p.217-36.
- (1992e) COHN, Gabriel. Theodor Adorno reflete sobre a vida danificada. São Paulo: Folha de São Paulo p.9,
- (1991) COHN, Gabriel. Liberalismo e só rótulo. [Entrevista]. São Paulo: Folha de São Paulo. Caderno 1 p. 14
- (1990) COHN, Gabriel. Difícil reconciliação: Adorno e dialética da cultura. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 20, p. 5-18
- (1989a) COHN, Gabriel. De volta para o futuro. São Paulo: Folha de São Paulo p.a-3, 15 de dez de 1989.
- (1989b) COHN, Gabriel. Escolarização e uma dimensão importante. São Paulo p.b-7, 24 set. 1989 Folha de São Paulo
- (1988) COHN, Gabriel. Persistência de geólogo pelas camadas do poder. São Paulo p.4, 19 nov. 1988 Estado de São Paulo. Caderno 2
- (1987a) COHN, Gabriel. Weber, Habermas y la búsqueda de la racionalidad en la acción política. Que es el realismo en política?, Buenos Aires, p. 72-86, 1987.
- (1987b) COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade. 5ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz. 407p.
- (1987c) COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo social. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.22 p. 7-10.
- (1987d) COHN, Gabriel. Mais moral e mais civismo. São Paulo p.3, 23 jun. 1987 Folha de São Paulo
- (1987e) COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. (org.). O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Unesp: Paz e Terra. pp. 48-53.
- (1987f) COHN, Gabriel. Racionalidade e poder. São Paulo p.8-10, 14 ago. 1987 Folha de São Paulo. Folhetim
- (1987g). COHN, Gabriel. Uma visita à escola de Frankfurt. Lero: São Paulo, n. 21, p. 21,

mar./maio 1987

(1986a) COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.

(1986b) COHN, Gabriel. Agio econômico e agio político. São Paulo p.3, 21 dez. 1986 Folha de São Paulo

(1986c) COHN, Gabriel. A hora e a vez da comunidade científica. São Paulo p.3, 08 abr.1986 Folha de São Paulo

(1986d) COHN, Gabriel. Autonomia da universidade pública. São Paulo p.3, 07 mai. 1986 Folha de São Paulo

(1986e) COHN, Gabriel. Freitag analisa a teoria crítica. São Paulo p.49, 14 dez. 1986 Folha de São Paulo. Ilustrada

(1986f) COHN, Gabriel. Informação e tecnologia. São Paulo p.3, 19 out. 1986 Folha de São Paulo

(1986g) COHN, “Gabriel. Padrões e Dilemas: O pensamento de Florestan Fernandes” In: *Inteligência brasileira*. V.B. Fernandes; R.Moraes & R.Antunes (Org.) São Paulo: brasiliense.

(1986h) COHN, Gabriel. Play it again. São Paulo p.3, 02 mar. 1986 Folha de São Paulo

(1986i) COHN, Gabriel. Sociedade está morta. São Paulo, 02 nov. 1986 Folha de São Paulo. p.3 Brasil. Tendências/debates

(1984) COHN, Gabriel. “A concepção oficial de cultura nos anos 70”. In: *Estado e Cultura no Brasil*. Sergio Miceli (org.) São Paulo: difel

(1979) COHN, g. (org.) Max Weber. São paulo: ática, 1979.

(1977a) COHN, g. (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. São paulo: Livros Técnicos e Científicos - LCT, 1977.

(1977b) COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. Leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade. (Org. Cohn, G.) São Paulo: Companhia Editora Nacional 3°ed.

(1973) COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira

(1971a) COHN, Gabriel. “A análise estrutural da mensagem”. In: Gabriel Cohn. (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora, 1971.

(1971b) COHN, G. (Org.) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971.

(1971c) Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: cultura e comunicação de massa, Ano de obtenção: 1971. Orientador: Luiz Pereira.

(1970) COHN, Gabriel. Pesquisa sociológica. O Estado de São Paulo: São Paulo, 12 set.

(1968a) COHN, Gabriel. A sociologia e a arte da controvérsia. Rio de Janeiro: Revista civilização brasileira n°19-20 pp. 229-250.

(1968b) COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

b-) Demais referências utilizadas na pesquisa

ADORNO, T. W. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*; tradução Luiz Eduardo Bicca. Edição 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. 216p.

ADORNO, T. W. *Minima Moralia. Reflexões sobre a vida lesada*. Tradução de Gabriel Cohn, Rio de Janeiro: Azougue, 2008.

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar. 2006

ALMEIDA, Jorge de & BADER, Wolfgang. *Pensamento alemão no Século XX*. São Paulo: Cosac&Naify, 2013.

AVRITZER, Leonardo (ORG). *Leituras críticas sobre Gabriel Cohn*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013. / São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34.

BOATCĂ, Manuela. *Global Inequalities. Transnational Processes and Transregional Entanglements*, desiguALdades.net Working Paper Series, No. 11, Berlin; desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America. 2011.

BÔAS, Glauca Villas. *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Vol.48, nº2, 2005, pp.231 a 269.

BRIONES, Claudia (2013). “Conocimientos sociales, conocimientos académicos. Asimetrías, colaboraciones autonomías”. In *Desigualdades.net*, Working Paper Series No. 39, 2013 | 1

COMAROFF, JEAN. “Teorias do Sul - Entrevista”. *Mana* vol.17 no.2 Rio de Janeiro Aug. 2011

COSTA, Sérgio. *Contribuição ao debate sobre a internacionalização da pesquisa e da formação em ciências sociais*. Entrevista concedida a comissão editorial da Revista Plural nº44. Páginas 135-144. PPGS USP: 2006.

- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: A contribuição pós-colonial. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, nº60, fevereiro/2006.
- COSTA, Sérgio. *(Re)Encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento*. Estudos de Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia. UFPE, v.2, n. 16, p. 25 – 43, 2010.
- De' CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpati. *Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local da produção do conhecimento científico*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVI, 2013, pág. 139-162.
- DOMINGUES, José Mauricio. “Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn” IN Revista Dados, volume.54, nº.3, Rio de Janeiro, Setembro de 2011
- DOMINGUES, José Mauricio. (2013). Dominação e indiferença na teoria crítica de Gabriel Cohn”, In: Leonardo Avritzer (org.), Gabriel Cohn. São Paulo: Perseu Abramo.
- GINGRAS, Yves y MOSBAH-NATANSON, Sébastien (2010): “Where are Social Sciences Produced?”, en: UNESCO (ed.), World Social Science Report: Knowledge Divides, Paris: UNESCO, 149-153.
- HORKHEIMER, Max (1975). Teoria Tradicional e Teoria Critica in: Coleção Os Pensadores 1º Ed.. São Paulo: Abril Cultural
- JACKSON, Luiz Carlos. (2007) Tensões e Disputas na Sociologia Paulista (1940-1970). Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 22 nº. 65 outubro
- KEIM, WIEBKE: “Social Sciences Internationally: The Problem of Marginalization and its Consequences for the Discipline of Sociology”, in: African Sociological Review 12, 2: 22-48. 2008
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que *Pensamento* e não *Teoria* ? A imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.56, nº4, 2013, pp.727 a 767.
- MARTINS, Eloisa. “(Re)producción de desigualdades y (re)producción de conocimiento. La presencia latinoamericana en la publicación académica internacional en Ciencias Sociales”. Working Paper Series 59, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.
- MARTINS, Tatiana Gomes. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. Tese de Doutorado: IFCH/Unicamp, Campinas, 2008.

- PALTÍ, Elias José. *Apéndice. Lugares y no lugares de las ideas en América Latina*. IN: El tiempo de la política. El Siglo XIX reconsiderado. 1ªed. Buenos Aires: Siglo XIX Editores Argentina. 2007
- PAREDES, Juan Pablo. *Pensamiento epistémico y conocimiento social: emergencias y potencialidades en la investigación social*, Revista de Estudios Sociales No. 48. Bogotá, 2013. Pp. 125-138.
- PULICI, Carolina. *Entre Sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento Abissal. Das linhas globais a uma ecologia dos saberes” *Novos estudos CEBRAP*, nº 79 Novembro, 2007
- SILVA, Josué Pereira. *Sociologia crítica no Brasil*. São Paulo: editora Annablume, 2012.
- SILVA, Josué Pereira. Teoria Social no Brasil: Balanço preliminar de uma experiência recente. Comunicação apresentada ao GT 27: “Para onde vai a Teoria Social Contemporânea?”, no XXXII Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). MG – Caxambu, 2008.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SOUZA, Jessé & MATTOS, Patrícia. *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: ed. Annablume, 2007.
- WAIZBORT, Leopoldo (org.). (2008). *A Ousadia Crítica: Ensaio para Gabriel Cohn*. 2ªed. Rio de Janeiro: Azougue.
- WEBER, Max (2004). *A Ética protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Edição de Antonio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das letras.

## Anexo I

### Entrevista com Gabriel Cohn, concedida em 29/02/2016.

O propósito inicial da entrevista que segue era fomentar questões que foram surgindo ao longo desta investigação de mestrado. Ainda que o roteiro não tenha sido seguido à risca, para falar a verdade só a primeira pergunta o foi, a entrevista resultou em uma agradável conversa em tom informal, com duração aproximada de três horas na sala de sua casa. Acompanhados de duas carinhosas gatas, adornos mexicanos e com um cenário formado por paredes coloridas e quadros da Tomie Ohtake, Cohn lembrou histórias e fez comentários a respeito de sua obra que, curiosamente, acabam por confirmar algumas das hipóteses que formulei durante a pesquisa. Em momento algum o propósito da entrevista era de confirmar ou refutar minhas hipóteses, mas o que segue abaixo torna mais claro e evidente as passagens que procurei trazer à tona com esta dissertação, como a discussão sobre ciência na fase inicial de sua carreira, a discussão sobre os rumos das pesquisas e a crítica ao modelo de pesquisa que vem sendo aplicado nas Universidades através da política de financiamento e a passagem para uma fase mais contemporânea onde a noção de civilidade e a importância da obra de Adorno passam a ocupar espaço central em seu pensamento.

**Flávia Paniz:** Você tinha comentado uma vez daquela questão que te movia desde a quarta série, sobre porque é que todo mundo deveria ficar de castigo na sala de aula...

**Gabriel Cohn:** não era nem quarta série, era antes...eu era uma criança.

**F.P** Era antes? “Porque que todos tinham que pagar pelo erro de um? ” Eu queria que você falasse um pouco mais sobre isso.

**G.C:** Isso realmente cavou fundo, tanto que é uma lembrança muito forte de infância e é um mistério para mim até hoje. Quer dizer a coisa da professora que diz: “Ninguém vai para o recreio porque fizeram tal coisa”. Não sei como eu, ultra tímido molequinho, fui lá perguntar, é que eu gostava muito da professora e a resposta dela até hoje para mim é um enigma. Embora tenha toda uma questão do tipo de formação a resposta foi: “Meu filho, os inocentes pagam pelos pecadores”. Para mim isso virou uma espécie de coisa emblemática do tipo de sociedade que nós vivemos, até hoje me pega isso.

Essa concepção, que no meu caso, embora criancinha, eu era um meio-judaico-não-cristão, era inconcebível essa posição ... inconcebível, não da para colocar isso. Você pode colocar questões de justiça etc. e tal, mas essa formulação ela é um total enigma e eu creio que subterraneamente acabou percorrendo a minha vida toda até hoje, porque está associada a duas questões que estão imbricadas o tempo todo da justiça e da racionalidade. Não precisa ser exatamente formulado assim, mas permaneceu esse bichinho roedor continua e está presente na preocupação que atualmente é o que mais me move. Isso está relacionado até com o tal artigo sobre marxismo<sup>118</sup>, que não é um artigo sobre Marx, é sobre alguns aspectos da tal dialética marxista, mas naquilo que poderia interessar para ajudar a construir, renovar a teoria da experiência social.

A questão da experiência social é fundamental, e isso tudo tem a ver com essa herança, não só dessa questão, mas passa, no caso, muito fortemente por Adorno que é a preocupação adorniana com a questão da frieza e da indiferença. São os grandes temas que me movem eternamente porque me parecem ser decisivos no que diz respeito a formas de sociabilidade aceitável principalmente, e o mais difícil do que eu vejo a minha volta é exatamente essas duas coisas em escala colossal: Indiferença e frieza. Quer dizer, o que numa certa época o sujeito se espanta, mas como é possível que se diga isso a sério né? O que me assustou desde aquele momento infantil foi pensar como é que uma pessoa tão doce e tão querida pode falar uma enormidade dessas e não perceber o horror que está falando? Era uma intuição infantil, eu não tinha como formular ali, mas aquilo foi passando e se transformou em um certo momento nessa preocupação, que é uma preocupação muito judaica eu não sou religioso, mas sou judeu. Eu brinco que eu tenho três coisas das quais eu não consigo me livrar e as três são encrenca: o Corinthians, o PT e o judaísmo.

[risos]

Mas, então, a coisa judaica está relacionada com a preocupação com a justiça e com a razão, com a racionalidade, mas isso é muito difuso, e ganha mais corpo quando você começa a se perguntar: como isso de fato está presente aí na sua vida social cotidiana, né? E aí o que vem à tona é, nesse ponto, Adorno é decisivo, é a questão da frieza e da indiferença. Por que Adorno eu reconheço que é um chato de galochas, mais ou menos mal-humorado e essas coisas,

---

<sup>118</sup> Gabriel Cohn se refere a um convite recente para escrever um texto sobre Marxismo e uma conversa paralela que tivemos antes da gravação da entrevista.

mas ele é hipersensível e isso pesa muito, é extraordinário em tentar captar os mínimos movimentos da vida social, aquilo que é relevante para o conjunto todo.

Você vai dizer: “bom, porque você nunca fala de Walter Benjamin?”<sup>119</sup> Isso é uma boa pergunta. Eu não consigo responder, e eu confesso que, por alguma razão, não sei se faço tanta força assim também porque Benjamin, na verdade, é muito mais digamos admirado como ídolo do que Adorno. O pessoal tem uma certa aversão a Adorno e eu consegui inverter a coisa, agora eu acabei tendo mais afinidade com Adorno. Apesar de que de vez em quando deveria botar quatro coisas que me atormentam e que não consigo me livrar: as três que eu falei e mais Adorno, por que é outra encrenca. Mas por que diabos lá no fundo eu tenho uma pontinha ... não sei, será que é um certo tipo de comprometimento religioso com o mundo ou alguma coisa dura que está lá no fundo? Eu me espanto, por exemplo, com o fato de que havia reais afinidades intelectuais entre Benjamin e Karl Schmitt, como é possível? O que aconteceu? Por que fios subterrâneos essa coisa se dá? Esses dois não tem nada em comum, nada comum na sua orientação de vida, afinal é meio difícil imaginar o Walter Benjamin no partido nazista, bastante impossível, em qualquer partido na verdade. Quer dizer: o que diabo te leva a essa coisa da qual não há como escapar, da qual quem faz trabalho intelectual desenvolve quase invencíveis afinidades e aversões? Não adianta dizer que é puramente a questão do argumento da comparação racional das ideias e tudo mais, existe um momento em que você não consegue engolir: que diabos que te leva a isso se supostamente você está só preocupado com a boa produção do argumento, com a relembração do problema etc. e tal? E se você pensar até que a coisa do problema é relevante, não dá, não é por aí, existe alguma coisa por baixo. Não há quem escape disso, do argumento, os grandes clássicos também não.

O Marx nem falar esse era um mau-humorado total. Incrível que há uma coisa horrível que surgiu como grande movimento político, a maldita mania da argumentação lacônica, ao invés de se discutir o que cara fala fica dizendo que ele é um pateta, que é um imbecil e não sei do que etc e tal e da no renegado Kaltsky, né? Não é legal. E o velho Marx fez isso, isso é um débito que ele tem.

Agora porque que o velho simpático Walter Benjamin não consegue me comover como essa frágil e atormentada figura do Adorno? Você vai dizer bom, porque é frágil você

---

<sup>119</sup> Também na conversa anterior ao momento da gravação eu mencionei uma curiosidade sobre o fato de que Cohn nunca trabalhou diretamente com a obra de Walter Benjamin.

tem afinidade, mas o Benjamin também era. É uma pergunta que do ponto de vista assim de orientação da atividade e da vida intelectual é muito relevante, não é pessoal simplesmente. Você pode perguntar isso a *any* pessoas que se dedicam a esse tipo de trabalho e a questão vai reaparecer e é um problema infernal de se descobrir quais são os caminhos que se percorrem nisso. Que não são estritamente os caminhos que os ingleses ainda acreditam, os ingleses acreditam piamente que você analisa rigorosamente os argumentos e chega lá ne? Mas lá no fundo não sei não viu, se eles acreditam nisso. É o que a gente quer, mas pessoalmente eu tenho esse fantasma que eu sei que não saberei responder por que diabos você não vai me encontrar falando o nome de Benjamin, ou escrevendo. Porque? Só por obrigação, assim tem que fazer uma referência aqui e ali.

Eu até, nessa coisa que surgiu do marxismo etc. e tal eu estou preocupado com a coisa do tempo, virou maniazinha também. A questão do tempo, ando fascinado com isso. Aliás no artigo lá tento descobrir o tempo e o modo das grandes figuras do pensamento da dialética marxista. A coisa do tempo é fundamental né?

**F.P.** Eu vou contar uma anedota pra você então: o Silvio Camargo me perguntou o que eu achava qual era a questão mais relevante pra você ao longo da sua obra, e eu respondi que era o tempo.

**G.C.** Que coisa interessante! Foi uma intuição?

**F. P.** Sim, mas eu não explorei isso na dissertação, a gente só teve essa conversa por causa da sua crítica às instituições de financiamento de pesquisa e os rumos da Universidade de São Paulo como projeto.

**G.C.** Esse é um tema que veio. O tema como tal é um fascínio muito antigo, assim como a coisa da linguagem. A linguagem acabou não sendo cultivada, e deveria, foi da época dos estudos da comunicação. Aliás foi assim com a coisa da sociologia da ciência, andei tentando fazer isso, só que daí concluí que não dava para fazer.

**F.P.** Você concluiu que não dava para fazer?

**G.C.:** Não dava no seguinte sentido: como eu não estava preocupado em fazer uma sociologia convencional, no tipo de estudo das redes ou a questão institucional, as instituições, não era tanto isso que me preocupava, mas a questão realmente de aonde que está a sociedade dentro da ciência, aonde que ela se aloja na própria, no resultado. E eu concluo que não tenho como

encaminhar isso se eu não entendo da linguagem do pessoal que faz ciência. Eu não tenho como conversar a sério com um físico ou matemático, chega uma hora que a linguagem não me permite, eu não uso a linguagem deles, eu não domino a linguagem deles. E daí enfim aquela coisa meio que então não da, e desisti, eu fiquei muito triste de ter desistido. Eu não tinha também fôlego para sequer tentar empreender. Agora acho fascinante, e eu acho que é uma área muito pouco cultivada, mas nesses termos, eu quero ver como o social está dentro do próprio modo de se fazer ciência, não institucionalmente, não se constrói de maneira neutra um teorema e não se exige provas. Isso tem uma história e tem uma imbricação social que tem que ser levada em conta.

Certas questões que competem como relevante foram meio que abandonadas no século XX, e nesse terrível século XX. Porque o século XX sujou tudo, é verdade. Se você pega as primeiras décadas do século XX foram sujadas pela degradação do stalinismo e pelo fascismo e nazismo. Depois veio esse câncer do intelecto que chama Guerra Fria. A guerra fria é um câncer, ela corroeu tudo. O intelectual não sabia mais para quem estava trabalhando. “Ah estou te chamando para escrever para a revista *xis*, escreve um artigo aí sobre a censura na croácia, alguma coisa assim”. Depois você descobre que quem estava financiando era a CIA, e era mesmo, literal. Então tudo sujou e o debate caiu de qualidade. Aí vinham os nazistas dizendo que tem uma ciência alemã, que tem uma ciência judaica etc. . Acontece que existe sim histórica e socialmente um modo que se existiu-se em fazer ciência que não deveriam ser abandonados. Que marcam uma certa maneira de ver problemas e tentar resolver e nesse sentido estrito existe sim uma ciência alemã, uma ciência francesa e uma ciência italiana .... Os matemáticos sabiam disso, os italianos fazem a atividade ter uma certa embocadura, os franceses, então, têm um jeito muito francês de fazer, e os alemães à sua maneira, isso daí é claro que é social historicamente reconstruído, não é uma questão de uma essência porque o que esses os carecas fizeram, e ficaram carecas de ficar discutindo, ficar essencializando tudo. Mas historicamente e socialmente sim, e um tanto fascinante pegar isso também para compreensão.

Quero saber porque diabo se eu tivesse fôlego para isso pensando, numa área que não é a minha. Há dois lógicos importantes do século passado, e tem um tal de Gentzen, que por sinal era uma figura brilhante para a lógica de sua época, só que ficou na Alemanha nazista. Não era um nazista militante mas ficou lá. Ele resistiu a todos os convites para sair, para Princeton e acabou morrendo de uma maneira quase acidental no final da guerra. Mas é se um cara que teria uma muito boa formação vai descobrir significativas diferenças de formulação

de questões entre essas duas figuras que trabalham em uma área que supostamente é imune a qualquer impregnação social. Eu gostaria de fazer uma sociologia da ciência que mostrasse que não há como ficar imune à impregnação social, só que isso me obriga a, por exemplo, a admitir que existem sim estímulos históricos socialmente específicos. Aí sim eu estou disposto a fazer um pouco de genealogia, no sentido convencional do termo, de pegar reis etc. e tal. Uma coisa é eu ter conhecimento sobre calça, outra é sobre outra coisa, sei lá ... são diferenças, são reais. O que fascina na nossa área nessas nossas ciências sociais é que se perde muito nos caminhos assim mais manifestos das instituições etc e tal, mas a questão de fundo é você decifrar todo o momento como é que a sociedade se apresenta onde você menos espera. Isso é que é o mais difícil. Se você tentar ir além das regulações muito chapadas, né? Até dizer de que modo ela de repente a carinha aparece nas especificações que podem, por exemplo, modalidades de conhecimento por princípio podem se desenvolver numa espécie de câmara fechada. Essa coisa das análises sociológicas na minha cabeça estão o tempo todo por aí. Por isso que o Adorno me fascina tanto, por isso talvez que ele me fascine mais do que o Walter Benjamin, que era homem com uma capacidade incrível de decifrar um conjunto de obras do modo barraco de construir a obra literária. Mas o micro, a microanálise, chegar ao microscópico na análise, e descobrir de novo contexto que o Adorno chamou de micro-organismos da injustiça, o menor gesto seu. Essa coisa perseguir os minúsculos meandros dessa coisa chamada sociedade nos menores gestos, isso me fascina. Porque é a única maneira de você trazer à tona de que modo realmente vem a corpo a coisa da imprensa brasileira. Princípio de equivalência e troca. Mas isso é o começo. Aí cavoucando...cavoucando, como é que esse bicho realmente penetrou tudo né?

Agora não são questões ou uma curiosidade sem propósito, é um princípio meu não adianta só levantar as velhas questões. Os economistas se contentam em trabalhar com grandes agregados, daí fazem coisas como na época do Collor. Você arranca as poupanças dos pobres cidadãos. Sé que não é agregado, os agregados são puramente contáveis né? Agora o plano de vida da Maria e do João não são agregáveis né? Então eles dá para atrasar, tudo bem. A nossa dificuldade entre outras é que você não tem como operar significativamente como os agregados, instituição, mas eu estou vendo e ele tinha a consciência disso é como é que essa coisa se ramifica né/. Ela tem que ser a indiferença. Mas se você não descobrir outros caminhos para chegar até lá você vira stalinista, e é tão fácil virar stalinista. É incrivelmente fácil. Basta fazer curto-circuito. Aliás primeiro um parêntesis pra contar uma historinha deliciosa a conversa de

dois membros do partido: “Poxa que que deu em você? Por que você não foi na última reunião lá do partido? Ah se eu soubesse que era a última eu ia, né?”

A gente mal começou a fazer ciências sociais, na minha opinião, tem muito chão. E o modo como as instituições funcionam não ajuda. Essa coisa de ser obrigada a pegar uma área, uma linha de pesquisa e seguir aquilo e ir acumulando naquilo e mostrar que naquilo você tem competência e tal ... agora reconheço tem muito como escapar, é uma questão da escala né? Tem uma comunidade de não sei quantos milhares onde todo mundo fica assim como o tempo em que o professor Gabriel se formou. Você está se matando para fazer o mestrado. No mestrado eu fui defender diante de uma banca ilustre, mas tudo muito informal. Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Luiz Pereira. Eu podia garantir uma coisa que você não vai poder fazer com o Leopoldo, falando do Florestan Fernandes. É outro mundo, era um mundo completamente informal. Quer dizer a informalidade tinha um custo, alguém mandava. Agora totalmente informalizado e normatizado mas ninguém assume responsabilidade. O departamento é uma abstração, o programa é uma abstração. Não tem aquele cara que “não fui eu que coloquei o fulano aqui dentro” e realmente o cara não presta, vou botá-lo para fora etc e tal. Não tem quem diga hoje “eu sou o responsável por isso” não tem como, o resultado disso só podia ser esse, normatização. Assim como se você tem uma comunidade grande de pesquisadores você tem já no Brasil disputando ferozmente recursos e brigando como cão e gato entre si, apesar de ser chamar comunidade, qual é a saída para isso? Normatizar. Mais uma norma e mais outra norma porque senão não dá para controlar. Quem normatiza não é a burocracia, isso é um mito. Todo mundo usa isso. Que burocracia coisa nenhuma, os burocratas estão lá, fazendo a propina deles. Quem normatiza somos *nosotros*, fulano está querendo investir na minha área, laboratório de não sei o quê, preciso dar um jeito de montar uma regra aí para breicar esse cara e assim vai. É um lance complicado. Esse tipo de coisa...eu não me sinto confortável. Estou nessa feliz posição atualmente que eu não tenho nenhuma, ou tenho uma mera obrigação porque eu sou bolsista da CAPES na UNIFESP, eu não tenho nenhuma obrigação que vocês tem, porque eu sou bolsista sênior, sênior significa velhinho. Com velhinho as pessoas tem paciência, né? Passa a mão na cabeça, é aquela coisa. Então sou um privilegiado. Vocês estão falando com uma pessoa incrivelmente privilegiada. O peso terrível que vocês sentem e vão sentir se continuarem essa gradação que vocês agora estão mais preparados para sustentar também eu não tive. Ué também não que eu tenha sido relapso em relação a isso. Em alguns pontos fui.

Me lembrei do Horácio Gonzalez quando estava aqui em São Paulo, e trabalhava na escola de sociologia e política em seu exílio, ele inventou um método: O método Leopold Bloom. O que é esse método? Primeira característica do método Leopold Bloom é que não é um método. Segundo: no que consiste esse método? Consiste em caminhar, observar e rememorar. Ele pegava os estudantes saía pela rua e espalhava todo mundo, conversava com as pessoas, aquele cara de chinelo que estava no bar, sujar fundilho de calça e gastar sola de sapato para fazer sociologia, era uma maneira de ver a sociologia, entrava em *lobby* de hotel, fazia o diabo. Ele fazia um pouco isso à maneira dele, isso na história da sociologia foi só o Horácio Gonzalez. Os resultados eram fascinantes, o pessoal fazia lindos trabalhos. Iam lá conversar com a prostituta que estava ali parada naquela esquina e com isso reconstruíam toda a parte de sociabilidade local. Não se faz tudo desse jeito, mas não é o modo pelo qual você consegue comover a FAPESP. Se você chegar lá para apresentar o projeto pra FAPESP dizendo que vai usar o método Leopoldo Bloom, que não é um método, e a pessoa que for ler ... pronto ... já acabou, liquidou. Tem uma perda nisso tudo, aquela da imaginação sociológica.

Essa geração 1990 que eu chamo, Josué [Pereira da Silva], Sergio Costa, Jessé [Souza], essa turma que está aí é um pessoal solidário, não dá para dizer que houve queda de qualidade, de densidade intelectual, não houve queda. O que houve, talvez, foi uma mudança de estilo de trabalho, como a aspereza crescente do ambiente, e do clima e muitas exigências sem dúvida também, uma disciplina forçada. Mas é um descobrimento como se deu essa tal geração de 1990 como eu chamo, Leopoldo [Waizbord] e tal, é um pessoal extraordinário, de altíssimo padrão, alto padrão mesmo.

O Leopoldo é um cara que, se você pegar de paraquedas e soltar em qualquer lugar do meio, é *top* na questão de trabalho, com certeza ele se deu muito bem. Então, não é um quadro terrível o que eu estou dizendo. Eu não sei, gostaria de saber como é que funciona nos colegas atuais essas longínquas pequenas experiências infantis, que estão ainda presentes ou se já foram devidamente delimitadas pela disciplina da formação.

Nós estamos bem, muito bem, com certeza, ainda estamos saudavelmente avacalhados. Até hoje, que eu saiba, nas nossas pós-graduações, pelo menos da nossa área das sociais, os estudantes são solidários. Você não é, digamos, um adversário do seu colega, há muitos anos é diferente nos Estados Unidos. O pessoal lá compete de uma maneira brutal. Você tem colegas se ajudando um ao outro, mas não é tão habitual assim. Espero que aqui não mude,

embora eu confesse para vocês que já que desconfio que vai, porque a escassez está aí, os postos de trabalho etc. A grande expansão da universidade vai definindo isso. Agora você teve uma intuição incrível a respeito das preocupações minhas, essa coisa do tempo é real. E agora está virando uma coisa que está sendo posta no papel, de uma maneira absolutamente alucinada. Eu vou ser colocado como ridículo. Já tem uma coisa publicada, mas como é um livro só os autores e organizadora vão ler, é uma homenagem a Eliane Martins. Cheguei a te mostrar?

**F.P:** Não, não, esse não

**G.C.:** Estou ficando sábio, se eu mostrar você não vai parar de fazer a tese e vai dizer: “internem esse cara”

[Risos]

É sobre temporalidade.

**F.P:** Vou contar ao Silvio que eu acertei com a coisa do tempo. [risos]

**G.C.:** Diga a ele assim “olha aqui a prova”. [risos]

Agora, há algo de surreal porque você pegou o fato de ser eu a pessoa, é ... digamos acidental, você estava preocupada com a forma de reincorporação.

**F.P.:** Não foi acidental, na graduação meu interesse era no Adorno, no mestrado eu decidi estudar o seu trabalho, mas o questionamento da incorporação veio depois.

**G.C.:** É acidental foi uma palavra infeliz, é o que me deixa mais tranquilo é que não é a obra, mas é uma certa inserção no movimento intelectual que está em jogo. Você resolveu pegar por esse viés. Ainda bem que foi por esse, se fosse por outro eu estaria brigando com você [risos]. Muita coragem a sua.

**F.P.** Em uma entrevista certa vez você comentou que o Luiz Pereira não foi tão lembrado como Florestan Fernandes e Octavio Ianni. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso e sobre o CESIT também.

**G. C.:** O CESIT é uma coisa estranha, eu passei algum tempo lá dentro, mas era uma posição muito... quando eu era estudante eu estava auxiliando uma das pesquisas locais lá, eu e um colega, a gente era assim, “sub-capachos” [risos]. O CESIT para mim é um mistério, né? Eu

tenho dificuldade para falar do CESIT. O Luiz foi diretor do CESIT por um tempo. O Luiz está aí para nos lembrar que ele era um intelectual brilhante que foi simplesmente destruído pelas brigas internas, e nesse caso é um debito contra ele, é uma dívida que ele tem com o mundo. O Fernando Henrique Cardoso foi muito cruel com o Luiz Pereira, ele odiava o Luiz pelas razões lá dele, e liquidou o Luiz. Ele tem uma enorme capacidade de arregimentar apoios e o Luiz no relacionamento pessoal era meio trapalhão, não tinha nem um pouco de diplomacia e conseguiu fazer as principais forças acadêmicas se voltarem contra ele ou tratarem ele com certa indiferença. E a obra dele sumiu. Até há algumas ANPOCS atrás fizemos mesa lá para falar do Luiz, mas não adianta porque o Luiz não passa, e ele tem uma obra real. Tinha uma pessoa fazendo uma pesquisa sobre ele, mas não sei em que pé ficou. Ele é um caso que mereceria estudo, é um caso extremo de como você tem uma espécie de exílio intelectual acadêmico que não dá à pessoa sequer o benefício da memória. Se eu tivesse vergonha na cara eu já teria feito isso.

Eu ia fazer na reunião da ANPOCS uma mesa sobre alguns grandes esquecidos, são vários: Luiz Pereira é um, no Rio tem o Maurício Vinhas de Queirós, um cara muito bom, e que curiosamente está bastante esquecido também, e tem também um sujeito forte, que estava muito bem situado à social que era o Luciano Martins. São caras que somem da academia intelectual, e tem obra densa, obra que merecia ser lida. No caso do Luiz era o modo peculiar do marxismo dele. Mas ele tinha uma orientação e essa sim eu acho condenável, eu sou contra mesmo. Ele tinha uma vocação de manter viva a tradição marxista na universidade, então ele virou um cara muito rígido e isso foi muito. Ele, aliás, foi feroz adversário da ANPOCS, ele não queria a criação da ANPOCS, com um argumento aliás perfeitamente correto da perspectiva dele: A ANPOCS é uma instituição que nasceu numa época, na mesma época em que se falava da sociedade civil e coisa e tal. E a ANPOCS era um tipo de uma entidade que vinha toda alimentada ou por intelectuais formados nos Estados Unidos com algum tipo de relação com eles ou com apoio das fundações etc e tal e que tinham certamente como um dos propósitos subterrâneos conter o marxismo aqui no Brasil. Não vou dizer que os caras que foram lá não tivessem esse propósito, ela foi sempre altamente pluralista, mas ela fez exatamente isso que o Luiz queria. Só que ele queria de uma maneira desajeitada, ele queria a toda força colocar marxismo dentro da universidade e isso era muito ruim. Mas ele sabia que a ANPOCS ia diluir essa tradição de pensamento e foi o que a ANPOCS fez, né? A ANPOCS disseminou no país inteiro um modo de qualidade nas ciências sociais, mas no fundo no fundo é o modo que o

americano gosta, né? Não tem como negar isso. Não sou adversário da ANPOCS porque apesar disso ela manteve muita coisa interessante, mas ela era isso.

Toda a coisa da redemocratização é uma história complicada porque envolve o que eu chamei antes de câncer da guerra fria, então você não sabia nunca muito bem onde estava pisando. Mas não sei falar do CESIT, mas se você pega uma entidade que foi muito interessante e agora está meio *out*, que é o CEDEC, que é uma espécie de dissidência do CEBRAP. O CEDEC é muito ligado aos movimentos sociais e teve um trabalho muito importante, mas como é que conseguiu fazer isso? Diante do apoio de *Fundação Ford* e coisa desse tipo. E esse apoio nunca é inocente. Ali todo o papo que começou na Europa do Leste, Polônia e também na Hungria, a coisa do fortalecimento da sociedade civil significava resistência ao Estado. Desde o começo com apoio muito forte, não só dos americanos como de muitos altamente conservadores pela Europa afora. Na Polônia o movimento do *Solidário*, sem o apoio da igreja ... e a igreja polonesa era uma das mais terríveis conservadoras do mundo.

**F.P.:** Você falou da Polônia e eu lembrei de uma coisa que eu li e que pareceu curiosa. É verdade que você sugeriu a uma garota polonesa estudar humor na Polônia?

**G.C.:** Sim, outro dia encontrei com ela e ainda reclamei. [risos]

**F.P.:** Ela fez a pesquisa sobre humor na Polônia?

**G.C.:** Ela falou para mim, respondeu exatamente assim: “O que que você quer? Eu não vou poder fazer pesquisa sobre isso”. Uma pesquisa tão gostosa de fazer, você aproveita vai para o México, vai pra Polônia. Mas eu realmente sugeri isso e cobreí. Esses países que estão assim do lado do império. A hipótese é essa, né? Que desenvolve um tipo de humor semelhante, meio autocrítico meio agridoce, digamos. Acho que os mexicanos fazem um pouco isso, mas precisa pesquisar. A ideia minha era estimular essa menina a fazer isso e parar com esse troço de ficar estudando movimentos sociais e fazer um ensaiozinho, mas ela não se comoveu. Também agora por coincidência, poucos dias atrás a encontrei, ela trabalha no Sul, é professora da UNISINOS e estava aqui São Paulo. Mas a ideia era essa.

Eu acho que é uma coisa à parte, um pequeno “meio ativo” pra fazer uma brincadeira, mas eu desconfio que não é um absurdo dizer isso, o humor polonês é muito peculiar, tem muito a ver com aquilo que a gente chama de humor judaico. Que humor judaico é um humor altamente “auto”, autocrítico, autogozador, sem nenhuma ilusão, sempre um humor

muito com uma presença na Europa do Leste mesmo, mais do que na Europa Central de onde, por exemplo, vieram meus pais. Aliás minha mãe não, a minha mãe nasceu na Polônia.

**F. P.:** A sua mãe é polonesa?

**G.C.:** É, ela nasceu no que antigamente era o porto livre, em Danzig [Gdańsk em polaco], que depois virou alemão e depois da guerra voltou a ser polonês, que é exatamente o porto onde houve todo aquele movimento da *Solidarność*.<sup>120</sup>

**F.P.:** Mas seu pai é de Stuttgart, não é?? Porque tem uma rua em Berlin que se chama Cohn Straße ...

**G.C.:** Ah sim! Você tem fotos, mas não chegou a me mandar, né? Mas alguém me mandou por você. Cohn Straße! Eu vou tentar difundir a versão de que é uma homenagem a mim, não sei se vai dar certo. [risos]

**F.P.:** Eu estava passando e me perdi, quando olhei a placa estava nessa rua, por coincidência ... aí tirei uma foto.

**G.C.:** Você vê que coisa impressionante, eu vou tentar difundir. Põe lá: “prova de que essa dissertação tem alto fundamento é que em Berlin tem uma rua em homenagem ao meu objeto de estudo”. Vou tentar difundir essa história. [risos]

Mas essa coisa dos poloneses, eles são bons nesse tipo de coisa. Por isso que eu falei com a amiga polonesa, porque eles tem um humor muito bom, tem uma frase que meu querido Adorno adotou e que eu acho maravilhosa: “abre-te sésamo, quero sair! ” Não é fantástico? Aliás, realmente, a Polônia é muito impressionante, consegue ser ao mesmo tempo ultrarreacionária e ultrassofisticada em algumas áreas do conhecimento eles foram de ponta na primeira parte século XX. Na lógica, a lógica polonesa é ... e economia né? Eles são economistas de muito boa qualidade, mesmo no período soviético eles ainda estavam lá, tentando. Se ela não fizer, eu vou ter que fazer. Mas que desculpa tenho eu? Não sou polonês, não sou mexicano, não sou nada disso. Mas é verdade. Seria divertido. Mas, viver ao lado de império... tem a tal frase mexicana maravilhosa né? “Tão longe de deus e tão perto dos Estados Unidos”.

---

<sup>120</sup> Solidarność é o nome da federação sindical independente da Europa do Leste, fundado em Gdańsk no início da década de 1980. Em português seu nome foi traduzido como “solidariedade”.

[Risos]

Tem uma frase que eu pensei uma época que era mexicana, mas não era, era aquela frase maravilhosa: não é porque eu sou paranoico que não estão me perseguindo. É uma frase Fantástica! Maravilhosa! Eu ouvi pela primeira vez como uma referência mexicana, mas isso foi um troço internacional, não sei quem bolou isso não.

Nesse momento eu pauso a entrevista para pedir um copo de água. E a entrevista (que mais parece com uma grande aula tranquila) se perde. A pausa para tomar água foi seguida por um convite (pessoalmente emocionante), para conhecer sua biblioteca, conversar sobre as gatas, que apareceram e carinhosamente chamaram a nossa atenção, depois comentamos algo do livro sobre comunicação, e aliás fui presenteada com uma versão mais recente. Paramos para visitar os objetos mexicanos que adornavam a cozinha, falamos sobre os quadros da Tomie Ohtake, e ele nos levou à janela para ver o parque que costuma caminhar, e a conversa seguiu com curiosidades sobre o bairro. Em seguida nos demos conta de que já era quase uma hora da manhã e era hora de partir. Acredito que esta é uma característica dele, de sua obra, as questões estão todas entrelaçadas ao mundo ao seu redor; desde a infância, a Universidade, a relevância da educação judaica, a leitura mais recente de Adorno e o bairro: como dar conta de tudo isso em duas ou três horas de entrevista? Impossível. Assim, as questões teóricas mais clássicas ficarão para outra feliz oportunidade já que, como bem adivinhou meu orientador, Josué, a entrevistadora deixou-se levar pelo livre pensar e pelo carisma de seu objeto.